PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

RESULTADOS 2017-2019





PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

RESULTADOS

PRESIDENTE
Des. Cezário Siqueira Neto

BIÊNIO
2017-2019

Aracaju - Sergipe
Janeiro - 2019


2017
SELO
Justiça
em números
DIAMANTE
CNJ

2017


2018
SELO
Justiça
em números
DIAMANTE
CNJ

2018

COLEGIADO

Des. Cezário Siqueira Neto
Presidente

Des. Ruy Pinheiro da Silva
Vice-Presidente

Desa. Iolanda Santos Guimarães
Corregedora Geral

Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto

Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça

Des. Osório de Araújo Ramos Filho

Des. Edson Ulisses de Melo

Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima

Des. José dos Anjos

Des. Alberto Romeu Gouveia Leite

Desa. Elvira Maria de Almeida Silva

Des. Diógenes Barreto

Desa. Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos

MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

Promover a prestação jurisdicional de forma eficiente

Visão

Ser um Judiciário acessível, que promova a prestação jurisdicional de forma célere, transparente e com qualidade

Valores

Responsabilidade socioambiental
Compromisso
Integração
Sustentabilidade
Ética
Acessibilidade
Transparência
Eficiência
Humanismo
Credibilidade



MENSAGEM DO **PRESIDENTE**

Senhoras e Senhores,

MERITOCRACIA – Tomo novamente a palavra que destaquei em meu discurso de posse para fechar o ciclo de minha gestão à frente do Poder Judiciário sergipano, na qual foram observados os princípios mais caros à administração pública, em especial a impessoalidade, a transparência e a eficiência.

Ao eleger a meritocracia como principal referência do biênio, evidencio o meu primeiro investimento ao nomear a maioria dos assessores entre servidores da Casa, em índice superior ao exigido pelo Conselho Nacional de Justiça, pois acredito no potencial contributivo dos que escolheram o Judiciário sergipano para fazer carreira.

Atravessar o biênio em companhia de uma forte crise econômica no país exigiu muito mais esforços e serenidade. Com criatividade e engajamento, projetos voltados à racionalização e à padronização de rotinas de trabalho tomaram forma, com fins a um melhor desempenho.

Visitei Comarcas de todos os cantos do Estado para verificar a situação física dos prédios e, principalmente, para vivenciar a qualidade dos serviços prestados, mantendo contato direto com magistrados e servidores.

Tendo por base esse diagnóstico, foram empreendidos planos e projetos para aumentar o desempenho da Justiça sergipana, que consumissem menos recursos.

Na área de obras de engenharia, abrangendo manutenção, reforma e construção, foi demandado investimento de R$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais). Dessa forma, foi possível, por exemplo, tornar o Fórum da Comarca de Campo do Brito um dos primeiros abastecidos por energia solar do país, em total sintonia com um consumo sustentável.

Foram aportados investimentos na área de Tecnologia da Informação da ordem de R$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), que possibilitaram avanços como a modernização de máquinas; e a duplicação de links de comunicação com as Comarcas do interior, para reduzir o risco de indisponibilidade.

Na parte de recursos humanos, foram criados o auxílio Bolsa-Estudo, como um estímulo aos servidores para aperfeiçoar o capital de conhecimento da instituição; o Bônus de Desempenho, pago em duas ocasiões aos servidores pelo alcance das metas de qualidade, totalizando R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais); além das recomposições dos vencimentos, ao menos, pelo possível, cobrindo o índice de inflação do período.

Uma das grandes alegrias da gestão foi poder proporcionar a magistrados e servidores aposentados o conforto e a segurança de poderem receber seus proventos no curso do próprio mês, assim como os ativos, sendo comunicados tão logo a data fosse conhecida. Afinal, tanto fizeram pelo Poder Judiciário e são merecedores de toda a atenção e acolhimento na fase em que já encerraram suas carreiras.

Também os aposentados inspiraram o projeto Vivas Memórias, que registrou relatos em vídeo de 36 personalidades sergipanas sobre suas vivências, que farão parte do acervo permanente do Memorial do Poder Judiciário.

Se todos laboram por uma Justiça melhor, essa precisa ser efetiva, e a partir dessa convicção, o pagamento de precatórios foi priorizado, o que consumiu extraordinária energia de várias equipes para liquidar todos os precatórios que tivessem recursos disponíveis, o que superou o montante de R$ 192 milhões (exatos R$ 192.494.672,53 – cento e noventa e dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos), o que beneficiou mais de três mil credores.

Ao longo da gestão, o Tribunal de Justiça de Sergipe alcançou, por duas vezes consecutivas, a outorga do Selo Diamante, do Conselho Nacional de Justiça, sendo o único tribunal a realizar tal feito. Nesse sentido, foram disponibilizados os melhores ambientes de trabalho e as ferramentas necessárias para potencializar os resultados da atuação de magistrados e servidores, que vêm protagonizando desempenhos crescentes ao longo dos anos.

A gestão pública instiga-nos a percorrer novas sendas por soluções, sem descuidar das restrições legais a que todo gestor está subordinado. O desafio foi cumprido e, imbuído da função da instituição, eminentemente social, traz-me felicidade compartilhar os principais resultados nesta obra, como nossa contribuição.

Des. Cezário Siqueira Neto

Presidente

SUMÁRIO

05 COLEGIADO

06 MISSÃO

07 MENSAGEM DO PRESIDENTE

11 MESA DIRETORA

13 EVENTOS

16 PRESIDÊNCIA

59 SEPLAD

86 SEFINOR

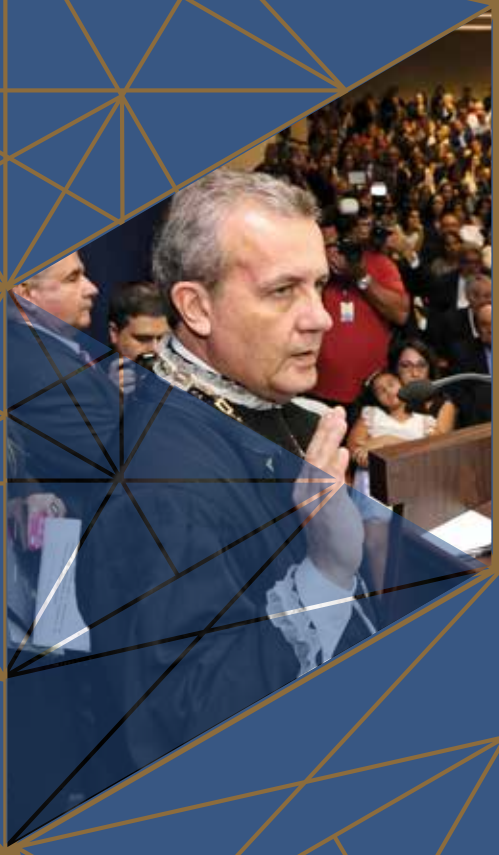
92 SETECI

109 SEJUD

130 OUVIDORIA

134 NUPEMEC - CEJUSC

138 FICHA TÉCNICA







MESA DIRETORA
2017-2019

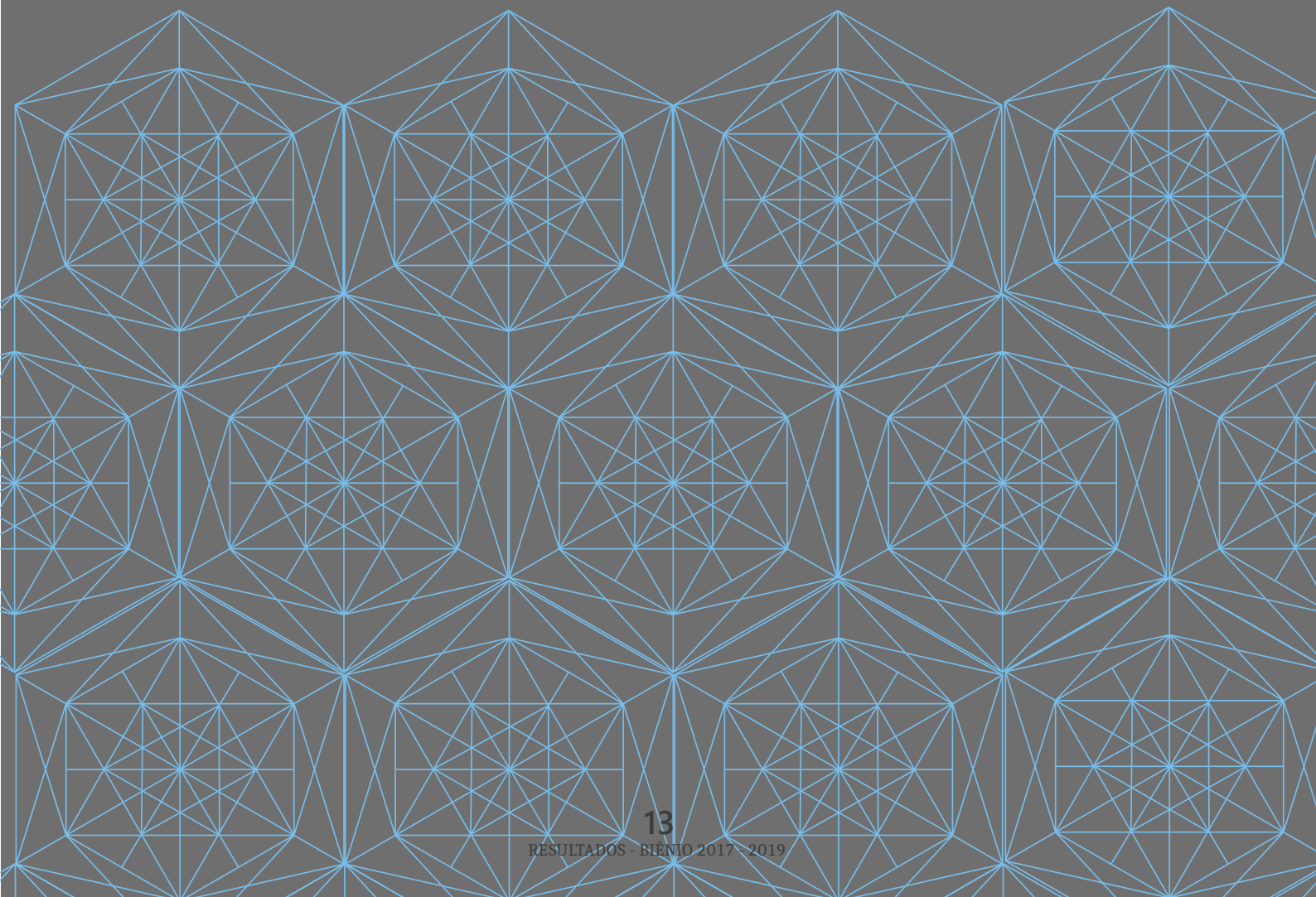
A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça de Sergipe para o biênio 2017-2019 foi empossada em 1º de fevereiro de 2017, composta pelos Desembargadores Cezário Siqueira Neto, na Presidência; Ruy Pinheiro, na Vice-Presidência; e Iolanda Santos Guimarães, na Corregedoria Geral da Justiça.

Momentos antes da posse, o Des. Cezário Siqueira Neto disse à imprensa que administrar o Poder Judiciário é um desafio confortante. "Sabemos que temos a melhor equipe possível, contamos com administrações anteriores que melhoraram a prestação jurisdicional e isso tudo nos faz ver esse desafio com tranquilidade", ressaltou.

Após o juramento e assinatura do termo de posse, o Desembargador Cezário Siqueira Neto enfatizou em seu discurso que "a tônica da minha gestão é escolher as pessoas pelo mérito, pois assim fui escolhido". Entre as prioridades, citou continuar cumprindo as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; aumentar os investimentos em tecnologia; aprimorar os projetos que fortaleçam a Justiça de 1º Grau; focar na padronização dos métodos de trabalho; valorizar os servidores, com meios de incentivá-los no aprimoramento dos seus currículos; e incentivar o trabalho preventivo do Centro Médico.

Compareceu à solenidade o Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, Desembargador Pedro Bitencourt, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, além de autoridades civis e militares, a exemplo do Governador do Estado, Jackson Barreto; e do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Luciano Bispo. "Mudam os dirigentes, mas o Poder Judiciário continua sendo uma peça fundamental para a democracia. O que queremos é aprofundar cada vez mais aquilo que prevê a Constituição, que é a harmonia entre os Poderes. Defendo essa harmonia e estou aqui para prestigiar o Poder Judiciário e o Desembargador Cezário, que é o homem certo, no momento e lugar certos", destacou o Governador.

EVENTOS INSTITUCIONAIS




1

11

21

31

2

12

22

32

3

13

23

33

4

14

24

34

5

15

25

35

6

16

26

36

7

17

27

37

8

18

28

38

9

19

29

39

10

20

30

40

1 - Abertura da Campanha Outubro Rosa, Prevenção é o 1º Passo, em outubro de 2017

2 - Abertura da Campanha Outubro Rosa, Prevenção é o 1º Passo, em outubro de 2017

3 - Abraço de Mãe - Amor com Carinho, maio de 2017

4 - Apresentação da prensa hidráulica para inutilizar armas, em março de 2018

5 - Assinatura de compartilhamento de fibra ótica com o município de Aracaju, em fevereiro de 2018

6 - Atividade do Centro Médico no mês do Servidor na Comarca de Laranjeiras, em outubro de 2018

7 - Audiência de pagamento de precatórios, junho de 2017

8 - Capacitação de Agentes de Trânsito no Projeto Pare, Concilie e Siga, em março de 2018

9 - Capacitação de contadores temporários para agilizar cálculo de precatórios, em julho de 2018

10 - Capacitação de policiais no Portal Criminal, em agosto de 2018

11 - Capacitação de Policiais para atendimento à mulher vítima de violência, setembro de 2017

12 - Celabração de Natal, em dezembro de 2018

13 - Celebração de Natal, dezembro de 2017

14 - Central de Serviços TIC, em setembro de 2018

15 - Corregedor do CNJ, Ministro Humberto Martins, testa sistema de videoconferência do TJSE, em setembro de 2018

16 - Curso de capacitação em GRP Web, em maio de 2018

17 - Encerramento da Capacitação de Conselheiros Tutelares, em julho de 2017

18 - Encerramento da Semana da Justiça pela Paz em Casa, agosto de 2017

19 - Exposição do 33 anos do Arquivo Judiciário em shopping, em outubro de 2017

20 - Exposição sobre a Cidade de Aracaju no Memorial do Poder Judiciário, março de 2017

21 - Feirão Limpa-Nome, dezembro de 2017

22 - Festejos de São João, no Memorial, em junho de 2017

23 - Fórum de Campo do Brito, o 1º abastecido por energia solar, em abril de 2018

24 - Homenagem a magistrados e servidores aposentados em projeto Muito Mais que Pai, agosto de 2017

25 - Homenagem a servidores aposentados durante a gestão, em junho de 2018

26 - Homenagem aos servidores terceirizados, em dezembro de 2018

27 - Inauguração da Herma de Gumersindo Bessa, em abril de 2018

28 - Lançamento do Projeto da Feira de Orgânicos, em junho de 2018

29 - Lançamento do Projeto Talentos Jovens, setembro de 2017

30 - Palestra Projeto Viva Zen, em maio de 2018

31 - Pesquisa de Satisfação, em julho de 2017

32 - Posse de novos Juízes, em maio de 2018

33 - Processo Seletivo de Estágio, em maio de 2018

34 - Relançamento de Obras literárias de magistrados e servidores, agosto de 2017

35 - Reunião com Magistrados e representantes da Associação de Renais Crônicos, em fevereiro de 2018

36 - Reunião com membros do CNJ sobre o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões

37 - Semana Nacional de Conciliação, novembro de 2017

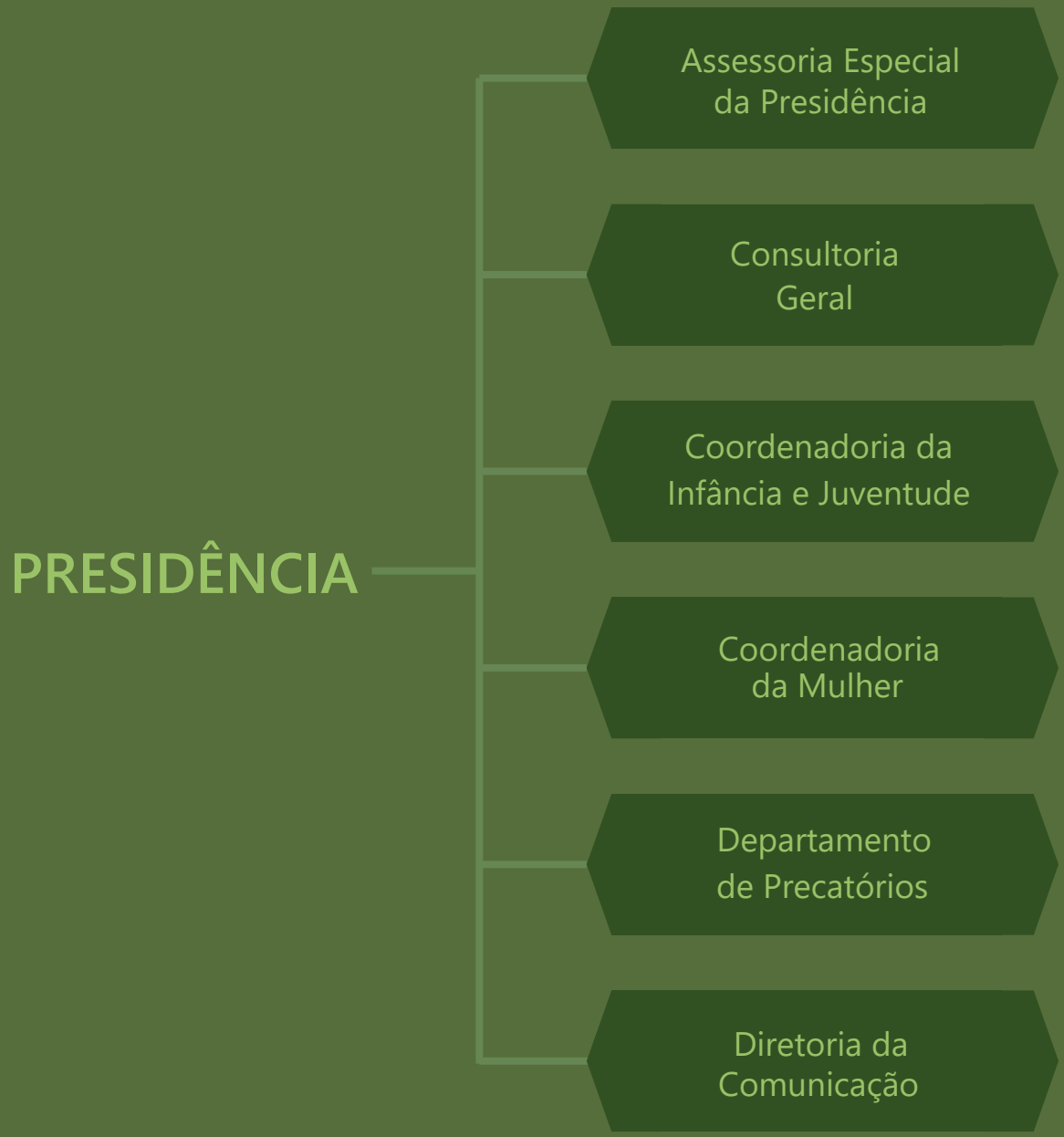
38 - Treinamento de brigadistas no Fórum de Cedro de São João, em abril de 2018

39 - Visita da Presidente do STF e CNJ, Ministra Cármen Lúcia, em janeiro de 2018

40 - Visita de alunos de escola pública ao Palácio da Justiça, pelo Projeto Formando Cidadãos, em dezembro de 2018

1 PRESIDÊNCIA

Gabinete da Presidência


PRESIDÊNCIA
Assessoria Especial da Presidência
Consultoria Geral
Coordenadoria da Infância e Juventude
Coordenadoria da Mulher
Departamento de Precatórios
Diretoria da Comunicação

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

A Assessoria, juntamente com a Secretaria Judiciária (SEJUD) e a Diretoria de Modernização Judiciária (DIMOJ), atuou na elaboração de diversos Atos Normativos, com o objetivo de manter o bom funcionamento da gestão administrativa, financeira e tecnológica, bem como da atividade jurisdicional de 1º e 2º Graus e, ainda, serviu como elo de comunicação com os magistrados, prezando pela excelência e objetividade na prestação de informações quanto aos pleitos e expedientes da magistratura.

PROJETOS DE LEI

Dispõe sobre a revisão do vencimento básico dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.	LEI Nº. 8.202, DE 30 DE MARÇO DE 2017
Dá nova redação ao §1º do art. 2º da Lei nº 7.183, de 14 de julho de 2011	LEI Nº. 8.203, DE 30 DE MARÇO DE 2017
Dá nova redação ao §1º do art. 2º da Lei nº 6.479, de 31 de outubro de 2008.	LEI Nº. 8.204, DE 30 DE MARÇO DE 2017
Altera a Lei nº 6.124, de 21 de março de 2007, que estabelece a estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá outras providências.	LEI Nº. 8.212, DE 27 DE ABRIL DE 2017
Inclui a Ouvidoria-Geral de Justiça na Estrutura Administrativa do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, estabelece cargo em comissão vinculado ao referido Órgão, e dá outras providências.	LEI Nº. 8.213, DE 27 DE ABRIL DE 2017
Transforma cargos em comissão e funções de confiança do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e altera redação do art. 2º da Lei nº 5.510 de 28 de dezembro de 2004.	LEI Nº. 8.232, DE 27 DE ABRIL DE 2017
Revoga o art. 39-D da Lei nº 6.124, de 21 de março de 2007, que estabelece a Estrutura Administrativa do TJSE.	LEI Nº. 8.281, DE 27 DE ABRIL DE 2017
Cria a 2ª Vara da Comarca de Barra dos Coqueiros, a 3ª Vara Criminal da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, a Comarca de Riachão do Dantas, a 2ª Vara da Comarca de Neópolis, a 2ª Vara da Comarca de Nossa Senhora das Dores; modifica a competência da 4ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju; estabelece, em decorrência, alterações na Organização Judiciária do Estado de Sergipe; e dá providências correlatas.	LEI COMPLEMENTAR Nº 301, DE 2018
Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 265, de 1º de outubro de 2015, e a Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003, no Anexo III, item 25.	LEI COMPLEMENTAR Nº 303, DE 2018
Modifica a composição da Turma Recursal do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.	LEI COMPLEMENTAR Nº 305, DE 2018
Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 129, de 21 de julho de 2006, que dispõe sobre o teto remuneratório constitucional da Magistratura e dá outras providências.	LEI COMPLEMENTAR Nº 306, DE 2018

Altera a Lei Complementar nº 193, de 22 de novembro de 2010, para estabelecer novos vencimentos básicos dos cargos de provimento efetivo de Agente de Serviço Judiciário, Técnico Judiciário e Analista Judiciário, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.	LEI COMPLEMENTAR Nº 307, DE 2018
Cria as Secretarias Judiciárias da 2ª Vara da Comarca de Barra dos Coqueiros, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, da 2ª Vara da Comarca de Neópolis, da 2ª Vara da Comarca de Nossa Senhora das Dores, e dá providências correlatas.	LEI COMPLEMENTAR Nº 313, DE 2018
Dispõe sobre a revisão do vencimento básico dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.	LEI Nº. 8.380, DE 05 DE MARÇO DE 2018
Autoriza o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe a transferir recursos para o custeio de despesas do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.	LEI Nº. 8.429, DE 18 DE JUNHO DE 2018
Institui, no âmbito do Estado de Sergipe, a Semana Estadual da Conciliação.	LEI Nº. 8.437, DE 02 DE JULHO DE 2018
Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.853, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre a criação do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe - IPESAÚDE, e, em decorrência, sobre a extinção do Departamento de Assistência e da Diretoria de Promoção da Saúde, do Instituto de Previdência do Estado de Sergipe - IPES, e dá providências correlatas.	LEI Nº. 8.439, DE 02 DE JULHO DE 2018
Institui o Auxílio Bolsa-Estudo para Servidores Efetivos de Carreira do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.	LEI Nº. 8.441, DE 02 DE JULHO DE 2018
Altera a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, prevista na Lei nº 6.124, de 21 de março de 2007, e na Lei nº 6.925, de 24 de maio de 2010, e dá providências correlatas.	LEI Nº. 8.444, DE 02 DE JULHO DE 2018
Institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, o Bônus de Desempenho do Poder Judiciário - BDPJ, e dá providências correlatas.	LEI Nº. 8.461, DE 02 DE JULHO DE 2018
Altera a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, prevista na Lei nº 6.124, de 21 de março de 2007 e na Lei nº 6.925, de 24 de maio de 2010, e dá providências correlatas.	LEI Nº. 8.466, DE 02 DE JULHO DE 2018

EMENDAS REGIMENTAIS

EMENDA REGIMENTAL Nº 1, DE 2017	Dá nova redação aos arts. 174 e 175 e revoga o parágrafo único do art. 174 da Resolução nº 17, de 20 de outubro de 2004, que dispõe sobre o Regimento Interno do TJSE.
EMENDA REGIMENTAL Nº 2, DE 2017	Altera o Regimento Interno do TJSE, para regulamentar o Recesso Forense e a Suspensão de Prazos Processuais no âmbito da jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
EMENDA REGIMENTAL Nº 1, DE 2017	Altera o Regimento Interno do TJSE, para uniformizar as regras de convocação para garantia de quórum de instalação e de julgamento das Câmaras e Grupos, vedar a exclusão de membro da distribuição quando declarado previamente seu impedimento ou suspeição e acrescenta o inciso III no § 1° do art. 346-A para disciplinar o procedimento decorrente de resultado não unânime de julgamento colegiado dos recursos cíveis interpostos na Câmara Criminal.
EMENDA REGIMENTAL Nº 2, DE 2017	Dá nova redação ao art 8º, § 1º da Resolução nº 17, de 20 de outubro de 2004, que estabelece o Regimento Interno do TJSE.
EMENDA REGIMENTAL Nº 3, DE 2017	Dá nova redação ao art 8º, § 1º da Resolução nº 17, de 20 de outubro de 2004, que estabelece o Regimento Interno do TJSE.
EMENDA REGIMENTAL Nº 4, DE 2017	Dá nova redação aos arts. 174 e 175 e revoga o parágrafo único do art. 174 da Resolução nº 17, de 20 de outubro de 2004, que dispõe sobre o Regimento Interno do TJSE.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2017	Aprova a proposta de Projeto de Lei que modifica o §1º do art. 2º da Lei nº 6.479, de 31 de outubro de 2008.
RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2017	Aprova a proposta de Projeto de Lei que modifica o §1º do art. 2º da Lei nº 7.183, de 14 de julho de 2011.
RESOLUÇÃO Nº 8, DE 2017	Aprova a proposta de Projeto de Lei que inclui a Ouvidoria-Geral de Justiça na estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e transforma cargo em comissão no quadro de pessoal vinculado à Ouvidoria-Geral, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2017	Aprova a proposta de Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.124, de 21 de março de 2007, no tocante a transformação de cargos e funções no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº10, DE 2017	Altera a Resolução n.º 29/2015 e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 11, DE 2017	Aprova o plano de obras do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe relativo ao exercício 2017- 2018.
RESOLUÇÃO Nº 12, DE 2017	Altera a Resolução Nº 13/2016 que dispõe sobre o acesso às dependências do Poder Judiciário e controle de ponto de seus integrantes, mediante o uso de tecnologia biométrica digital.
RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2017	IAlterar o artigo 3º, 4º, 6º, 7º, 8º e 12 do Regimento Interno do Núcleo de Assessoramento Técnico ao Judiciário para demandas de saúde – NAT/JUD, homologado pela Resolução nº 31/2016.
RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2017	Aprova proposta de Projeto de Lei que transforma cargos e funções de confiança do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e altera redação do artigo 2º da Lei 5.510 de 28 de dezembro de 2004.
RESOLUÇÃO Nº 15, DE 2017	Altera dispositivo da Resolução n.º 15/2011, que dispõe sobre a indenização de transporte aos Oficiais de Justiça, Avaliadores Judiciais e servidores designados para as atividades externas de avaliação e execução de mandados, em efetivo exercício e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2017	Dispõe sobre a competência territorial das Varas de Família e Sucessões da Comarca de Aracaju.
RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2017	Dispõe sobre a competência territorial dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Aracaju.
RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2017	Altera a alínea “e” do artigo 3º da Resolução nº 19/1991, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2017	Aprova proposta de Projeto de Lei que altera a Lei nº 7.596, de 26 de abril de 2013, que cria o Departamento de Precatórios no Tribunal de Justiça de Sergipe e cargos necessários a sua instalação.
RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2017	Altera especialidade dos cargos vagos de Analista Judiciário do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2017	Modifica dispositivo da Resolução n.º 19/2014, que disciplina a concessão de férias individuais e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes no âmbito do TJSE.
RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2017	Aprova a atualização do valor da taxa de publicação de edital de proclamas em habilitação de casamento, instituída pela Lei nº 8.029, de 1º de outubro de 2015.
RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2017	Aprova proposta orçamentária do Poder Judiciário do Estado de Sergipe para o exercício financeiro de 2018.
RESOLUÇÃO Nº 24, DE 2017	Modifica dispositivo da Resolução n.º 19/2014, que disciplina a concessão de férias individuais e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes no âmbito do TJSE.
RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2017	Aprova proposta de Projeto de Lei que altera e consolida a legislação estadual sobre custas judiciais, altera a Lei nº 3.657, de 24 de outubro de 1995, estabelecendo a Tabela de Taxa Judiciária, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a revisão do vencimento básico dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá as providências correlatas.
RESOLUÇÃO Nº 02, DE 2018	Aprova o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe para o período de 2015 a 2020.
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 2018	Aprova a atualização monetária dos emolumentos para os serviços notariais e de registro no Estado de Sergipe para o ano de 2018, de acordo com a Lei 6.310, de 20 de dezembro de 2007, alterada pelas Leis 8.085, de 17 de dezembro de 2015 e 8.150, de 18 de novembro de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 2018	Altera dispositivo da Resolução n.º 15/2017, que dispõe sobre a Indenização de Transporte aos Oficiais de Justiça, Avaliadores Judiciais e servidores designados para as atividades externas de avaliação e execução de mandados, em efetivo exercício e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 05, DE 2018	Aprova a atualização monetária dos emolumentos para os serviços notariais e de registro no Estado de Sergipe para o ano de 2018, de acordo com a Lei 6.310, de 20 de dezembro de 2007, alterada pelas Leis 8.085, de 17 de dezembro de 2015 e 8.150, de 18 de novembro de 2016.
RESOLUÇÃO Nº 06, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que altera a Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe), criando a 2ª Vara da Comarca de Barra dos Coqueiros, a 3ª Vara Criminal da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, a Comarca de Riachão do Dantas, a 2ª Vara da Comarca de Neópolis, a 2ª Vara da Comarca de Nossa Senhora das Dores; modifica a competência da 4ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju; estabelecendo, em decorrência, alterações na organização judiciária do Estado de Sergipe; e dando providências correlatas.
RESOLUÇÃO Nº 07, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que modifica a composição da Turma Recursal do Estado de Sergipe e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 08, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei Complementar que altera a art. 1º da Lei Complementar nº 265, de 01 de outubro de 2015, e a Lei Complementar nº 88, de 30 de outubro de 2003, no Anexo III, item 26.
RESOLUÇÃO Nº 09, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.124, de 21 de março de 2007, que estabelece a estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá outras providências; bem como a Lei nº 6.925, de 24 de maio de 2010, que altera a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça, transforma cargos em comissão e funções de confiança no Poder Judiciário e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 10, DE 2018	Institui o Escritório de Processos de Trabalho (ECPR) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 11, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que institui o Auxílio Bolsa-Estudo para Servidores Efetivos de Carreira do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de Sergipe e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe a transferir recursos para o custeio de despesas do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.
RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, o Bônus de desempenho do Poder Judiciário – BDPJ e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2018	Institui o Regulamento da Formação de facilitadores em Justiça Restaurativa e Construção da Paz no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 15, DE 2018	Modifica dispositivo da Resolução n.º 12/2016, que regulamente o Teletrabalho, no âmbito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, quanto à aplicação do art. 8º, dispondo sobre os critérios objetivos para a autorização de Teletrabalho considerando o número de servidores da unidade de lotação e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2018	Modifica dispositivos da Resolução n.º 13/2015, que regulamenta o Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Sergipe.
RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2018	Altera o art. 3º da Resolução n.º 35/2006 do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei Complementar que altera Lei Complementar nº 193, de 22 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá outras providências, e suas atualizações posteriores, para revisar o vencimento básico dos cargos efetivos de Agente de Serviços Judiciários, Técnico Judiciário e Analista Judiciário, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei Complementar que modifica dispositivos da Lei Complementar nº 129, de 21 de julho de 2006.
RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2018	Altera a Resolução n.º 18, de 23 de julho de 2008, que dispões sobre competência territorial administrativa da Comarca de Nossa Senhora do Socorro.

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que cria a Secretaria Judicial da 2ª Vara da Comarca de Barra dos Coqueiros, a Secretaria Judicial da 3ª Vara Criminal da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, a Secretaria Judicial da 2ª Vara da Comarca de Neópolis, a Secretaria Judicial da 2ª Vara da Comarca de Nossa Senhora das Dores; estabelece, em decorrência, alterações na organização judiciária do Estado de Sergipe; e dá providências correlatas.
RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2018	Dispõe sobre a concessão de Auxílio Bolsa- Estudo para curso de graduação e pós- graduação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que altera a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, prevista na Lei nº 6.124, de 21 de março de 2007 e na Lei nº 6.925, de 24 de maio de 2010, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 24, DE 2018	Aprova proposta orçamentária do Poder Judiciário do Estado de Sergipe para o exercício financeiro de 2019.
RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2018	Altera e acrescenta dispositivo na Resolução nº 30/2006, que dispõe sobre os afastamentos, por quaisquer motivos, dos Oficiais de Justiça/Executor de Mandados.
RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2018	Regulamenta a Lei nº 8461, de 6 de setembro de 2018, que institui, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, o Bônus por Desempenho do Poder Judiciário – BDPJ e dá providências correlatas.
RESOLUÇÃO Nº 27, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 6.124, de 21 de março de 2007, que estabelece a estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 28, DE 2018	Altera Resolução nº 29/2015, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO Nº 29, DE 2018	Aprova proposta de Projeto de Lei que revê o subsídio de Desembargador do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 2017	Altera a Instrução Normativa nº 05/16 que "dispõe sobre a realização de Audiência de Custódia na Central de Plantão Judiciário, no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Sergipe".
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 2017	Altera a Instrução Normativa nº 10/2016, que "Estabelece orientações sobre o procedimento para o pagamento e a cobrança das custas processuais, nos termos da Lei nº 5.371, de 09 de junho de 2004, e dá outras providências".
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 2017	Revoga a Instrução Normativa nº 13, de 28 de julho de 2006, que dispõe sobre o recebimento de livros e documentos de Cartórios de Registro Civil na Gerência de Arquivo e Biblioteca.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 2017	Estabelece procedimentos para alienações e outras formas de desfazimento dos bens móveis do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 2017	Altera a Instrução Normativa nº 08, de 05 de fevereiro de 2007, acrescentando serviços à Recepção ou Atendimento Geral.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 2017	Suspende, temporariamente, até ulterior deliberação, os efeitos da Instrução Normativa nº 05/2017, que versa sobre o desfazimento dos bens móveis do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 2017	Revoga o Art. 4º da Instrução Normativa nº 03, de 19 de fevereiro de 2016, que estabelece procedimento para a devolução de custas processuais e de emolumentos.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 2017	Institui Política de Segurança de Usuários (PSU).
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 2017	Dispõe sobre a organização e o controle da movimentação dos bens sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 2017	Dispõe sobre o cancelamento de correspondências com Aviso de Recebimento Digital – AR Digital.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 2018	Altera a Instrução Normativa nº 01, de 20 de abril de 2012, que "dispõe sobre as normas e procedimentos a serem observados no trâmite de processos administrativos para contratação e celebração de Convênios no âmbito do Poder Judiciário de Sergipe e dá outras providências".

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 2018	Altera a Instrução Normativa nº 03, de 19 de fevereiro de 2016, que "estabelece procedimento para devolução de custas processuais e de emolumentos".
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 2018	Altera a Instrução Normativa nº 03, de 19 de fevereiro de 2016, e revoga a instrução Normativa nº 02, de 14 de junho de 2018.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 2018	Disciplina procedimento para apuração de eventuais infrações dos licitantes ou contratados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

CONSULTORIA GERAL

Um dos marcos do biênio para a Consultoria Geral foi a implantação do Sistema de Casos Vinculantes, em julho de 2018, a partir da necessidade de adequação do TJSE à Resolução 235/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil. Mas já em julho de 2017, o TJSE promoveu a integração com o Banco Nacional de Dados de Casos Repetitivos e de Incidentes de Assunção de Competência, previsto no art. 5º da referida Resolução. A Justiça sergipana foi uma das poucas a realizar essa integração e a ter um sistema de controle dos casos vinculantes.

A partir desse sistema, houve um maior controle sobre os processos sobrestados, tanto pela Presidência quanto pelas unidades do TJSE. Com isso e considerando a intenção dos Tribunais Superiores em conferir prioridade ao julgamento dos recursos paradigmas, a Consultoria Geral e o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) podem fazer um melhor gerenciamento dos processos. Isso se aplica não só para os processos afetados pelos Tribunais Superiores, como também para os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e de Assunção de Competência (IAC) gerados pelo TJSE. Com uma simples consulta no sistema, pode-se ter acesso à informação sobre a existência ou não de matérias afetadas e da quantidade de processos vinculados aos temas.

Em relação aos IRDR e IAC do TJSE, os jurisdicionados e operadores do direito podem ter acesso a uma Ficha de Consulta com todas as informações necessárias à melhor compreensão da matéria afetada, de acordo com o determinado pela Resolução 235/2016 do CNJ.

A partir dele, pode-se trabalhar com o Macrodesafio das demandas repetitivas e dos grandes litigantes, na identificação e para evitar a judicialização de processos, bem como para reduzir a taxa de congestionamento.

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A CIJ buscou ampliar a sua esfera de atuação com projetos que visam suprir as diversas demandas atinentes à infância e juventude. Segue o resumo dos principais projetos, sendo que o conteúdo detalhado também está disponível.

Projeto Familiarizar

Desenvolve ações de monitoramento durante as Audiências Concentradas, previstas em recomendação da Corregedoria Nacional de Justiça. Nesse sentido, contribui para a reintegração familiar e comunitária ou para a colocação em família substituta de crianças e adolescentes, que, em razão de sua vulnerabilidade familiar e social, encontram-se acolhidos, excepcional e temporariamente, em unidades de atendimento institucional da rede de proteção.

No biênio, a CIJ contou com o apoio da Corregedoria-Geral da Justiça, o que possibilitou maior efetividade na solução das irregularidades constatadas. A partir de 2018, a tabela de controle elaborada pela CIJ, para monitorar a tramitação dos processos dos acolhidos, foi reformulada, passando o controle a ocorrer trimestralmente e com a observância do novo prazo máximo de acolhimento (18 meses). A informação passou a constar dos relatórios de Inspeção da Corregedoria, em abril de 2018, o que representou um avanço para a celeridade dos feitos. Além disso, foi realizada a construção de Fluxos, visando à otimização do gerenciamento processual.

Programa de Capacitação e Disseminação do ECA

Capacita atores institucionais e de segmentos da sociedade civil que atuam no âmbito do Sistema de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - SGD, disseminando os conteúdos de natureza jurídica e doutrinária atinentes ao ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em julho de 2017, foi realizado o III Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares. A capacitação foi uma iniciativa da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (Fanese), sob a coordenação da Professora Mestre Antonina Gallotti Leão, com o apoio da CIJ e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. O curso foi destinado a conselheiros de Aracaju (pela segunda vez) e mais 19 Comarcas.



III Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares



Encerramento do III Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares

Ainda visando à disseminação do ECA, foi realizado o curso de Preparação Psicossocial e Jurídica para Pretendentes à Adoção, desenvolvido pelo Projeto Adoção Consciente, com abertura de turmas durante toda a gestão, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o propósito de adotar e ampliar as concepções a respeito do perfil da criança ou adolescente desejados, além de estabelecer uma relação de proximidade com a equipe técnica responsável pelo acompanhamento do processo de adoção. Participaram dos cursos 335 pretendentes, nas 16 edições realizadas.



Curso de Postulantes à Adoção na Comarca de Itabaiana

Nos dias 29/09/2017 e 14/05/2018, foram realizados os 2º e 3º Encontros, respectivamente, do Fórum Estadual de Juízes da Infância e da Juventude de Sergipe (Foeji/SE). O objetivo foi o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre magistrados como forma de alcançar o aperfeiçoamento da jurisdição, a uniformização de procedimentos e a socialização de boas práticas desenvolvidas pelos juízes estaduais na área da infância e juventude.



2º Foeji/SE.



Abertura do 3º FOEJI.



Participantes do 3º FOEJI.

Ainda pela disseminação do ECA, nos dias 21 e 28 de agosto de 2017, assessores do TJSE puderam participar do curso "Gênero e vulnerabilidade: Lei 11.340/06 e o direito penal do vulnerável", ministrado pela Professora Daniela Lima.

Por fim, em 23/10 e nos dias 06, 13 e 20/11 de 2017, foi ministrado o curso "Enfrentamento Prático das Demandas Relativas à Mulher, Infância e Juventude - Ferramentas construídas junto às Coordenadorias e a interseção da Justiça Restaurativa". O curso teve como público-alvo os magistrados do TJSE e objetivou a criação de fluxos de atendimento, refletindo positivamente na celeridade dos encaminhamentos que forem encontrados como solução dos conflitos que são demandados ao Judiciário.



Profª Daniela Barreto ministra o Curso "Enfrentamento Prático das Demandas Relativas à Mulher, Infância e Juventude".

Em 2018, a CIJ realizou as capacitações dos Conselheiros Tutelares das cidades de Neópolis, Propriá, Cedro de São João, São Francisco, Malhada dos Bois, Telha e Amparo de São Francisco; bem como dos Agentes de Proteção da Barra dos Coqueiros. Houve ainda o Encontro com a Rede de Atenção da Comarca de Tobias Barreto, visando sensibilizar, por meio de conceitos e fluxos, o processo legal de adoção, de modo a evitar a entrega direta.



Capacitação dos Agentes de Proteção da Barra dos Coqueiros.

Confecção de Modelos Institucionais

Um dos projetos materializados foi a criação, pela equipe jurídica da CIJ, de modelos institucionais disponibilizados aos magistrados através do Sistema de Controle Processual. A ferramenta auxilia juízes e assessores na elaboração de decisões ou sentenças.

Programa de Apadrinhamento Ser Humano

Visa estimular o voluntariado, que envolve a sociedade civil, o empresariado, instituições não-governamentais e órgãos estatais em ações concretas para proporcionar apoio afetivo, auxílio material e acesso a serviços essenciais a crianças e adolescentes acolhidos, cujos vínculos familiares estejam rompidos, parcial ou totalmente.
Entre os resultados, foram atendidos os dispositivos legais que regulamentam o acolhimento institucional de crianças e adolescentes: a promoção do pleno desenvolvimento enquanto dura a institucionalização; a redução dos danos emocionais, físicos e morais causados pelo acolhimento; e a melhoria contínua das condições de atendimento a crianças e adolescentes institucionalizados.

Foram realizados 18 novos cadastros na modalidade apadrinhamento afetivo, sendo 98 na modalidade colaborador e oito, na provedor. Merece destaque, também, a parceria estabelecida com a Marinha do Brasil, SESC/SENAI, Polícia Civil e com a Juíza Norma Maria Fontes Vieira, padrinhos colaboradores e provedores, que contribuíram para a realização de um outro Projeto da Coordenadoria, chamado Encontros.
Além das ações desenvolvidas pelo programa, a equipe técnica da CIJ realizou a capacitação da Unidade de Acolhimento e dos Conselheiros Tutelares da Comarca de Estância.

Desenvolvido no âmbito do programa, o Projeto É Natal foi realizado com a campanha "Quero um presente que me dê um futuro", por meio do qual foram recolhidas doações de material escolar e educativo destinadas a 80 crianças em situação de acolhimento.



Árvore de Natal montada no saguão de entrada do Palácio da Justiça.



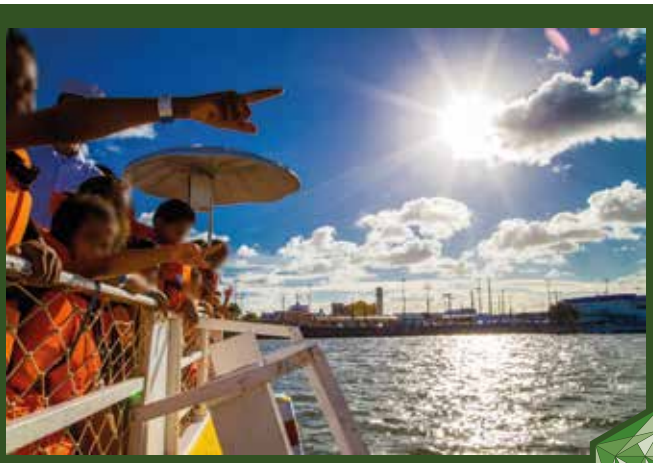
Projeto É Natal no abrigo Caçula Barreto.

Em outra iniciativa, uma parceria com os shoppings Riomar e Jardins, juntamente com o INSS, resultou na arrecadação de presentes para 305 crianças e adolescentes de 33 unidades de acolhimento institucional de todo o Estado.

Projeto Encontros

Entre as ações do Programa de Apadrinhamento Ser Humano, também foram realizadas duas edições do Projeto Encontros, promovido pela CIJ e pelo Projeto Acalanto. A ação teve o objetivo de propiciar uma tarde de lazer para as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e também incentivar a mudança do perfil procurado pelos postulantes à adoção.

A ação atendeu ao que determina o ECA e contou com a participação de 80 crianças e adolescentes de 11 instituições da capital e interior, nas edições realizadas em 2017 e 2018.



Projeto Encontros, em parceria com Capitania dos Portos.



Projeto Encontros, em parceria com o SESC.

Houve, ainda, a realização de duas edições do Projeto Brincando no Parque, fruto de parceria entre o TJSE e o American Park, possibilitando a mais de 200 crianças em situação de acolhimento institucional uma tarde de lazer no mês das crianças.



Projeto Brincando no Parque.

Inquirição Especial

Foram realizadas 336 audiências de inquirição especial de crianças e adolescentes de várias Comarcas, entre vítimas e testemunhas das mais diferentes formas de violência, com o objetivo de minimizar a revitimização decorrente da rememoração do sofrimento em Juízo.

A Lei n.º 13.431/2017, em vigor desde abril de 2018, tornou obrigatória a realização do depoimento especial. Visando descentralizar o serviço e melhorar a qualidade, a CIJ, em parceria com a Coordenadoria de Perícias, realizou um curso ministrado pela assistente social da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Marceli Venério Hoffmeister.



Curso sobre Depoimento Especial.

Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – PRAIF/SGD

Visa à otimização dos serviços da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes, a partir da intersetorialidade entre os órgãos responsabilizados no ECA, pela garantia do pleno desenvolvimento dos assistidos, com prioridade à proteção integral.

Foi determinante para o programa o aumento dos questionamentos à CIJ, a respeito da oferta de vagas para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes de Comarcas do interior, onde inexiste retaguarda para situações de risco pessoal ou social, como também foi importante a solicitação de apoio operacional feita pela Secretaria de Estado da Inclusão, Desenvolvimento e da Assistência Social - SEIDES.

Outro ponto focal do PRAIF/SGD diz respeito à criação de programas de execução de medidas socioeducativas em meio aberto, instituídos pelo ECA, objeto do Sistema Nacional de Atendimento Socieducativo - SINASE e da Lei 12.594/12.

Em 2017, uma das principais ações foi a articulação junto aos Conselhos Tutelares de Aracaju para o seu funcionamento durante os plantões judiciários.

Foi realizada, ainda, a capacitação da Rede de Proteção à Infância e Juventude para recebimento das verbas provenientes da prestação pecuniária, sobretudo das unidades do tipo Abrigo e Casa Lar, para que pudessem acompanhar o desempenho escolar dos acolhidos, mediante oferta de serviço de reforço escolar, com fins de correção da defasagem do aprendizado, bem como atividades extracurriculares de profissionalização. Para isso, as unidades realizaram cadastro junto aos respectivos juízos para, nos termos da Resolução 154, do CNJ, receber verbas oriundas das penas de prestação pecuniária e transação penal.

Houve articulação da CIJ no sentido de viabilizar o repasse da verba estadual para o cofinanciamento da política de acolhimento municipalizada, decorrente do reordenamento do serviço de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco.

Também foi realizada, em 2018, Reunião Ampliada para Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente das Comarcas de Canindé do São Francisco e Poço Redondo.



Reunião Ampliada para Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente.

Outra articulação da CIJ foi realizada com a Diocese de Aracaju e com a Fundação Renascer, para promover assistência religiosa a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade, internação provisória e internação. Além da frequente visita de grupos de oração, foi realizado o I Seminário Conhecendo o Sistema Socioeducativo, para apresentar o sistema a representantes da Cúria Arquidiocesana e a movimentos religiosos.



I Seminário Conhecendo o Sistema Socioeducativo.

Ocorreu ainda o "Seminário Protagonismo do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) na efetivação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto". O evento destinou-se a equipes técnicas dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), magistrados e servidores do Judiciário, promotores, procuradores, defensores públicos e servidores da Secretaria de Inclusão Social e Fundação Renascer.

A partir de 2017, o programa passou a integrar o Planejamento Estratégico do TJSE, cujas ações abrangeram Comarcas de todo o Estado.

Articulações Interinstitucionais

Durante 2017, foram realizadas articulações para promoção dos direitos da criança e adolescente, a exemplo da efetivada por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), com a Fundação Renascer, que administra sete unidades socioeducativas para crianças e adolescentes em conflito com a lei. Mudas de árvores nativas, de plantas medicinais e sementes de milho foram plantadas pelos internos da Comunidade de Ação Socioeducativa São Francisco de Assis (Case) e Unidade Socioeducativa de Internação Feminina (Unifem).

Para cumprimento da Meta 4 da Corregedoria Nacional de Justiça, foi realizada uma ação conjunta entre o TJSE e a Receita Federal do Brasil, para confecção dos CPF's, o que beneficiou 116 crianças e adolescentes acolhidos no Estado.

Programa de Implemento e Multiplicação das Práticas de Justiça Restaurativa

AÇÕES	SINOPSE
Curso de Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção da Paz	Em 2017, dois cursos e seis vivências em potencialidades da Justiça Restaurativa foram desenvolvidos. Em 2018, foram capacitadas 50 pessoas das redes de proteção à infância e juventude das Comarcas de Pacatuba e Estância.
Encontro de planejamento e articulação de ações para a efetivação de um Comitê Gestor Municipal de Justiça Restaurativa	Realizado na Comarca de Pacatuba, abrangeu quatro frentes: Infância, Violência Doméstica, Educação e Práticas de Justiça Restaurativa.
Workshop "Círculos de Construção de Paz"	Em julho de 2018, a CIJ e a Escola Judicial do Estado de Sergipe (Ejuse), em parceria com a Escola Superior da Magistratura da AJURIS, realizaram o workshop ministrado pela palestrante Kay Pranis, referência mundial na área.
Curso 'Modelo de Monitoramento de Programa de Justiça Restaurativa: tomando as decisões por um fio condutor'	A CIJ, em parceria com a Ejuse, promoveu o curso ministrado pela Profª Dra. Daniela Carvalho Almeida Costa, que apresentou uma abordagem metodológica do tema.
Comissão de Implementação, Difusão e Execução da Justiça Restaurativa – CIDEJURE	Criada com o escopo de parametrizar a difusão da Justiça Restaurativa no TJSE (Portaria 389/2018).
Circulo Restaurativo e de Construção de Paz	Atividade desenvolvida com os oito novos magistrados empossados em 2018.
Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa e Construção da Paz	Edição da Resolução Nº 14/2018, que instituiu o regulamento da Formação de facilitadores no âmbito do TJSE.
Termo de Cooperação para divulgação da Cultura de Paz	Foi assinado o segundo termo Aditivo ao Termo de Cooperação nº 10/2015, celebrado ente o TJSE e a Universidade Tiradentes, para estabelecer ações conjuntas de divulgação da cultura de paz e da prática de métodos autocompositivos.
Renovação do Protocolo Interinstitucional para Difusão da Justiça Restaurativa	Iniciativa também abrangeu a adesão dos municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores, Pacatuba e Estância.



Kay Pranis, estadunidense criadora da técnica Círculos de Construção de Paz



Workshop “Círculos de Construção de Paz”



Capacitação da Rede de Atendimento da Comarca de Pacatuba



Adesão ao Protocolo de Cooperação Interinstitucional para Difusão da Justiça Restaurativa

COORDENADORIA DA MULHER

A Coordenadoria da Mulher desenvolveu ações baseadas nos eixos da educação continuada, informação, prevenção, pesquisa e parceria, bem como na articulação com a rede de serviços e do suporte judiciário. Segue o resumo dos principais projetos, sendo que o conteúdo detalhado também está disponível.

Programas (projetos e ações)

Cada um dos sete programas foi subdividido em projetos, formando uma rede articulada.

Projeto Educação

Cada um dos sete programas foi subdividido em projetos, formando uma rede articulada.

PROJETOS	SINOPSE
Educação e escola	Destinado a trabalhar a violência doméstica de forma preventiva, divulgando conceitos e estimulando que alguns deles sejam repensados por professores, a exemplo do realizado em 2017 com profissionais do SESC.
Educação e família	Visa à educação preventiva de jovens e adultos no tocante à violência doméstica e familiar contra a mulher.
Educação e lúdico	Também visa à educação preventiva, divulgando conceitos e estimulando que alguns deles sejam repensados através da arte, a exemplo da Exposição Fotográfica "Colorindo a Dor", no Fórum Gumersindo Bessa; e da Oficina com adolescentes no Memorial do TJSE, com visita à exposição fotográfica.
Sala de espera	Promoveu, através de vídeos educativos, espaço de informação e reflexão sobre a violência doméstica e familiar para os usuários dos serviços judiciários nos Fóruns.
Construindo conceitos e ações	Realizou capacitação para profissionais de segurança pública sobre o tema violência doméstica e familiar contra a mulher, contribuindo para o aprimoramento no atendimento às partes envolvidas nestes casos.
Projeto informar para conscientizar	Forneceu informações e suscitou reflexão sobre violência doméstica e familiar contra a mulher através de inserção de frases nos contracheques de empresas, como também em mídias diversas.
Capacitação para magistrados, servidores da justiça e integrantes da rede	Capacitou servidores do Judiciário e magistrados, além de integrantes da rede de assistência, promovendo diálogo com os participantes e auxiliando no desenvolvimento de uma prática que permita uma interlocução entre os aspectos teóricos e o cotidiano da violência contra a mulher.

Programa Acolher para Empoderar

Objetivos

• Fortaleceu a autoestima da vítima de violência por meio do atendimento psicossocial para resgatar a autonomia financeira e emocional da mulher;

• Acolheu a mulher vítima através de um processo de sensibilização, visando encaminhá-las a psicoterapias individuais e/ou grupais;

• Encaminhou casais partes de processos para participar de terapias conjugais, possibilitando trabalhar o conflito e ressignificar conceitos e condutas;

• Possibilitou a inserção da mulher vítima no mercado de trabalho;

• Encaminhou as mulheres vítimas a cursos profissionalizantes junto a parceiros.

PROJETOS	SINOPSE
Projeto conectando com o social capacitação	Promoveu a criação de uma rede de colaboradores através de parcerias que beneficiem mulheres vítimas que sejam parte de processo que tramita no Poder Judiciário, realizando sua inclusão digital e/ou a capacitação profissional, contribuindo diretamente para o aumento das oportunidades de inserção no mercado de trabalho, possibilitando a conquista da independência financeira e social.
Projeto conectando com o social inserção no mercado de trabalho	Oportunizou a inserção de mulheres que sofrem ou sofreram violência doméstica e familiar no mercado de trabalho, oferecendo uma forma de inclusão social/laboral e favorecendo a autonomia dessas mulheres em diversos aspectos.
Projeto ressignificando os laços	Proporcionou processo terapêutico a casais que tenham atuado como partes em processos judiciais no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
Projeto de terapia para mulheres vítimas de violência doméstica	Proporcionou processo psicoterápico, em grupo ou individualmente, a mulheres vítimas que tenham atuado como parte em processo do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
Projeto viver mulher	Promoveu e reabilitou psicossocialmente a saúde de mulheres vítimas através de atendimento psicoterápico para condições de sofrimento subjetivo, bem como realizou procedimentos para estímulo aos cuidados com a saúde integral.

Programa Interior em Rede

Objetivos

Diagnosticou a realidade da rede de enfrentamento à violência doméstica em municípios com o intuito de propor ações pertinentes ao tema da VDFCM, fortalecendo a rede de atendimento.

Ações

• Reuniões para fortalecimento da rede de atendimento à violência doméstica e familiar contra a mulher do município de Nossa Senhora do Socorro;

• Capacitação em grupos reflexivos para homens autores de VDFCM, em parceria com a Fase, em Nossa Senhora do Socorro;

• Capacitações para policiais militares de Nossa Senhora do Socorro e Estância;

• Visita à DAGV de Nossa Senhora do Socorro e negociações junto à SSP para melhorias do espaço físico da DAGV;

• Palestra para a rede de saúde com objetivo de sensibilizar os profissionais em relação à VDFCM e à necessidade de preenchimento do formulário de notificação compulsória de Nossa Senhora das Dores, Estância e Nossa Senhora do Socorro;

• Palestra para a rede de assistência de Lagarto;

• Reuniões com as Coordenadoras de Políticas para Mulheres de Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro;

• Blitz nos sinais para sensibilização da população em Estância em parceria com a guarda municipal;

• Diagnóstico da rede de atendimento à mulher de Barra dos Coqueiros;

• Tratativas com a SSP no intuito de melhorar atendimento à mulher vítima na delegacia da Barra dos Coqueiros;

• Início do diagnóstico da rede de atendimento à mulher em Estância;

• Visitas técnicas a 11 municípios;

• Capacitação com a rede de atendimento de Pacatuba;

• Inserção do Programa no Planejamento Estratégico do TJSE desde 2017;

• Autorização para designação de Orçamento Próprio;

• Abrangência das ações em 17 Comarcas: Aracaju; Nossa Senhora do Socorro; Barra dos Coqueiros; Estância; Carmópolis; Pacatuba; Itabaiana; Maruim; Propriá; Malhador; Poço Redondo; Lagarto; São Cristóvão; Cedro de São João; Ribeirópolis; Itaporanga; e Laranjeiras.

Programa 3R's

Promoveu o enfoque restaurativo e a cultura de paz; trabalhou o tema da violência doméstica de forma sistemática, buscando a perspectiva dos atores em relação ao conflito; e, em caso alternativo, buscando o enfoque retributivo, de política judiciária, promovendo recuperação e reeducação dos homens autores de violência.

PROJETOS	SINOPSE
Projeto Justiça Restaurativa	Capacitação inicial sobre Justiça Restaurativa de servidoras da Coordenadoria e do Juizado de VDFCM; Início de Círculos da Paz no Presídio Feminino; Difusão da Justiça Restaurativa em palestras e cursos.
Projeto Viver Melhor / Viver Família	Reabilitou, no âmbito psicossocial, homens autores de violência, proporcionando a reestruturação de crenças disfuncionais, desenvolvendo competências relacionais e incentivando a integração positiva com a comunidade. São ações desse projeto: Realização de capacitação de homens autores de VDFCM em grupos reflexivos, em parceria com a Fase e com o município de Nossa Senhora do Socorro; Ampliação do Projeto Viver para o Projeto Viver Família, com o objetivo de atendimento psicossocial a familiares das vítimas.

Programa CIOSP/CIFAP

Integrou os sistemas de informação do TJSE e do CIOSP para prestar atendimento ágil às ocorrências de violência doméstica contra a mulher com medidas decretadas. Para isso, foram realizadas parceria com a Guarda Municipal de Aracaju, para instalar a Patrulha Maria da Penha; reunião com o CIOSP, para otimização do sistema; e visita ao Juizado para avaliação do CIFAP.

Palestras, oficinas, capacitações, reuniões e outras atividades

Palestras, oficinas, capacitações e outras atividades foram utilizadas, em todo o Estado, como meio de disseminação das ações sobre a proteção contra a violência doméstica, visando à formação de agentes multiplicadores. E, ainda, reuniões e seminários foram organizados com o fim de fomentar parcerias e outras formas de articulação interinstitucional sobre a missão de proteção à mulher vítima.



Capacitação de Agentes da Polícia Civil, em 2018.



Professora Daniela Lima, no Curso de Enfrentamento Práticos das Demandas Relativas às Mulheres, Infância e Juventude, em 2017

Semanas da Justiça pela Paz em Casa

Foram realizadas seis Semanas da Justiça Pela Paz em Casa com o objetivo de mobilizar o Poder Judiciário e a sociedade para o enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – VDFM, mediante o esforço concentrado no julgamento de demandas atinentes à temática.

PROJETOS	SINOPSE
VII SEMANA	06 a 10 de março de 2017 Palestra a profissionais da Saúde de Nossa Senhora das Dores; Parceria com a SEIDH no 1º Encontro de Enfrentamento à Violência com o tema “Conhecendo a Rede”; Pré-Círculo de Construção da Paz Presídio Feminino de Aracaju/SE.
VIII SEMANA	21 a 25 de agosto de 2017 As ações consideraram o 11º aniversário da “Lei Maria da Penha”, que contaram com a elaboração do folder “Empoderando Mulheres”, ilustrado com imagens das representantes do Coletivo de Mulheres de Aracaju.
IX SEMANA	20 a 24 de novembro de 2017 Foi dado seguimento às ações da oitava edição, bem como foram fomentados o empoderamento feminino, a intersetorialidade da rede de enfrentamento à VDFM e a prevenção do ciclo de violência.

PROJETOS	SINOPSE
X SEMANA	05 a 09 de março de 2018 Foram destacadas ações sobre a priorização nas movimentações processuais; a consecução dos programas; a reflexão sobre questões de gênero; políticas para institucionalização dos grupos reflexivos a autores de VDCM; informação, conscientização e prevenção; empoderamento das vítimas e articulação com a rede estadual de enfrentamento.
XI SEMANA	20 a 24 de agosto de 2018 Sensibilização de magistrados e servidores do TJSE para maximizar a tramitação dos processos relacionados ao tema da campanha e foram desenvolvidas ações informativas de prevenção e combate à VDCM, de forma articulada com a rede estadual de enfrentamento.
XII SEMANA	26 a 30 de novembro de 2018 Além da mobilização de magistrados e servidores do TJSE para priorização das demandas de VDCM, houve ações como a apresentação do fluxo da Casa Abrigo Núbia Marques (Aracaju), do Protocolo de Violência Doméstica do Município de Aracaju e do Plano de Comunicação do Projeto Interior em Rede.

Convênios e Termos de Cooperação

Para fomentar os projetos desenvolvidos pela Coordenadoria, bem como para participar das ações das entidades parceiras, foram formalizados convênio/termos de cooperação.

PROJETOS	SINOPSE
CONVÊNIO 04/2017 – Estatísticas - UNIT	Com a Universidade Tiradentes, com o objetivo de fazer um mapeamento dos processos de violência doméstica em Sergipe para formação de dados estatísticos quanto à incidência do delito, perfil dos envolvidos, faixa etária, etnia, grau de escolaridade, entre outros.
TERMO DE COOPERAÇÃO 14/2017 – Estatística - UFS	Com a Universidade Federal de Sergipe, para o projeto de pesquisa "Já se mete a colher em briga de marido e mulher? Diagnóstico da incidência de violência e análise da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres em Sergipe". O Projeto foi desenvolvido pela análise de processos de VDFM, de 2012 a 2016, localizados no Arquivo Judiciário a fim de conhecer o perfil da vítima e do autor do feminicídio.
1º Termo de Aditivo (2017) para prorrogação do CONVÊNIO 30/2016 - Terapia de Casa – Faculdade Pio Décimo	Com a Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo, para fornecer atendimento psicoterapêutico a casais envolvidos nos delitos de VDFM, por meio do encaminhamento voluntário das partes ao Centro de Práticas em Psicologia da Faculdade Pio Décimo.
2º Termo Aditivo (2017) para prorrogação do CONVÊNIO 08/2013 - Atendimento Psicológico às Vítimas de VDFM – Faculdade Pio Décimo	Com a Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo, para fornecer atendimento psicológico às mulheres vítimas de VDFM, por meio do encaminhamento voluntário ao Centro de Práticas em Psicologia da Faculdade Pio Décimo.

PROJETOS	SINOPSE
1º Termo Aditivo (2017) para prorrogação do CONVÊNIO 17/2015 – Estágio Curricular Obrigatório – UNIT	Com a Universidade Tiradentes, para conceder vagas de estágio curricular não remunerado a estudantes dos Cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social junto às Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
5º Termo Aditivo (2018) para prorrogação do CONVÊNIO 14/2013 – Vagas em Cursos Profissionalizantes para Vítimas de VDFM – SENAC	Com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, para disponibilizar vagas das unidades operacionais de Aracaju, Itabaiana, Lagarto e Tobias Barreto na programação quadrimestral de cursos do SENAC, a mulheres integrantes do Projeto Conectando com o Social.
CONVÊNIO 02/2017 - Conscientização da temática de VDFM – ILBJ	Com o Instituto Luciano Barreto Júnior - ILBJ, para a troca de informações sobre "Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher", com jovens, adolescentes, pais e responsáveis, além de operários da Construtora Celi.
CONVÊNIO 17/2017 - Capacitação de agentes de segurança pública – SSP/SE	Com a Secretaria de Segurança Pública – SSP/SE, para consolidar o Projeto Interior em Rede, com o diagnóstico das carências e estruturação das salas de atendimento aos delitos de VDFM nas delegacias e com a capacitação dos agentes de segurança.
CONVÊNIO – PROJETO VIVER FAMÍLIA - FACULDADE ESTÁCIO - FASE	Com a Faculdade Estácio – FASE, para fornecer atendimento nas áreas de Psicologia, Nutrição e Enfermagem a mulheres vítimas e homens autores que integram processos judiciais ativos, bem como a crianças e adolescentes que vivenciaram ciclos de violência.

EVENTOS EXTERNOS

EVENTOS	PERÍODO LOCAL	SINOPSE
2º Workshop Internacional de Acesso à Justiça	05/2018, Brasília/DF	O evento compõe o Programa 'Respostas Eficazes e Coordenadas à Violência contra as Mulheres' e é promovido pelo Instituto Avon, que tratou de estratégias e planos de ação para superação dos desafios.
13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Fazendo Gênero 11	30/07 a 04/08/2017, Florianópolis/SC	Encontro internacional e interdisciplinar sobre o tema "Transformações, Conexões, Deslocamentos".
XI e XII Jornadas da Lei Maria da Penha	08/2017, Salvador/BA e 08/2018, Brasília/DF	Promovidas pelo CNJ, destinam-se a discutir a temática da violência doméstica contra a mulher e os avanços da Lei Maria da Penha.
IX FONAVID (Fóruns Nacionais de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)	11/2017, Natal/RN	Tema "Violência Doméstica como fenômeno Mundial e Multidisciplinar", que culminou com a alteração e aprovação dos Enunciados 9, 28, 42, 43, 44, 45 e 46.
X FONAVID	11/2018, Recife/PE	Tema "Violências Machistas: Desafios do Sistema de Justiça", que culminou com a alteração e aprovação dos Enunciados 14, 47, 48 e 49.

Suporte Judiciário

Ações auxiliaram magistrados do TJSE na prestação judicial das demandas atinentes à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – VDFM.

PROJETOS	SINOPSE
Fluxograma Judicial dos delitos de VDFM	Disponibilizado em tjse.jus.br/portaldamulher/, a ferramenta indica as possibilidades de encaminhamento procedimental desde a denúncia/queixa na Delegacia até o provimento final do magistrado no processo de conhecimento, bem como identifica a fase em que o procedimento se encontra e, ainda, direciona à etapa seguinte.
Bloco de Modelos Institucionais sobre VDFM	Representa um conjunto de instrumentos judiciais, composto por decisões, sentenças e termos de audiências, editados como referência a magistrados sobre demandas dessa natureza. O bloco está disponibilizado no Sistema de Controle Processual – SCP.
Acompanhamento das Medidas Protetivas de Urgência	Controle diário das solicitações de medidas protetivas de urgência (MPU) distribuídas nas Comarcas, bem como da tramitação nas Varas competentes, a fim de identificar o fluxo, eventuais entraves, para fornecer suporte a magistrados e servidores. Como exemplo, até 29/11/2018, foram analisados 1.843 processos de requerimento de MPU.
Juízes Plantonistas – auxílio no atendimento das demandas de VDCM	Considerando as intercorrências e dificuldades enfrentadas durante os plantões judiciários, principalmente quanto a encaminhamentos à Rede de Apoio à Mulher, foi promovido evento, em novembro de 2018, em parceria com a Central de Plantão Judiciário, para divulgar as ferramentas de suporte.

Otimização do Sistema de Controle Processual do TJSE nos processos de VDCM

Em parceria com a Diretoria de Modernização Judiciária, foi implantado o Projeto "Relatórios para Monitoramento dos Processos de Violência Doméstica contra a Mulher", com alterações no Sistema de Controle Processual Virtual (SCPv) e no Portal da Coordenadoria a fim de disponibilizar acesso das informações processuais.

A iniciativa atende a Portaria nº 15/2017, do CNJ, que dispôs sobre a necessidade de aperfeiçoar os sistemas informatizados dos Tribunais sobre violência doméstica, e considerou os seguintes requisitos:

- Acompanhamento de dados estatístico e processos das demandas de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- Criação de ferramenta para monitorar o prazo de apreciação das medidas protetivas de urgência pelo magistrado;
- Inserção no processo decorrente de violência doméstica de dados referentes à vítima de violência, como: perfil etário, etnia, escolaridade, condições socioeconômicas, delimitação territorial;
- Parametrização das informações estatísticas com os dados preenchidos no sistema "SALVE", operado pelo Ministério Público.

Atualização do portal da Coordenadoria da Mulher

Reestruturou o Portal da Coordenadoria (tjse.jus.br/portaldamulher/coordenadoria-da-mulher/apresentacao), com o objetivo de melhor atender a sociedade, os servidores do TJSE e a rede de atendimento/enfrentamento à mulher vítima de VDFM.

Estatísticas dos processos de VCFM

A Coordenadoria realiza mensalmente a coleta de dados estatísticos das movimentações processuais de todas as demandas de VDFM no TJSE por meio dos links:

1. http://www.tjse.jus.br/scp/estatisticas/cartorio/EstatisticaAudienciaMulher.wsp

2. http://www.tjse.jus.br/scp/estatisticas/cartorio/EstatisticaFeminicidioMulher.wsp

3.http://www.tjse.jus.br/scp/estatisticas/cartorio/EstatisticaMedidaProtetivaMulher.wsp

Assim, foram computados os seguintes dados:

AUDIÊNCIAS 2017 01/01 até 31/12	DESIGNADAS	REALIZADAS
Total	5196	4388

AUDIÊNCIAS 2018 01/01 até 31/11*	DESIGNADAS	REALIZADAS
Total	5864	4865

ESTATÍSTICA FEMINICÍDIO		
FEMINICÍDIO	2017 01/01 até 31/12	2018 01/01 até 31/11*
Total	54	69

ESTATÍSTICAS DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA		
FEMINICÍDIO	2017 01/01 até 31/12	2018 01/01 até 31/11*
Total	1866	1850

*Os dados estatísticos referentes a dezembro de 2018 não foram disponibilizados pois somente poderão ser obtidos a partir do mês de janeiro de 2019.

NOVOS PROJETOS - MARCAS

Momento Justiça

Lançado em maio de 2017, divulga informações do Poder Judiciário sergipano, especialmente os serviços ofertados, com linguagem acessível. Começou a ser transmitido pela Rádio Comunitária Barra FM (87,9) e depois pelas rádios Aperipê AM (630) e FM (104,9). Foram produzidas e exibidas 12 peças radiofônicas de 15 (quinze) segundos, abrangendo um público potencial de mais de 600 mil habitantes.

Vivas Memórias

Contribuição ao Projeto Vivas Memórias, do Memorial do Poder Judiciário, com realização de entrevistas em vídeo com profissionais expoentes das carreiras jurídicas sergipanas, principalmente magistrados ativos e inativos. O projeto permitiu preservar para a posteridade relatos de vivências contatados pelas próprias personalidades, desde a infância, passando pela formação no ensino superior e, ingresso e trajetória na carreira jurídica, concluindo na aposentadoria, conforme o caso, além de vivências pessoais. Todo o material ficará disponibilizado à pesquisa no Memorial do Judiciário. Em novembro de 2018, a Jornalista da Dicom, Janaina Cruz, apresentou o projeto no I Workshop Cases de Comunicação do Sistema de Justiça, promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), em São Luís/MA.

Outdoor Interno

Veiculação de 128 artes gráficas para comunicação interna ostensiva, nas telas de computador de todo o Poder Judiciário, tiveram versões nos displays dos elevadores e, ainda, em telas instaladas em corredores, sobre eventos especiais.

Clipping Jus

Em fevereiro de 2017, a Dicom transformou o clipping de notícias da mídia impressa em versão eletrônica, economizando papel e beneficiando mais magistrados e gestores. Em 2018, o serviço passou a oferecer a cobertura de notícias veiculadas em rádio.

Programa de TV Sergipe Justiça

Foram produzidas e exibidas 127 edições de 30 minutos semanais, sobre os serviços e novidades do Poder Judiciário sergipano, transmitidas pela TV Justiça (nacional), TV Aperipê, TV Alese, TV Câmara e Youtube. Em 2017, o programa passou a contar com o recurso closed caption, que disponibiliza legendas facilitando a acessibilidade.Programa de TV Sergipe Justiça

Revista Eletrônica Judiciarium

A tradicional revista que destaca as principais ações do Judiciário sergipano passou a ter versão exclusivamente eletrônica, permitindo a leitura em diferentes dispositivos, como celulares e tablets. Dessa forma, foram publicadas 11 edições, entre as quais estão reportagens como a que celebrou os 20 anos do Fórum Gumersindo Bessa, o uso de tornozeleira eletrônica como medida para desafogar os presídios, a adoção necessária e a prioridade dada ao pagamento de precatórios. A revista também trouxe novas seções, a exemplo da 'Judicial Social', que aborda aspectos mais humanizados dos serviços judiciais; 'Evolução com macrodesafios', que mostra vários projetos do planejamento estratégico do TJSE; e a 'Prata da Casa', homenageando magistrados e servidores aposentados.



TJSE nas Redações

Foi realizada uma edição do projeto, que compartilhou, no dia 24 abril de 2017, informações sobre o funcionamento do Poder Judiciário para melhor conhecimento dos estudantes de Jornalismo, da Universidade Federal de Sergipe.

CAMPANHAS



Dia Internacional da Mulher

Para ressaltar a contribuição feminina na prestação jurisdicional de qualidade, em março de 2017, o TJSE homenageou magistradas e servidoras aposentadas, que receberam placas e certificados, com o tema Respeito por igual.



Abraço de Mãe, amor com carinho

Em homenagem ao Dia das Mães, a Dicom desenvolveu a marca para a campanha e elaborou o material gráfico para divulgação das fotos e frases vencedoras.



Muito mais que Pai

A exemplo do que ocorreu no Dia das Mães, servidores e magistrados tiveram a oportunidade de enviar fotos de pais e filhos. Os vencedores receberam certificados e as fotos foram divulgadas em um evento realizado no TJSE, no qual magistrados e servidores aposentados também foram homenageados com a exibição de entrevistas concedidas à Dicom.



Aniversário do Arquivo Judiciário

Para comemorar o aniversário de 33 anos do Arquivo Judiciário, a Dicom elaborou as peças gráficas da exposição 'Nossa história está aqui: Democracia, Verdade e Memória', com o subtema 'Memória, Verdade e Repressão em Sergipe nos anos 50'. Também foi responsável pela elaboração de um vídeo de dez minutos mostrando como o Arquivo funciona e a importância dele para a preservação da história de Sergipe.



Outubro Rosa

A Dicom veiculou informações de combate ao câncer de mama e mobilizou magistrados e servidores ao longo do Mês do Servidor. Em 2017, a abertura da campanha contou com a exposição Eu ainda sou bela, do fotógrafo Bruno César, da Dicom. Também foram gravados em vídeo depoimentos de servidoras que enfrentaram a doença. Orientações sobre o combate ao câncer foram exibidos nos papéis de parede das telas de todos os computadores do TJSE e a Dicom fez a cobertura das ações do Centro Médico, que percorreu o Estado para realizar palestras e exames. O projeto foi premiado em segundo lugar na categoria de Comunicação Interna, do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, realizado em Cuiabá/MT, em junho de 2018.



Sangue: Faça feliz alguém que pode ser você!

Em 2018, a campanha levou o Hemose até o Centro Médico do TJSE e ao Fórum Gumersindo Bessa, incentivando magistrados e servidores à doação sangue e também ao cadastro no Banco Nacional de Medula Óssea.



Precatórios

O pagamento de precatórios, como uma das prioridades da gestão, teve a participação da Dicom em várias coberturas de audiências de pagamento; e na criação de peças gráficas de publicidade.



Clube de Descontos Mais TJSE

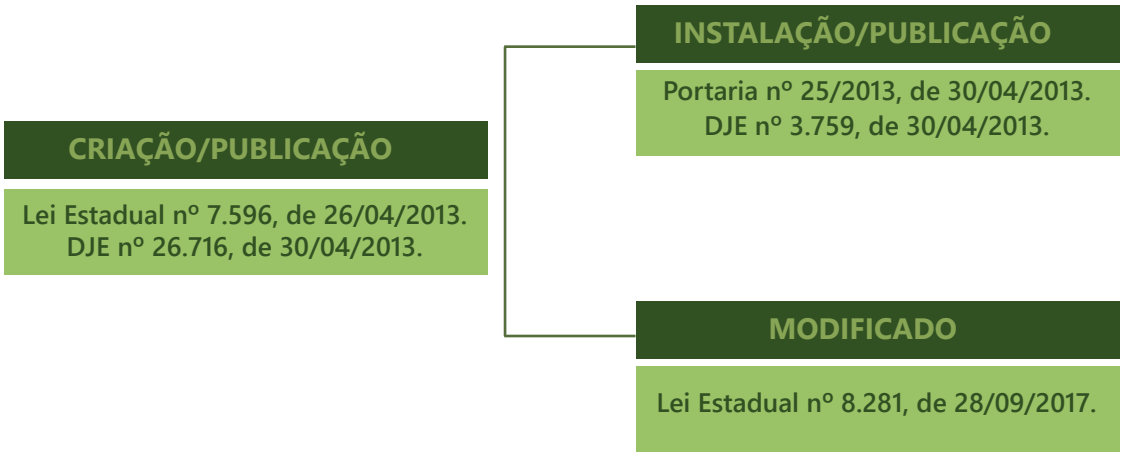
Campanha de ampla divulgação de descontos ofertados por empresas e profissionais a magistrados e servidores, sobre mais de 80 itens de nove categorias.



DEPARTAMENTO DE PRECATÓRIOS

O Departamento de Precatórios(Deprec) é o órgão responsável pelo processamento, execução e pagamento dos precatórios das Fazendas Públicas, Estadual e Municipal, bem como dos demais entes das Administrações Públicas Indiretas da União, do Estado de Sergipe e respectivos municípios. Para isso, elabora cálculos, controle financeiro, informações e pareceres sobre o acompanhamento de precatórios e comunicação com as entidades devedoras.

Leis de Criação/Instalação/Modificação do Departamento de Precatórios



Com a modificação trazida pela Lei Estadual nº 8.281, de 28/09/2017, foi permitida a homologação de cálculos de precatórios por servidores efetivos, sem necessariamente serem Analistas Judiciários de Contabilidade, o que aumentou a capacidade de processamento do Deprec, composto por 32 colaboradores, além da Juíza Gestora.

De forma pioneira, houve a contribuição de 15 contadores contratados temporariamente por Processo Seletivo Simplificado (Edital nº 03/2018), o que culminou com mais 1.275 cálculos realizados. A iniciativa foi aprovada, por ocasião da inspeção realizada em setembro de 2018, pelo CNJ, que apontou como modelo de eficiência, recomendando-o ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Plano de Organização do Departamento

Para agilizar o pagamento de precatórios, com as receitas disponíveis até 2018, foram elaboradas ações de planejamento e modernização, o que ensejou a implantação do Plano de Organização do Departamento de Precatórios, em três Eixos de atuação, passando a servir de guia de orientação dos trabalhos.
Assim, de forma prática e objetiva, respeitando e valorizando o histórico e contribuições de gestões passadas, foram reorganizados e modernizados as práxis e procedimentos desenvolvidos internamente nos setores e, mais importante, ainda, promoveu a adoção de ferramentas informatizadas, que hoje, comparadamente aos recursos existentes, resultam em uma maior produtividade e celeridade na efetividade dos pagamentos.

Eixos de Atuação: Processos Internos

Objetivou agilizar a tramitação administrativa de Precatórios englobando ações da Chefia, Secretaria de Apoio, Divisão de Apoio e Recepção de Precatórios, Divisão de Pareceres e Pagamento, Divisão de Processamento e Cálculos e Assessoria de Magistrado, utilizando-se a padronização e simplificação das rotinas de trabalho. Destacamos as principais ações desenvolvidos:

REALIZAÇÃO	IMPACTO
Criação do fluxo de trabalho do Departamento	Adequação dos servidores as rotinas de trabalho necessárias para finalização mais célere dos procedimentos inerentes ao Departamento;
Criação de gestão de conhecimento compartilhado	Disseminação e unificação de conhecimentos, tornando todos os entendimentos públicos aos servidores, gerando discussões sobre temas e desmistificando teses;
Realização de 100% das audiências de cobranças.	Monitoramento de todos os municípios, com realização de audiências para apresentação de planos de pagamentos anuais;
Gestão Financeira	Acompanhamento e monitoramento das contas judiciais: saldos, pagamentos efetuados e transferências realizadas, informando, quando solicitado, existência de disponibilidade financeira para pagamento de precatório; Verificação de regularidade dos aportes mensais dos Entes devedores dando encaminhamento pertinente nos casos de inadimplência;

Eixos de Atuação: Infraestrutura

Objetivou dotar o Departamento com novas estruturas físicas e tecnológicas, bem como meios adequados ao desenvolvimento do trabalho e à melhoria da efetividade do pagamento dos Precatórios, bem como analisou os sistemas utilizados pelo Órgão implementando, por conseguinte, ações de ajustes e melhorias. Além do aumento da área destinada ao setor, que praticamente dobrou, e da alocação de mais servidores, foram incorporados insumos tecnológicos e várias ferramentas de gestão. Destacamos as principais realizações:

Ainda, na integração bancária foi possível a assinatura eletrônica de todos os atos e movimentações bancárias pelo Presidente do TJSE; o acompanhamento diário de saldos e rendimentos, pelo Sistema de Controle Processual, sem necessidade de acessar o Internet Banking; e a interligação das informações dos pagamentos efetuados aos credores com saldos existentes nas contas bancárias dos Entes devedores.

REALIZAÇÃO	IMPACTO
Módulo Tributário	A execução dos cálculos de atualização de precatórios foi tornada mais eficaz, no âmbito do Sistema de Controle Processual, incluindo o cálculo das retenções devidas.
Manual de Cálculos	Elaboração de instrumento de orientação e padronização na execução e revisão dos cálculos dos valores devidos, por ocasião da liquidação dos precatórios.
Transferência Eletrônica dos Créditos	Transferência diretamente em contas-correntes dos credores (Portaria Normativa nº 02 e 08/2018), o que ensejou celeridade e eficiência nos pagamentos dos precatórios.
Transferência do Imposto de Renda e Previdência	Transferência automática dos descontos retidos.
Integração Bancária	Possibilitou que operações de transferências eletrônicas entre as contas judiciais se tornassem automáticas, quando antes demandava solicitações ex-ofício, sendo os movimentos realizados através de assinatura eletrônica. Assim, foi possível agregar recursos que permitiram um controle com transparência, visando a uma gestão financeira mais eficiente.

Eixos de Atuação: Gestão da Informação e Comunicação

Objetivou aprimorar o processo de comunicação do Departamento de Precatórios, viabilizando meios para o compartilhamento e disseminação de informações.

Recursos de comunicação foram utilizados para aumentar a transparência das atividades do Deprec, como nas ações de publicidade sobre as audiências públicas para pagamento de precatórios. Além disso, o aperfeiçoamento do Portal do setor possibilitou a credores e devedores acesso fácil as informações e serviços, como a inédita consulta de precatórios por Cadastro de Pessoa Física (CPF).

A comunicação presencial também foi favorecida no novo layout do Deprec, para mais conforto ao atendimento de centenas de advogados e partes ao longo da gestão e, ainda, por ocasião das reuniões periódicas com o Comitê Estadual de Precatórios e com o Comitê Gestor das Contas Especiais de Precatórios. Listamos outras realizações:

REALIZAÇÃO	IMPACTO
Realização do 1º Encontro sobre Precatórios e Gestores.	Palestra versando os temas mais discutidos em precatórios, evidenciando a responsabilidade constitucional de pagamento por parte dos Entes devedores, bem com as consequências do não pagamento; Participação dos gestores municipais e procuradores, membros dos Tribunais, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados e estudantes; Promoção do diálogo com conhecimento e discussão dos problemas e dificuldades encontrados pelos agentes envolvidos no Processo de pagamento de Precatórios;
Publicidade das ações e atos do Departamento no Portal do Deprec e meios de comunicação de amplo alcance.	Informação e maior transparência para a população e aos jurisdicionados, especialmente aos credores e Entes devedores, dos pagamentos realizados; Entrevistas à emissoras de rádio e publicação de matérias em mídias digitais, quanto às medidas e atos empreendidos pelo Departamento com vistas a dar efetividade ao maior número possível de pagamentos; Ampliação dos veículos de comunicação promovendo, assim, a divulgação e o acesso da informação, simultaneamente, a vários segmentos da sociedade.

Ao longo do biênio, a divulgação das ações foi amplificada por diversas oportunidades de cobertura de veículos de mídia impressa, de rádio, internet e televisão, além da edição de um vídeo institucional, como mais uma ferramenta de informação e transparência.

Departamento de Precatórios em Números

Ao longo de todo o biênio 2017 - 2019, o Deprec assumiu e procurou manter o compromisso de "agilizar o pagamento de precatórios aos credores, tanto quanto possível".

Nesse sentido, os esforços empreendidos por todos que compõem o Departamento consolidaram a concretização do sonho de muitos credores que, após vários anos de angústia e espera, tiveram o pagamento dos seus precatórios efetivados.

Esse comprometimento por parte de todos, indistintamente, pôde ser retratado pelos números pontuados e índices alcançados, conforme gráficos seguintes, com contabilização dos dados registrados no SCP/TJSE até 28/01/2019.

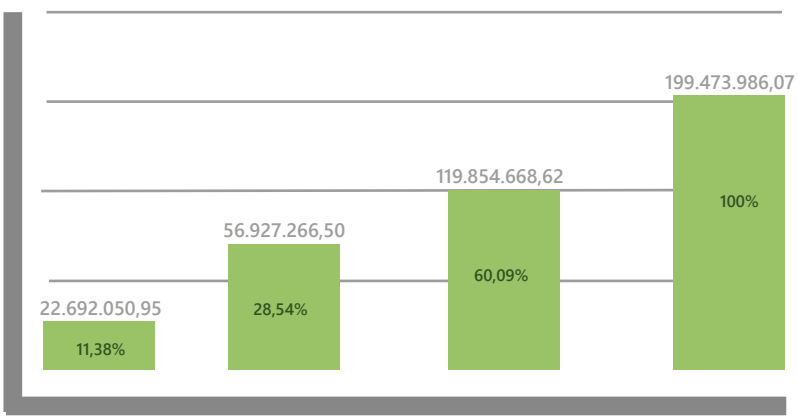
Totalização de Precatórios Pagos : Biênio 2017-2019

BIÊNIO	Ano de Apresentação dos Precatórios	Ano de efetivo pagamento	Nº de Precatórios	Nº de Credores	Valor Pago (R$)
2017-2019*	2001 A 2017	2003 A 2018	2.112	3.704	199.473.986,07

PAGAMENTOS EFETIVADOS		
Modalidades de Precatório	**Quantidade de Credores***	**Montante pago (R$)***
Antecipações Constitucionais(2010-2018)	1.161	22.692.050,95 (vinte e dois milhões, seiscentos e noventa e dois mil, cinquenta reais e noventa e cinco centavos)
Acordo Direto (Edital 01/2016)	708	56.927.266,50 (cinquenta e seis milhões, novecentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)
Cronologia	1.835	119.854.668,62 (cento e dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos)
TOTAL	3.704	199.473.986,07 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e seis reais e sete centavos)

*Dados atualizados em 31/01/2019

Distribuição de Pagamento por tipografia
Biênio: 2017 a 2019*



(*) Dados Consolidados até 31/01/2019

Regime Geral e Especial

Em fevereiro de 2017, foram identificados 77 Entes devedores. Desse total, 64 (83%) estavam no Regime Especial e outros 13 (17%), no Regime Geral de pagamento. Considerando a cronologia de pagamento, isto é, o ano em que o precatório efetivamente deveria ter sido pago, o quadro apontou que somente quatro municípios devedores (5%) não apresentavam precatórios a pagar e apenas cinco municípios (7%) estavam em situação regular no pagamento a seus credores.

Por outro lado, foi verificado atraso de 68 Entes (88%) na cronologia, com variabilidade de um a 13 anos de pendência. Então, foi iniciada uma política de conversação, monitoramento e cobrança para normalizar a liquidação de precatórios e promover o retorno de Entes do Regime Especial para o Geral.

Como resultado, ao longo do biênio, os Entes devedores passaram a manter a regularidade dos aportes mensais, cujo montante depositado nas contas judiciais foi superior a R$ 190 milhões. Quanto à adimplência, registrou-se um índice de 84% na regularidade dos aportes efetivados. Ao final, o número de Entes no Regime Geral aumentou de 13 para 19 (aumento de 46%) e, no Regime Especial, passou de 64 para 58 entes (redução de 9%).

Outro avanço foi a normalização da data de efetivo pagamento, pois o número de Entes com cronologia regularizada aumentou de cinco para dezoito (incremento de 260%). Sobre a cronologia, constatou-se o avanço de que 22 dos 68 Entes com pagamentos em atraso efetivaram a liquidação de seus precatórios e progrediram de duas a quatro cronologias.

De fevereiro de 2017 a 31 de janeiro de 2019, o Deprec efetuou o pagamento de mais de R$ 199 milhões em precatórios, o que representa crescimento de 274% sobre a soma dos valores pagos de 2013 a 2016, quando o total aplicado foi de R$ 72,6 milhões.

Mesmo com o expressivo volume de pagamento, em situações específicas, em que não foi possível a imediata quitação, foi realizado o provisionamento do valor devido, o que contabilizou para o biênio montante superior a R$ 11,2 milhões (20/12/2018). A tabela abaixo – Cronologia de Pagamento - Por Ente Devedor, retrata os avanços cronológicos de cada Ente e a posição em que o mesmo se encontra.

Número de cronologia em atraso por ano de efetivo pagamento	Nº de Cronologia em Atraso		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	12	13	14/18	TOTAL
	Total de Entes	Posição em 31.05.2017	05	07	06	08	12	16	08	04	04	01	01	00	01	00	73
		Posição em 28.01.2019	18	12	08	04	10	10	07	02	01	00	01	00	00	00	73

Aportes dos Entes devedores

Grande foi a atenção dispensada ao acompanhamento, cobrança e fiscalização, no tocante aos depósitos efetuados pelos entes devedores, tendo em vista que a execução do pagamento de Precatórios só é concretizada mediante disponibilidade financeira existente e suficiente à satisfação do crédito.

Assim, como mecanismo de aferição à regularidade dos aportes feitos, o Deprec manteve, ao longo do biênio, controle sistemático de verificação dos extratos bancários das contas judiciais de cada Ente devedor, e ainda, também, demandou o Ente, quando da inadimplência, promovendo as medidas de intervenções pertinentes, inclusive a adoção da ação de sequestro, de modo que fosse saneada, tanto quanto possível, as irregularidades apuradas.
Como resultado dessas ações, temos que ao longo do biênio 2017 - 2019, os Entes devedores depositaram nas contas judiciais administradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o montante superior a R$ 190 milhões de reais. A regularidade dos aportes registrou uma adimplencia acima de 84%.

Audiências de Cobrança	
Percentual de Audiências de Cobrança sobre Entes Devedores	**Valor captado (R$)**
100%	196.574.546,74 (Cento e noventa e seis milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos)

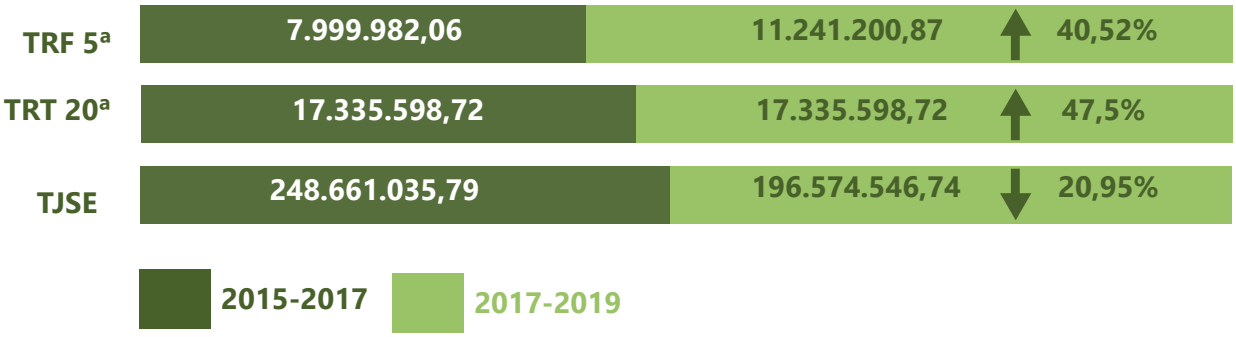
Gestão Financeira

O saldo das Contas Especiais, mantidas e gerenciadas pelo TJSE, é periodicamente objeto de rateio entre os Tribunais que integram o Comitê Gestor (TJSE, TRT 20 e TRF 5, cujos representantes foram indicados pela Portaria Normativa nº 226/2017- GP2 - Constitutiva, de 10/03/2017).

Dessa forma, observada a proporcionalidade que cabe a cada um, o TJSE promove o rateio e repasse, conforme regulamentação do Convênio nº 01/2015.Na gestão 2017-2019 foram efetuados 02 (dois) rateios, sob o nº 01/2017 e 01/2018, com valores disponibilizados no Portal de Precatórios, conforme gráficos abaixo:

Comitê Gestor das Contas Especiais (Convênio n° 01/2015)	
Tribunais membros	**Valor rateado (R$)** Rateios nº 01/2017 e 01/2018)
TRT 20ª Região e TRF 5ª Região	29,4 milhões
TJSE	196,6 milhões

REPASSE FINANCEIRO POR BIÊNIO
RATEIO TJSE - TRT 20º - TRF 5ª
PERÍODO: 2015 A 2019



Vencidos os desafios inerentes ao processo, os resultados conquistados revelam o quanto se avançou ao longo dos 24 meses de muito trabalho, dedicação e, acima de tudo, compromisso e responsabilidade para com a efetividade da justiça.

2 SEPLAD

Secretaria de Planejamento e Administração


SEPLAD
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento
Diretoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Administração
Departamento de Obras
Diretoria de Segurança
Centro Médico

SEPLAD

A Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD) liderou ações em diversos setores, como demonstra o quadro sumário de investimentos:

Investimentos na Secretaria de Administração e Planejamento

Setor	Itens	Investimentos (R$)
Centro Médico	Um gabinete odontológico, equipamentos e insumos	135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)
Departamento de Obras	Construção e reforma de unidades	13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais 103.458,40)
Departamento de Planejamento e Desenvolvimento	Realização dos IX e X Encontros Anuais de Planejamento Estratégico	65.400,00 (sessenta e cinco mil e quatrocentos reais)
Diretoria de Administração	Veículos, mobiliários, máquinas e equipamentos	1.945.000,00 (um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil reais)
Diretoria de Gestão de Pessoas*	Prêmio de Bônus de Desempenho em 2017 e 2018	2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais)
Diretoria de Segurança	Implantação do sistema de CFTV, aquisição de portais detectores de metais e prensa hidráulica para inutilizar armas custodiadas em processos.	529.000,00 (quinhentos e vinte e nove mil reais)
TOTAL		18.574.400,00 (dezoito milhões, quinhentos e setenta e quatro mil e quatrocentos reais)

*Além desses investimentos, no âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas, foram investidos R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) mensais ao projeto Bolsa Estudo, e R$ 871.700,00 (oitocentos e setenta e um mil e setecentos reais) mensais para a revisão das carreiras, com a atualização do percentual entre as letras.

CENTRO MÉDICO

No biênio 2017-2019, até novembro de 2018, foram realizados 30 mil atendimentos com a finalidade de melhorar a qualidade de vida de magistrados e servidores.

ATENDIMENTOS 2017

2017	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço Social	Fisioterapia	Pilates	Reiki	Junta Médica
Janeiro	140	222	112	155	00	149	0	0	31
Fevereiro	118	215	151	167	00	211	0	0	32
Março	132	218	323	156	13	255	0	0	34
Abril	124	194	312	172	13	193	37	0	21
Maio	213	249	867	236	34	207	102	0	30
Junho	145	244	161	123	13	195	94	0	41
Julho	158	187	160	158	28	216	142	0	49
Agosto	188	226	159	163	22	351	122	31	45
Setembro	202	257	314	160	23	336	108	45	48
Outubro	160	209	472	150	22	234	176	40	46
Novembro	96	152	263	165	31	316	17	34	32
Dezembro	51	64	472	173	15	161	57	27	19
Total	1727	2437	3766	1978	214	2824	855	177	428

ATENDIMENTOS 2018

2018	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço Social	Fisioterapia	Pilates	Reiki	Junta Médica
Janeiro	204	183	203	147	07	192	78	20	36
Fevereiro	147	196	212	127	00	228	85	29	42
Março	191	232	323	146	16	277	53	14	59
Abril	184	208	331	143	37	280	140	0	53
Maio	204	246	798	169	40	318	115	0	25
Junho	181	246	256	110	68	194	113	9	72
Julho	160	359	467	121	68	193	91	11	17
Agosto	249	311	749	158	61	310	159	20	42
Setembro	197	267	267	146	47	330	32	20	31
Outubro	173	330	236	176	54	398	78	41	58
Novembro	25	120	84	161	10	103	9	10	14
Dezembro									
Total	1915	2698	3926	1604	408	2823	953	174	449

AÇÕES	
PROJETOS	**SINOPSE**
Vida Saudável	Objetivou melhorar a qualidade de vida por meio de uma reeducação alimentar e nutricional, manutenção da saúde e redução do índice de sobrepeso e obesidade. Em 2017, foram atendidos 13 servidores e, em 2018, 34.
Viva Zen	Objetivou contribuir para o bem-estar no trabalho, controle e prevenção dos efeitos do estresse ocupacional e da Síndrome de Burnout. Criado em 2018, atendeu 25 servidores.
Doação no Judiciário	Implantado em 2018, houve 104 servidores doadores de sangue, muitos dos quais também se cadastraram como doadores de medula óssea.
Intervenção Psicossocial aos Servidores em Situação de Estresse	Objetivando construir Bases para o Desenvolvimento Pessoal. Em 2017, foram atendidos 188 servidores e, em 2018, 324.
Yoga	Objetivou a redução do estresse, equilíbrio dos hormônios e regular funcionamento do sistema nervoso; melhoria na concentração; autoconhecimento; estímulos à memória; contribuição para o emagrecimento e à qualidade do sono; além de fortalecimento da musculatura.
Semana do Servidor	Ações itinerantes do CEMED em Comarcas de todo o Estado. Em 2017, foram 207 servidores atendidos e, em 2018, 158.
Incluir	Ações de atenção especialmente aos servidores com necessidades especiais.
Justiça Contra o Tabagismo	Efetivado por equipe multidisciplinar, o sucesso do tratamento é otimizado pela tríade: motivação pessoal, medicação e apoio grupal.
Atenção Psicossocial	Destinado aos servidores com mudança de lotação, conforme demanda definida pela Diretoria de Gestão de Pessoas.
Orientação para os Pais	Objetivou (res)significar vínculos afetivos entre pais e filhos. Em 2017, foram 22 servidores atendidos.
PROPA (Projeto de Orientação para a Aposentadoria)	Objetivou orientar servidores sobre a preparação para uma nova etapa da vida na aposentadoria, visando ao bem-estar e à saúde física e emocional. Em 2017, foram atendidos 20 servidores e, em 2018, oito.
Atenção Psicossocial às Gestantes	Foram atendidas oito servidoras gestantes em 2017.
Campanha de Prevenção à Síndrome Metabólica	Em 2017, foram atendidos 335 servidores e, em 2018, 104.
Reiki	Objetivou ofertar a magistrados e servidores a prática japonesa que canaliza energia a partir das mãos para restabelecer o equilíbrio emocional e físico. Em 2017, foram 177 atendimentos e, em 2018, 174.

OBRAS

Um dos principais projetos do Departamento de Obras do TJSE na gestão 2017-2019 foi a implementação da usina fotovoltaica no Fórum de Campo do Brito. O intuito foi tornar o prédio autossuficiente energeticamente, contribuindo diretamente para a redução do consumo de energia e melhoria do meio ambiente.



O prédio foi o primeiro do TJSE e um dos primeiros do país a operar com fonte de energia renovável



Projetos

Obras de reformas concluídas - Forro de cobertura da Amase, da sala da OAB e do Protocolo Administrativo; serviços de engenharia nos fóruns de Pirambu, Ribeirópolis, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Neópolis e Riachão do Dantas, na Turma Recursal, na 16ª Vara da Infância e Juventude e no Palácio da Justiça, nos Fóruns Integrados II.

•Substituição das lâmpadas tubulares fluorescentes nos prédios do Palácio e anexos administrativos por lâmpadas em LED ;

•Conclusão da construção do Fórum de Cedro de São João;

•Construção do reservatório superior e inferior do Fórum de Itabaianinha;

•Recuperação da fachada de granito do Fórum de São Cristóvão (UFS);

•Reforma do Fórum de Campo do Brito;

•Reforma, ampliação e construção da guarita do Fórum de Cristinápolis.

Investimentos

OBRAS	VALOR - R$
REFORMAS	
Arquivo Judiciário	730.433,90
Fórum de Nossa Senhora do Socorro (sede)	1.476.990,00
Fórum de Itabaianinha	399.605,23
Fórum de Boquim	656.641,56
Fórum de Lagarto	730.864,02
Fóruns Integrados III	651.603,71
Fórum Gumersindo Bessa – 1ª etapa	328.274,98
Fórum Gumersindo Bessa – 2ª etapa	1.434.622,23
Fórum de Umbaúba	303.479,88
Fórum de Santo Amaro	97.157,76
Memorial do Poder Judiciário	256.211,75
Para criação de nova vara no Fórum de Neópolis	233.772,47
Para criação de nova vara no Fórum de N. Sra. das Dores	337.782,64

OUTRAS OBRAS	VALOR - R$
Construção do Novo Fórum de Indiaroba	2.194.878,24
Serviços de Segurança nos Fóruns de Nossa Sra. da Glória, Marcos Freire II, Japoatã, Itabaiana, Ribeirópolis e Gumersindo Bessa	424.633,65
Pinturas dos Fóruns de São Cristóvão, Riachuelo e Frei Paulo	52.835,48
Aquisição de Lâmpadas de LED	22.680,00
Unidades com potencialização da segurança: Fóruns de Nossa Senhora da Glória, Marcos Freire II, Japoatã, Itabaiana, Ribeirópolis e Gumersindo Bessa	424.633,65
Acessibilidade do Fórum Gumersindo Bessa (em processo licitatório)	1.165.291,77*
Construção do Fórum de Indiaroba (Distrito elevado a Comarca)	2.194.878,24
Fórum de Carmópolis (em processo licitatório)	156.931,05*
Pintura de fachadas: Fóruns de São Cristóvão, Riachuelo e Ribeirópolis	52.835.48
Fórum de Riachão do Dantas (ampliação para criação de uma nova Vara)	45.700,00
Fórum de Frei Paulo (Construção de um novo prédio)	44.268,80

*valor estimado

Diretoria de Administração

Um dos projetos da Diretoria de Administração (DIAD) do TJSE, na gestão 2017-2019, foi o Plano de Logística Sustentável (PLS). O objetivo foi reduzir o consumo de água, energia, papel A4, copos descartáveis, entre outros itens. O projeto também articulou campanhas de conscientização do servidor quanto à gestão sustentável, em parceria com a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento.

Entre as ações, a DIAD promoveu a Semana do Meio Ambiente, em junho de 2018, oportunidade em que houve palestra 'Justiça sustentável e Meio Ambiente ecologicamente equilibrado', feira de orgânicos e de artesanatos locais, sendo que a feira de orgânicos continuou acontecendo, quinzenalmente, no Palácio da Justiça e no Fórum Gumersindo Bessa.



A feirinha de orgânicos está alinhada ao Plano de Logística Sustentável do TJSE



A feira teve início em junho de 2018 e passou a acontecer quinzenalmente

Também estiveram entre as atividades da DIAD a gestão de contratos de ticket vale-gás, que foram distribuídos às diversas unidades do TJSE; além da gestão de ticket alimentação, fornecidos aos motoristas e militares requisitados à disposição do Tribunal.

Coordenadoria de Material e Patrimônio

É responsável pela gestão do material de consumo e permanente do TJSE, atendendo aos pedidos de todas as unidades, visando sempre à eficiência e o melhor uso dos recursos. Para otimizar os trabalhos, as atividades foram desenvolvidas da seguinte forma:

Divisão de Compras

Responsável pelo fornecimento de passagens aéreas. O TJSE possui o Contrato nº 041/2015, celebrado com a empresa Distak Agência de Viagens e Turismo Ltda - EPP, cujo objeto é a prestação de serviços de agenciamento de viagens. Tais serviços compreendem a emissão, remarcação, reserva e o cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais para membros do Tribunal de Justiça. O valor total estimado foi de R$ 372.205,00, tem sido prorrogada a sua vigência, em razão da necessidade da continuidade dos serviços e da eficiência da mencionada empresa.

Divisão de Almoxarifado

• Participação no Plano de Logística Sustentável (PLS);
• Acompanhamento nas políticas de redução do consumo de papel A-4, e copos descartáveis de água, conforme (PLS);
• Estudos técnicos para qualificação dos materiais a serem adquiridos pelo Tribunal;
• Levantamento e recolhimento de materiais nas unidades judiciais;
• Controle das Atas de Registro de Preços para abastecimento do Almoxarifado: material de copa e cozinha e gêneros alimentícios; de limpeza; de expediente; papel A4; e material impresso;

Divisão de Patrimônio

• Elaboração da Instrução Normativa 10/2017;
• Elaboração de Termos de Referência e Gestão de Atas de Registro de Preço e Contratos para a compra de diversos equipamentos, como mesas, cadeiras, armários, ventiladores, eletrodomésticos, entre outros;
• Reforma no estofado das cadeiras da Sala VIP;
• Substituição de armários de copas na capital e interior do Estado;
• Manutenção e reformas em cadeiras, longarinas, poltronas, sofás, mesas e armários;
• Realização de descarte de bens inservíveis através de doação à Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (Care). Doação de bens móveis inservíveis ao TJSE a diversas instituições públicas e privadas do Estado de Sergipe;
• Instalação dos móveis das novas Varas de Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros;
• Mudança de local da Coordenadoria da Mulher e Infância, da Diretoria de Segurança, Central de Mandados do Bessa, Vara da Fazenda Pública; Cejusc e 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Varas Cíveis da Capital, além da 1ª e 2ª Vara Cível, 2ª Vara Criminal e 2º Juizado de Nossa Senhora do Socorro;
• Transferência da Secretaria Única e da Turma Recursal da sede para o Fórum Gumersindo Bessa;
• Realização da mudança da sede do Fórum de Cedro de São João;

Divisão de Controle de Material

• Aquisição de toners e cartuchos para todas as unidades, totalizando R$ 1.113.567,90;
• Aquisição de persianas para instalação em setores da capital e interior, totalizando R$ 20.892,92;
• Aquisição de cortinas blackout para algumas unidades do Palácio da Justiça e Anexo Administrativo I, totalizando R$ 13.867,88;
• Aquisição de tapetes sintéticos para as diversas Comarcas do interior, totalizando R$ 12.797,50;
• Encaminhamento de diversos livros de registro de nascimentos, óbitos, casamentos, entre outros, dos cartórios extrajudiciais da capital, para encadernação R$ 2.321,00;
• Doação de 4.841 toners vazios para a Care;

Coordenadoria de Serviços

Responsável pela gestão das atividades pertinentes à administração predial, geriu os seguintes contratos:

OBJETO	DESPESAS 2017	DESPESAS 2018	CONTRATO	VENCIMENTO
Água potável encanada	1.487.202,05	1.124.227,49*	003/2018	25/01/2019
Energia elétrica	4.072.660,72	3.494.889,64*	054/2017	24/01/2019
Multserv	10.719.056,98	9.193.568,74*	024/2013	01/05/2019
Seguro predial	75.000,00	130.659,62	032/2016 039/2018	08/06/2019 13/06/2019

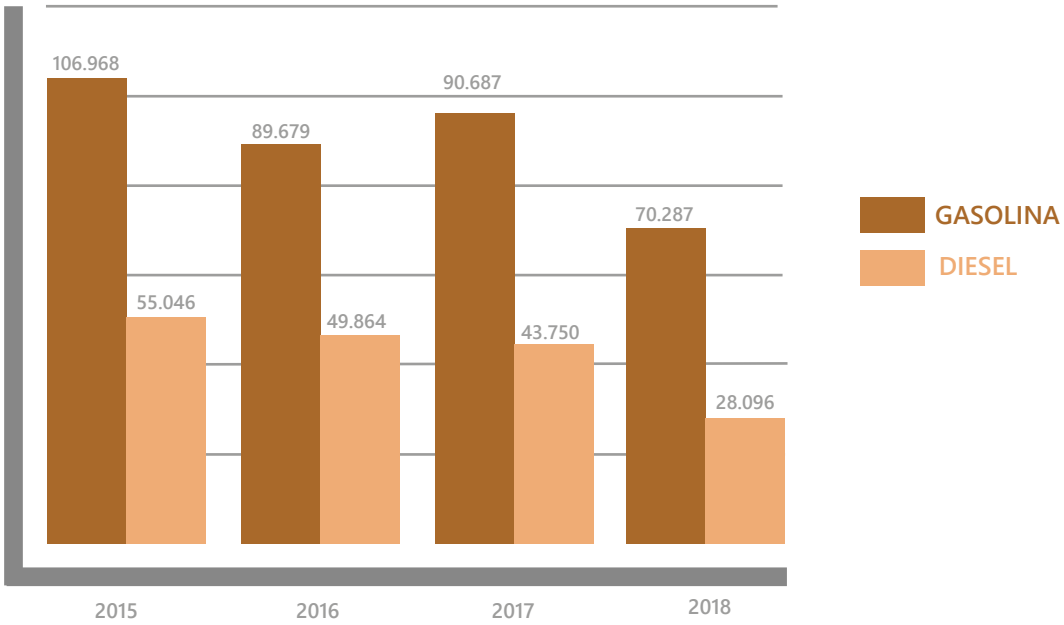
*Os valores referentes a despesas 2018, com água potável e energia elétrica, estão disponíveis até o mês de setembro/2018.

Divisão de Transportes

Geriu contratos e atas para compra e manutenção de veículos, substituição de peças, óleo, pneus, mão de obra, abastecimento, seguro e revisão dos veículos.

MANUTENÇÃO DA FROTA		
DESPESAS COM VEÍCULOS (R$)	2017	2018
Manutenção dos veículos	254.731,10	188.096,90
Abastecimentos gasolina	344.324,02	320.915,03
Abastecimentos diesel	143.621,91	103.458,40
Sistema de Rastreamento Veicular	24.656,20	19.032,34
Total	767.333,23	631.502,67
Quilometragem rodada (km)	1.127.729	826.570
Custo por km rodado (R$)	0,68	0,76

Consumo de Combustíveis



COMPRA DE VEÍCULOS/BLINDAGEM	
ANO DE 2017	
VEÍCULOS	**VALOR - R$**
02 veículos da Marca Ford – modelo Focus Sedan SE Plus 2.0	224.660,00
01 veículo marca Renault – modelo Master Vitre L2H2	149.950,00
01 veículo marca Ford – modelo Ranger Cabine Dupla XLS 2.2 4x4	136.700,00
02 blindagens dos veículos da marca Ford – modelo Focus Sedan SE PLUS 2.0	108.833,22
01 veículo marca Chevrolet – modelo SPINB LTZ	73.495,00
Total	693.638,22
ANO DE 2018	
01 veículo marca Ford – modelo Ranger Cabine Dupla XLS 2.2 4x4	136.700,00
01 veículo da marca Ford – modelo Focus Sedan SE PLUS 2.0	112.330,00
SEGURO (BIÊNIO 2017/2019)	
Seguro para frota	84.998,00

Divisão de Protocolo

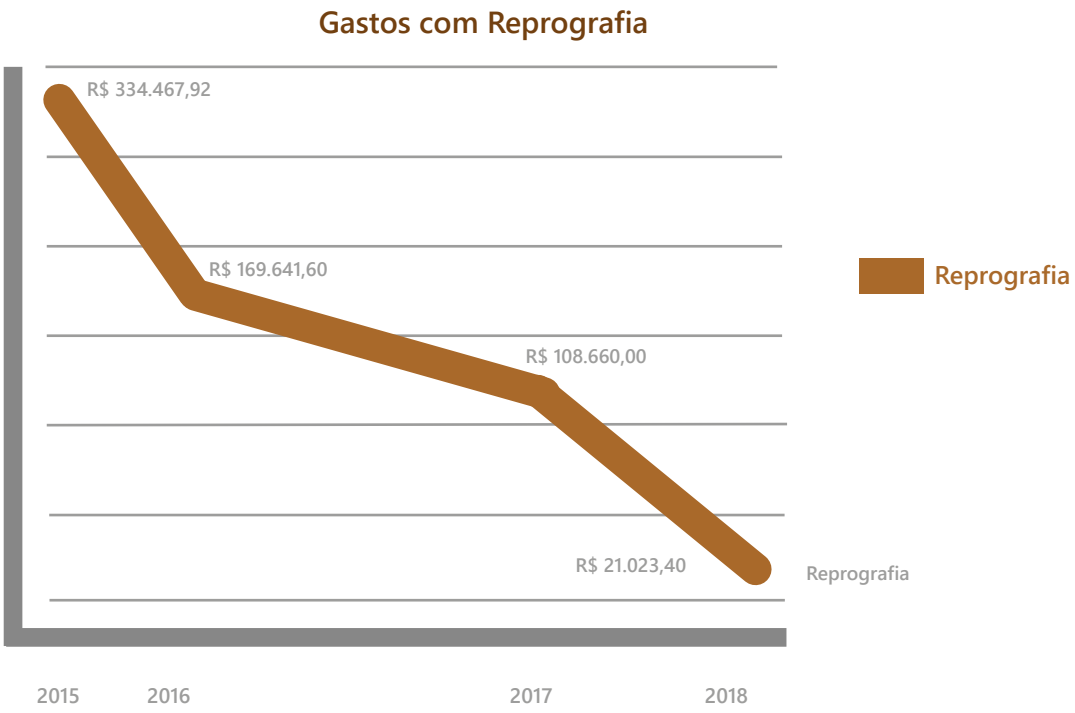
Valores gastos com os Correios, no período de fevereiro a dezembro 2017: R$ 2.554.594,24. De janeiro a outubro de 2018: R$ 2.067.048,80. A redução dos custos do contrato dos Correios se deu em virtude de redução de percursos dos malotes, totalizando, até o mês de outubro de 2018, um montante de R$ 487.545,44.

Divisão de Serviços Gerais

GESTÃO DE CONTRATOS				
OBJETO CONTRATUAL	DESPESAS 2017	DESPESAS 2018	NÚMERO DO CONTRATO	VENCIMENTO
Dedetização	R$ 24.346,20	R$ 24.346,20	Contrato nº 020/2015	16/04/2019
Confecção de chaves e carimbos	R$ 7.939,12	R$ 7.012,60	Ata de Registro nº 016/2018	22/03/2019
Refil para purificadores de água	R$ 3.169,25	R$ 6.313,25	Ata de Registro nº 027/2018	04/05/2019
Água mineral	R$151.535,77	R$ 148.810,07	Contrato nº 041/2018	28/06/2019
Lavagem a seco e lavagem com impermeabilização de cadeiras, tapetes, carpetes e sofás	R$ 21.015,63	R$ 15.188,16	Contrato nº 070/2015	18/01/2019 (Já renovado)
Materiais e equipamentos de jardinagem	R$ 3.169,25	R$ 4.642,16	Ata de Registro nº 23/2018	26/04/2019
Serviços de conserto de máquinas e equipamentos	R$ 17.825,97	R$ 14.648,56	Contrato nº 015/2015	20/03/2019
Radiocomunicadores	_	R$ 9.016,00	Ata de Registro nº 031/2018	14/05/2019
Lavanderia Alda	R$ 7.905,35	R$ 6.911,75	Contrato nº 029/2017	13/06/2019
Reprodução xerográfica	R$ 108.660,00	R$ 21.023,40	Não tem mais contrato	Não tem mais contrato
Fornecimento parcelado de lanches/refeições para júris no interior	R$ 200.211,31	R$ 231.192,31	Nº 47/18 e Nº 49/18	05/08/19
Fornecimento parcelado de lanches/refeições para júris na capital	R$ 220.360,05	R$ 186.322,50	Nº 41/2017	30/08/19

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS – GESTÃO DE CONTRATOS				
OBJETO	DESPESAS 2017	DESPESAS 2018	CONTRATO	VENCIMENTO
Hospedagens e refeições para palestrantes e convidados	R$ 21.727,73	R$ 20.231,63	Nº 41/2016	21/07/19
Hospedagens e refeições para jurados e Oficiais de Justiça	R$ 2.839,20	R$ 11.743,37	Nº 43/2016	21/07/19
Hospedagens e refeições para jurados e Oficiais de Justiça	R$ 14.681,60	R$ 5.540,04	Nº 45/2016	14/07/19

OBS.: Sobre 2018, os valores das refeições são referentes ao período de janeiro a setembro; e os de hospedagens, de janeiro a outubro.



GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria de Gestão de Pessoas buscou trabalhar para o desenvolvimento de políticas, processos, programas e ações voltadas para possibilitar a valorização do servidor.

Uma das principais atividades desenvolvidas foi o suporte às unidades, através da concessão de informações para subsidiar o desenvolvimento de ações, projetos, leis e deliberações administrativas. Também levantamento dos cargos vagos e estudos que promoveram a colaboração para publicação de novas portarias referentes ao quadro de servidor, estagiário, voluntário e apoio administrativo.

Em relação à valorização das carreiras e revisão das tabelas de vencimento, foi aprovada a Lei Complementar 307/2018, que revisou os valores da tabela de vencimentos. A finalidade foi a criação de mais uma possibilidade de valorização do quadro funcional através da correção de valores da tabela de vencimentos. O investimento com a valorização das carreiras teve um custo mensal aproximado de R$ 871.700,00 e majoração anual de R$ 11.332.102,00.

Também foram nomeados servidores efetivos aprovados no último concurso, sendo analistas judiciários das áreas de Webdesign (01), Serviço Social (01), Contabilidade (02), Engenharia (01) e Sistemas (01); além de 80 Técnicos judiciários e 06 Técnicos Programadores de Sistemas. O processo seletivo de estágio teve, em 2017, 4895 inscritos para nível médio e 1416 para o nível superior. Já em 2018, foram 1197 inscritos de nível médio e outros 984 de nível superior.

PROJETOS

• Projeto 'Banco de Talentos Jovens': tem o acompanhamento do Setor de Estágio. Criou um canal para que ex-estagiários do TJSE sejam inseridos no mercado de trabalho.

• Assentamento Funcional Digital/ Setor de Estágio: virtualizou o cadastro de estagiários com migração de toda a parte física para o novo modelo.

• Banco de Substituição: permitiu cadastro de interessados em substituição e ocupação de cargo de Assessoramento e Direção de Secretarias, como também o interesse em remanejamento. Possibilita ocupação de cargos e adequação de lotação dentro do perfil de cada servidor, promovendo melhores resultados nas unidades.

• Pesquisa de Clima Organizacional: permitiu o acompanhamento anual do índice de satisfação dos servidores com as políticas de Gestão de Pessoas. Colheu sugestões para desenvolvimento de projetos e ações voltadas para valorização do quadro funcional, sendo uma ferramenta que garantiu a efetividade nos projetos desenvolvidos.

• Gerenciador de Dados da área de Gestão de Pessoas/Relatórios Gerenciais (RH Master): unificou, centralizou e o alcance de todas as demandas gerenciais da área, evitando divergência de dados e proporcionando a melhoria na qualidade da informação, que passou a ser tratada através de servidor com conhecimento técnico, garantindo a qualidade e integridade da informação.

•Reestruturação do Portal do Servidor: ampliou a visualização do Portal, com a inclusão de 'Perguntas Frequentes', para apresentar respostas referentes a assuntos de interesse do servidor.

• Aprimoramento do Portal/Acesso Restrito com disponibilização de novos serviços: permitiu a interação do usuário para atualização de dados cadastrais e foto, fazendo com que o cadastro se tornasse mais efetivo. Dispensou a necessidade de apresentação da demanda para o Setor responsável pela gestão do cadastro funcional.

PROJETOS

• Clube de Descontos Mais TJSE: instituído através da Portaria Normativa nº 071/2017, com a finalidade de conceder condições especiais na contratação de serviços e/ou aquisição de produtos por parte dos magistrados e servidores do TJSE.

• Formatação de novo padrão para o Assentamento Funcional: formatou um padrão para as pastas funcionais e, consequentemente, o redesenho de fluxos. Estratégia adotada na Diretoria de Gestão de Pessoas através da utilização de técnicas e ferramentas para aperfeiçoamento contínuo das atividades.

• Pacote Único de Senhas - integrou o cadastro de desligamento: otimizou as atividades e maior organização para o bom andamento da administração pública, tendo em vista que o servidor, ao entrar em exercício, encontra-se munido de todas as ferramentas de trabalho.

• Projeto Automação do levantamento do Quadro Funcional: integrou todas as publicações com o sistema Mentorh, fazendo com que as informações sejam geradas de forma automática, dispensando a necessidade de alimentação manual. Garante maior agilidade e também mais precisão no registro de informações, que impactam em várias ações da área de gestão de pessoas, inclusive no pagamento.

• Portaria 67/2018: instituiu o Regulamento Interno dos Órgãos Administrativos do TJSE.

• Portaria 22/2017: dispõe sobre as atribuições dos estagiários de nível médio do Poder Judiciário.

• Workshop Motivacional para os estagiários de nível médio: realizado em 12 de novembro de 2018, integrou o Projeto Todos Juntos Sergipe, em parceria com a Liga Sergipana de Coaching (Liserco), tendo como objetivo potencializar o aprendizado e o gerenciamento de aspectos como liderança, autocontrole, gestão do estresse, administração do tempo e aumento da motivação para as atividades laborais.



Realizado em novembro de 2018, O Workshop Motivacional para os estagiários de nível médio integrou o Projeto Todos Juntos Sergipe

Melhoria de Gestão de Pessoas

Foram concluídos dois projetos, desenvolvidos através da Presidência/Secretaria de Finanças e Orçamento/Secretaria de Planejamento e Administração, voltados para atender ao macrodesafio 'Melhoria de Gestão de Pessoas': Bônus de Desempenho e Bolsa-Estudo.

Outras atividades

• Revisão do valor da bolsa-estágio médio e superior;

• Aprimoramento da ambientação dos estagiários de nível médio;

• Cadastro de estagiários conveniados e voluntários;

• Acesso dos estagiários ao SCPv;

• Novo Sistema de Concurso de Estágio;

• Revisão da distribuição do quadro de estagiários de nível médio;

• Elaboração de material com orientações para utilização das ferramentas de trabalho para servidores comissionados e requisitados ;

• Elaboração de tabela contendo códigos de horário para cadastro de jornada diferenciada;

• Atendimento do encaminhamento da frequência de todos os servidores requisitados;

• Levantamento dos servidores com a previsão de aposentadoria;

• Aprimoramento dos relatórios mensais de letra e triênio, para efetividade nos avanços, impedindo a existência de avanços inadequados e/ou ausência de avanços;

• Atualizações no site dos Quadros de Antiguidade sempre que houver remoção ou promoção de magistrado, uma vez que a atualização era feita, apenas, a cada dois meses;

• Alteração da forma de pagamento das substituições de magistrados;

• Aprimoramento das atividades referentes aos fluxos de trabalho da Divisão de Pagamento e Registro;

• Abertura de canal de comunicação com o Sergipe Previdência. Teve como objetivo o recebimento de informações ao TJSE de óbitos de servidores aposentados para atualização do pagamento do auxílio-saúde, diminuindo eventual pagamento indevido, que gera dificuldade de ressarcimento ao erário.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Algumas das ações da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (Diplad) foram:

- O cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Realização dos IX e X Encontros Anuais do Planejamento Estratégico;
- Pesquisa de Satisfação;
- Premiação dos Servidores;
- Escritório de Processos;
- Estudo de distribuição do quadro de servidores;
- Sete Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs);
- 100 reuniões sobre a evolução de macrodesafios.

Metas Nacionais

A Diplad acompanhou as metas estabelecidas pelo CNJ para o Poder Judiciário, realizando duas consultas de ampla abrangência com público interno e externo, visando consolidar as propostas das metas nacionais para os anos de 2018 e 2019. Também promoveu o 2º Encontro do Subcomitê Nordeste da Rede de Governança Colaborativa, em 7 de maio de 2018.

METAS DO CNJ	ANO/CUMPRIMENTO	
	2017	2018*
Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos	108,15% (1º Grau) 97,11% (2º Grau)	108,74%
Meta 2 – Julgar os processos mais antigos	116,65% (1º Grau) 112,72 (2º Grau)	110,46% (1º Grau Comum) 123,87% (2º Grau) 109,79% (Juizados e Turmas)
Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa	94,93%	100,80%
Meta 5 – Estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal	13,89%	95,24%
Meta 6 – Priorizar o julgamento de ações coletivas	109,83 (1º Grau Comum) 122,06% (2º Grau)	109,83 (1º Grau Comum) 124,05% (2º Grau)
Meta 8 – Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres	84,90%	120,27%

*Atualizada com dados até outubro/2018

Planejamento Estratégico

Em 10 de novembro de 2018, o TJSE chegou ao X Encontro Anual do Planejamento Estratégico, reunindo magistrados, servidores, gestores de macrodesafios e convidados para pensar o futuro do Judiciário Sergipano. O tema escolhido foi 'Cultura da Inovação: a Melhor Estratégia'. Já o IX Encontro Anual aconteceu em 25 de setembro de 2017, com o tema 'Simplificando a Justiça'.

• Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs): foram realizadas sete reuniões, sendo três delas em 2017 e quatro em 2018. A última aconteceu no dia 30 de novembro, sendo a 32ª desde 2010. Nas reuniões, o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, presidido pelo Desembargador Diógenes Barreto, reúne-se para atualizar as informações sobre os indicadores e ações dos projetos estratégicos em execução, discutir os macrodesafios e apresentar novas iniciativas desenvolvidas.



Encontro do Planejamento Estratégico, em setembro de 2017

Encontro do Planejamento Estratégico, em dezembro de 2018

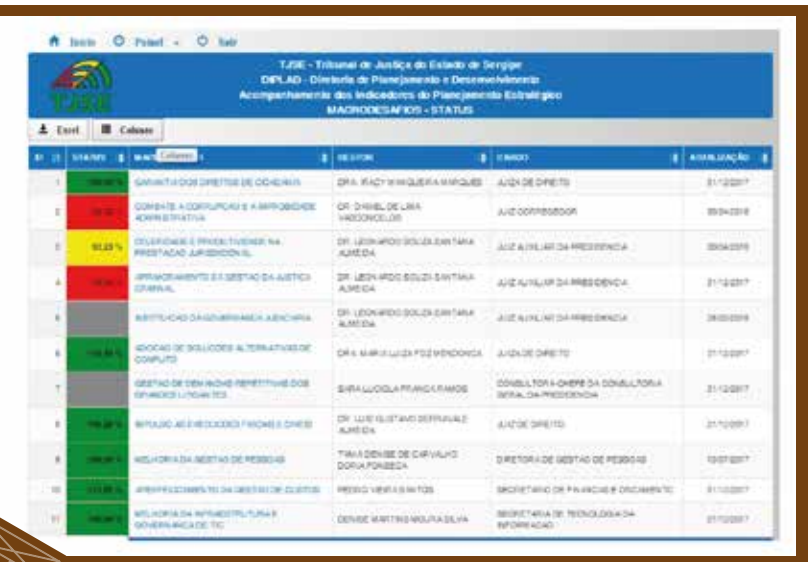




32ª RAE, em novembro de 2018, sétima da gestão 2017-2019

• Reuniões de macrodesafios: acontecem, mensalmente, para monitorar os 11 macrodesafios do Judiciário Sergipano. Entre 2017 e novembro de 2018, quase 100 reuniões foram realizadas. Os encontros são uma tática, aprovada na RAE, para otimizar os trabalhos de acompanhamento sobre os avanços dos macrodesafios.

• Acompanhamento dos Indicadores do Planejamento Estratégico: visa consolidar uma metodologia de acompanhamento dos resultados das metas dos indicadores estratégicos. Também busca melhores práticas e serve para disseminar a cultura de transparência de indicadores estratégicos no âmbito do TJSE.



Acompanhamento dos indicadores do Planejamento Estratégico

• Sistema de Planejamento e Acompanhamento de Ações Estratégicas (SPAAE): ferramenta tecnológica para coletar, processar, armazenar, transmitir e disseminar dados necessários e, assim, planejar, executar e acompanhar os 35 projetos e programas estratégicos do TJSE no ciclo anual de 2018.

• Projeto de Implantação de Escritório de Projetos Estratégicos: a finalidade é implantar uma metodologia para a gestão do portfólio de projetos e programas estratégicos, garantindo a aderência estratégica, implantando as melhores práticas e servindo para disseminar a cultura de gerenciamento de projetos no âmbito do TJSE.

Projetos

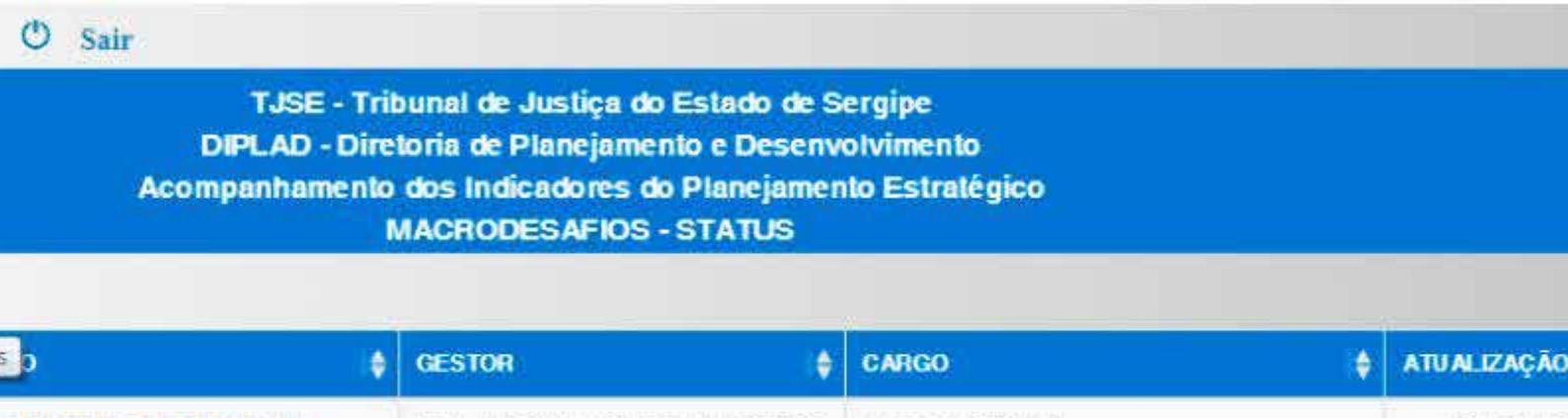
• Mais Verde: distribuiu cerca de 3.300 canecas de porcelana personalizadas da ação para cada magistrado, servidor, comissionado, militar e requisitado do TJSE, sob o patrocínio parcial do Banese. A ação está alinhada ao cumprimento do Plano de Logística Sustentável (PLS/TJSE) e, principalmente, ao macrodesafio de Aperfeiçoamento da Gestão de Custos.



Canecas distribuídas a magistrados e servidores

• Todos Juntos Sergipe: promoveu, através das técnicas de coaching, treinamentos motivacionais para servidores e magistrados nas áreas de liderança, autocontrole, gestão do estresse, administração do tempo e motivação no trabalho.

• Pesquisa de Satisfação: em cumprimento à Resolução nº 198 do CNJ e à Resolução nº 07/2015 do TJSE, que instituem o Planejamento Estratégico, foram realizadas duas edições anuais da pesquisa com o público externo.





Pesquisa de satisfação realizada junto aos usuários

• Clube de Descontos Mais TJSE: estabeleceu uma rede de parcerias com 84 empresas privadas e profissionais liberais de várias áreas de atividades médicas e comerciais, a fim de conceder descontos aos magistrados e servidores.

• Talentos Jovens: Criado para fomentar oportunidades de primeiro emprego a estagiários de nível médio egressos do TJSE. Em link no Portal do TJSE, empresas, organizações públicas e privadas encontram banco de dados com os currículos.

• Premiação dos servidores 2018: 2018 foi o primeiro ano da premiação com os novos critérios estabelecidos pela Resolução 14/2016. Entre as principais mudanças, está o fim da concorrência, de modo que todas as unidades que bateram as metas propostas podem ser vencedoras.

Desenvolvimento Administrativo

• Escritório de Processos de Trabalho (ECPR): instituído no TJSE, por meio da Resolução nº 10/2018 visando coordenar as iniciativas da gestão por processos de trabalho e buscar maior eficiência operacional alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição, com regras estabelecidas pela Portaria Normativa nº 25/2018 GP1;

• Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

• Estabelecimento de padrão de formatação nas iniciais das siglas das unidades do TJSE;

• Atualização do Organograma Administrativo do TJSE: foram realizadas três atualizações, sendo uma em 2017 e duas em 2018, retratando a atual realidade fática e jurídica vigente;

• Revisão das atribuições da área administrativa: publicada pela Portaria nº 0067/2018, adequando o Ato nº 1627/2008.

Estatística e apoio tecnológico

• Quadro de Pessoal: estudo feito de acordo com a Resolução 219 do CNJ, resultando na publicação das Portarias Normativas

35/2017, 52/2018 e 53/2018; bem como suporte na elaboração da Portaria 55/2017, que instituiu o trabalho remoto.
• PLS e Ferramenta de Gestão Consumo: estabelece comparativos, em forma de tabelas ou gráficos, entre as unidades. Utiliza diversos critérios de quantidade, período, região, força de trabalho, casos novos e área construída, objetivando a mitigação dos desperdícios e promovendo o uso racional dos recursos.

• Estudos de redução de custos administrativos: destaca-se o estudo para redução da quantidade de impressoras utilizadas, que culminou com um projeto que reduziu o acervo de impressoras e scanners em uso na área meio e na instalação de um sistema de gerenciamento de impressão.

• Planejamento do Projeto de Difusão da Rede de Justiça Restaurativa de Sergipe: criação de uma rede liderada pelo TJSE.

• Eficiência Energética: participação do TJSE na chamada pública 2018 para Projetos de Eficiência Energética do Programa de Eficiência Energética da Aneel/Energisa nas Comarcas de Simão Dias, Propriá e Canindé do São Francisco.

• Novo modelo de gestão do Departamento de Precatórios: baseado em um Plano de Organização, composto por um planejamento estratégico e pelo mapeamento de processos de trabalho, aumentou em 30% o número de pagamentos em 2017. Foram definidas metas com acompanhamento contínuo e avaliação dos resultados, além da identificação e correção de problemas de fluxo e de entregas de processos de trabalho.

• Planejamento Estratégico do Corpo de Bombeiros de Sergipe: servidores do TJSE realizaram palestras e consultoria, com suporte metodológico para implantação do planejamento estratégico no Corpo de Bombeiros de Sergipe, também com base na experiência do planejamento estratégico do Corpo de Bombeiros de Goiás.

Visitas externas

• TRE/BA: a visita da coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Robelza Oliveira Santos Rocha, em 9 de fevereiro de 2018, objetivou conhecer as boas práticas e as atividades do Planejamento Estratégico do TJSE e, principalmente, as ações desenvolvidas para obtenção do Selo Diamante.

• TJAM: foram apresentados a servidoras do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), nos dias 18 e 19 de outubro de 2018, os procedimentos adotados pelo TJSE para o cumprimento das Metas do CNJ, o alcance aos requisitos para obtenção do Selo Diamante e sistemática de acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico.



Visita de servidoras do TJAM, em outubro de 2018

SEGURANÇA

Instalação de prensa hidráulica para destruição de armas de fogo, aquisição de um novo sistema de circuito fechado de TV, portais detectores de metal e coletes balísticos, aumento do efetivo militar e criação de 13 brigadas de combate a incêndio foram algumas das iniciativas da Diretoria de Segurança do TJSE (DISEG) durante a gestão 2017-2019. Acesse o conteúdo detalhado.

A DISEG também é gestora do contrato de prestação de serviços de vigilância armada terceirizada. São 60 postos ativados de vigilância armada terceirizada empregados na segurança das unidades da capital e interior. Com a recente criação da Comarca de Riachão do Dantas já foram tomadas as providências para ativação de mais um posto de vigilância armada terceirizada.

Divisão de Segurança Eletrônica

• Aquisição e instalação de um novo Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) - modernização da sala de videomonitoramento, situada no Palácio da Justiça, e aquisição e instalação de 694 novas câmeras, em várias unidades do Poder Judiciário, na capital e no interior do Estado, totalizando um investimento de R$ 125.895,40.

• Aquisição e instalação de detectores de metais - foram adquiridos 16 novos portais detectores de metais, totalizando R$ 198.059,96, instalados em unidades da capital e interior. Subiu de sete para 23 o número desses equipamentos e aumentou de três para 19 o número de unidades atendidas.

• Aquisição de cancelas eletrônicas - foram adquiridas e instaladas duas unidades nos Fóruns de Simão Dias e do Marcos Freire II para melhor controle de acesso de veículos.

• Manutenção das cercas elétricas - a DISEG passou a realizar a manutenção das cercas elétricas com mais eficiência e economia de recursos, vez que os serviços antes eram contratados. Foram adquiridos materiais para a realização da manutenção e os serviços passaram a ser realizados pelo próprio Tribunal.



Sala de videomonitoramento do Palácio da Justiça com novos equipamentos

Divisão de Segurança Policial

• Pré-destruição de armas de fogo com prensa hidráulica - o TJSE foi o primeiro Tribunal no país a receber autorização especial do Exército Brasileiro para pré-destruir (inutilizar) armas de fogo já destinadas à destruição por determinação judicial. De posse da autorização do Comando da 6ª Região Militar, o Tribunal adquiriu uma prensa hidráulica de 30 toneladas, no valor de R$ 13.471,99. Com a chegada do equipamento, em março de 2018, a DISEG passou a pré-destruir as armas de fogo, garantindo maior segurança na sua custódia, bem como quando do transporte realizado para destruição final por parte do Exército em suas unidades no Estado da Bahia.



TJSE foi o primeiro Tribunal no país a receber autorização especial do Exército para pré-destruir armas de fogo

• Apoio Logístico da SSP/SE no transporte de armas de fogo e munições sob a guarda do Poder Judiciário para o Exército Brasileiro - a medida trouxe mais rapidez e segurança no transporte do material bélico para o Exército, consolidando-se também como uma boa iniciativa. O CNJ, paralelamente a essa rotina de segurança adotada pelo TJSE, firmou Acordo de Cooperação Técnica n.º 005/2017 com o Comando do Exército Brasileiro e permitiu que as Secretarias de Segurança Pública dos Estados pudessem firmar Termo de Adesão ao referido Acordo.

• Aumento do efetivo militar - com a celebração do Convênio nº 29/2017, o número de militares trabalhando no TJSE passou de 130 para 150.

• Criação de 13 Brigadas com representantes do Corpo de Bombeiros - com a adequação dos bombeiros a sua atividade-fim, conforme previsto no §2º do art. 126 da Constituição Estadual, foi possível empregar os 20 bombeiros militares em 13 unidades do Poder Judiciário, tanto na capital quanto no interior.



Curso de formação de servidores brigadistas em Cedro de São João, em abril de 2018

• Acautelamento de pistolas da SSP/SE para os militares do TJSE - em 09 de março de 2017, foi firmada parceria com a SSP/SE permitindo o acautelamento de 37 pistolas, calibre .40, para os militares que laboram no TJSE. Além do acautelamento, também foi realizado exercício prático de manuseio e emprego de arma de fogo; o que permitiu aumentar o poder bélico dos militares, garantindo mais eficácia ao trabalho de segurança dos usuários, dos servidores e dos magistrados.

• Sistema de Rádio Comunicação Digital da SSP/SE com frequência privativa para uso da Segurança do TJSE - foram recebidas, a título de cessão, cinco rádios digitais portáteis, três rádios digitais móveis (veiculares) e um rádio digital fixo para uso da Segurança do TJSE; possibilitando comunicação rápida e segura de qualquer ponto do Estado de Sergipe com frequência privativa para uso do TJSE. Não houve custos para o Judiciário.

• Aquisição de coletes balísticos - a gestão realizou a primeira compra de coletes balísticos do TJSE. Foram adquiridos 70 coletes balísticos com nível de proteção III-A, totalizando um investimento no valor de R$ 131.222,00.

• Aquisição de sprays não letais - em setembro de 2018, o TJSE realizou a primeira compra de 43 espargidores (sprays) incapacitantes não letais de porte individual e 5 sprays não letais com dupla ação de uso coletivo. A finalidade é proporcionar aos membros do efetivo policial mais segurança para o desempenho das suas atividades.

• Aquisição cones de sinalização - foram adquiridos 300 cones, com o atendimento a 32 unidades do Poder Judiciário, totalizando um investimento de R$ 24.696,99.

• Aquisição de um veículo - pick-up cabine dupla, diesel, 4x4, descaracterizado, para uso em escolta e representação da Diretoria de Segurança.

Divisão de Segurança Policial

• Aquisição de armários em aço para o desarmamento e custódia de armas e munições dos profissionais de segurança em visita às unidades do TJSE: em agosto de 2018, foi iniciado processo visando a aquisição de 50 armários fabricados em aço galvanizado para a guarda provisória de armas para pessoas que não podem acessar as nossas dependências armadas, ainda que possuam porte legal de armas de fogo. Os armários serão instalados em 48 unidades judiciárias do TJSE.

• Instalação do Sistema 'Botão de Pânico': está em andamento um processo para verificar a possibilidade técnica de instalação do sistema em unidades judiciárias do TJSE, desenvolvido e utilizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, como medida de segurança ativa das áreas e instalações sem ônus para as partes, face a disposição do TRT5 em ceder gratuitamente a ferramenta para uso do TJSE.

• Aquisição de EPI e materiais para fortalecimento das ações das 13 Brigadas formadas por militares do Corpo de Bombeiros: dois processos estão em andamento e visam adquirir 4 roupas com capuz, luvas e capacetes de combate a incêndio, escadas, 13 pranchas, 13 sacolas de resgate e 13 imobilizadores de cabeça.

• Contratação de 61 postos de Vigilância Armada Terceirizada 24 horas: uma nova licitação está em andamento no valor anual máximo de R$ 13.642.415,76, com base no Caderno Técnico do Ministério do Planejamento. Em 27 de novembro de 2018, após a disputa de lances, foi vencedora a atual empresa com a proposta no valor anual R$ 13.600.015,68. O novo contrato gerou para o TJSE uma economia anual total de R$ 474.509,76.

3 SEFINOR

Secretaria de Finanças e Orçamento


SEFINOR
Diretoria Financeira
Diretoria de Orçamento
Diretoria do Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal

SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - SEFINOR

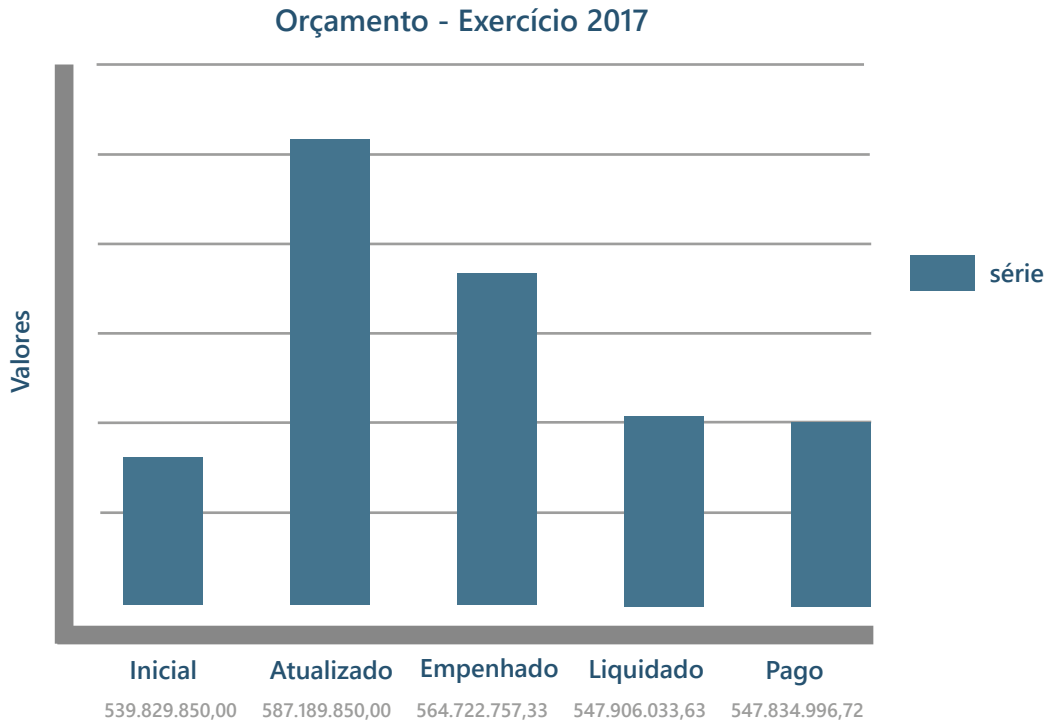
Além de cuidar da gestão financeira e orçamentária do TJSE, no biênio 2017-2019, a Secretaria de Finanças e Orçamento realizou inúmeras atividades, entre elas a revisão de portarias, elaboração de projeto de lei, atualização anual da tabela de custas processuais, entre outras. Confira a seguir algumas das atividades e como foi aplicado o orçamento do Judiciário Shergipano.

Gestão do Orçamento

O orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2017 foi o montante de R$ 539.829.850,00.

Durante a execução, orçamento foi atualizado para R$ 587.189.850,00.

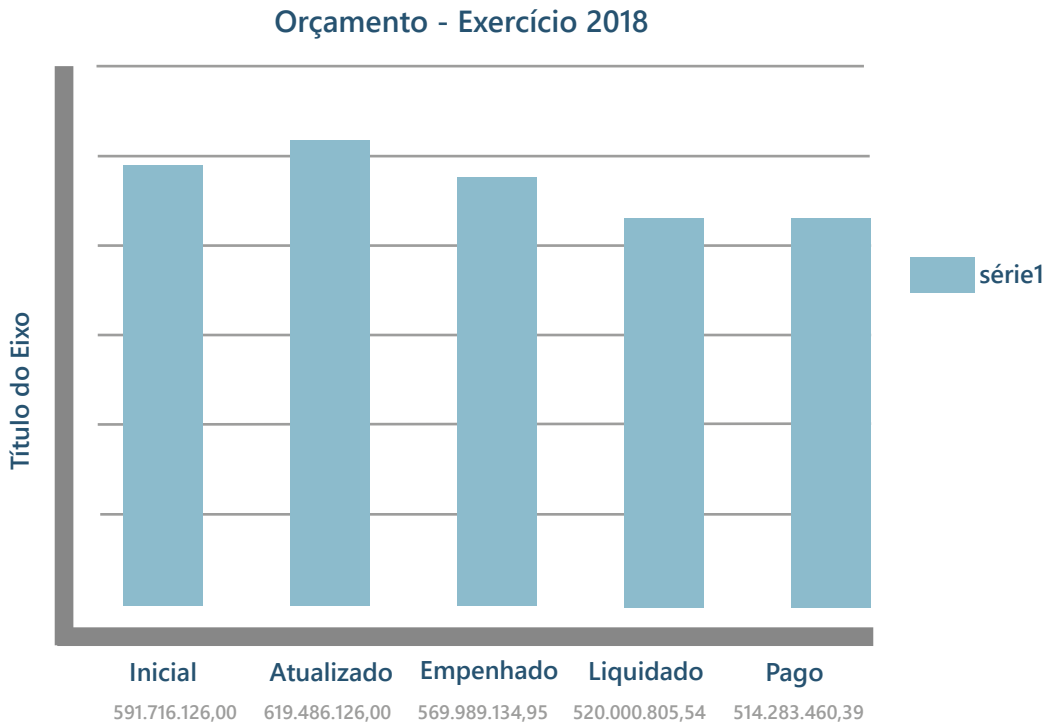
Ao final do exercício foram pagos R$ 547.834.996,72, conforme tabela abaixo:



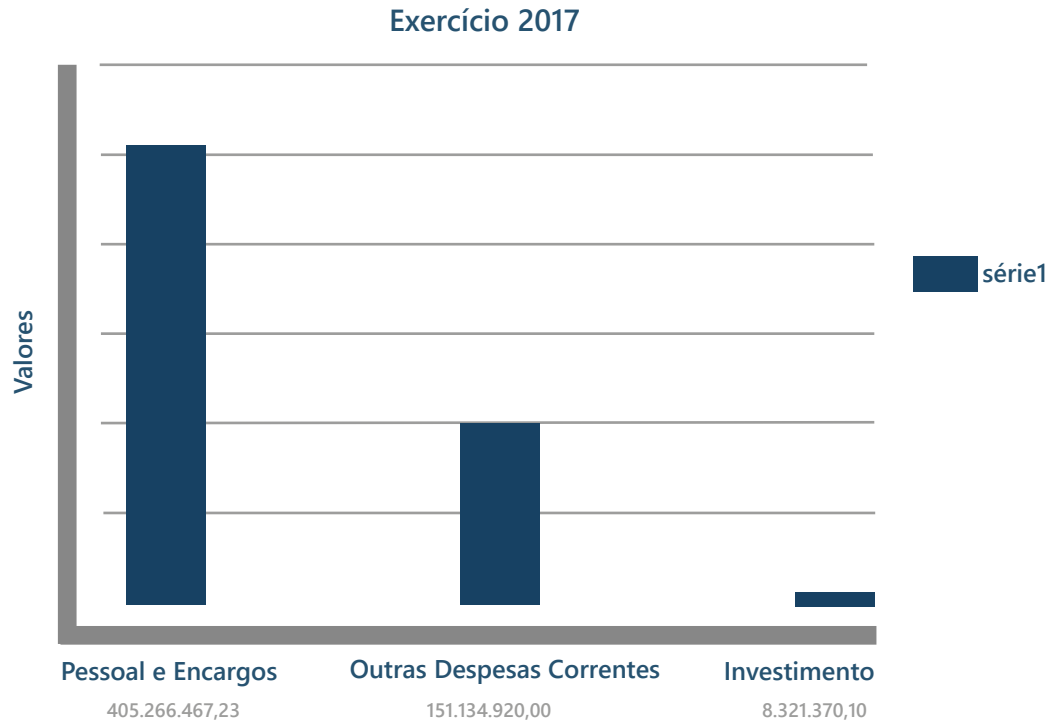
O orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2018 foi o montante de R$ 591.716.126,00.

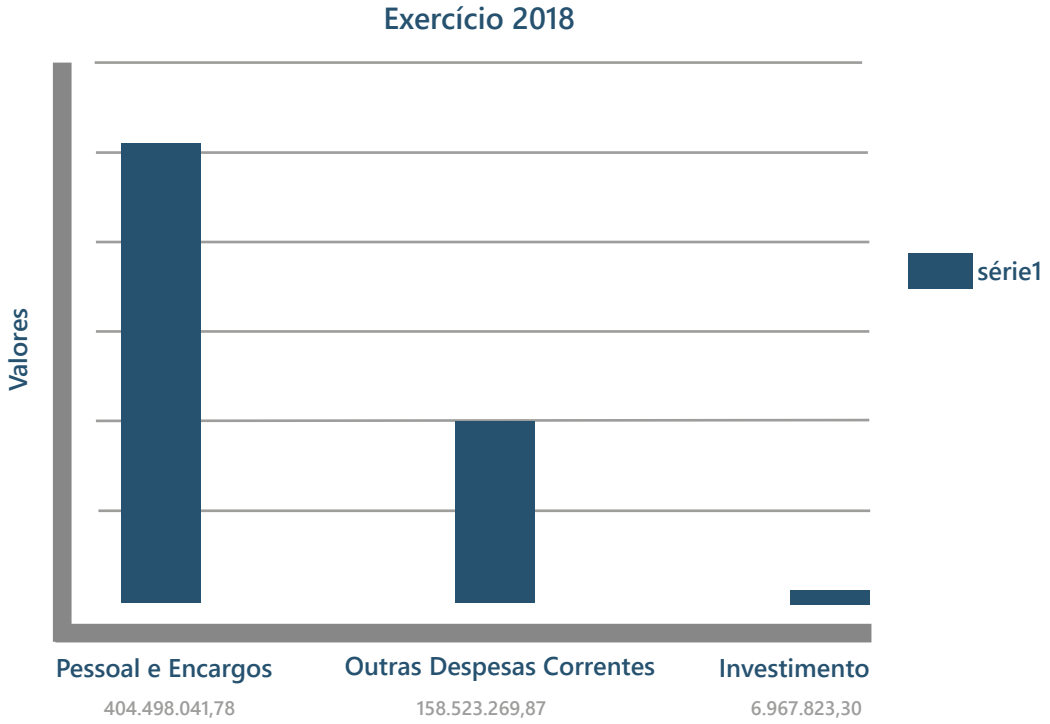
Durante a execução, orçamento foi atualizado para R$ 619.486.126,00.

Ao final do exercício foram pagos R$ 514.283.460,39, conforme tabela abaixo:



Execução da despesa





Projetos

O principal projeto da Sefinor foi a implantação GRP-WEB – que evoluiu o sistema financeiro e contábil utilizado pelo TJSE. Agora, a ferramenta passa para um modelo na plataforma Web. Assim, o acesso ao sistema passou a ser via Internet e a qualquer tempo, possibilitando a utilização na modalidade teletrabalho. Soma-se a isso, a assinatura eletrônica dos documentos gerados, bem como a não descontinuidade dos serviços e processos de trabalho da área administrativa.

O sistema GRP-WEB é uma evolução tecnológica do ERP, que utiliza a plataforma via INTERNET, eliminando a necessidade de instalação/atualização na estação de trabalho do servidor; o suporte foi transferido para a empresa contratada, que gerou uma redução dos custos na área de TI à medida que não serão mais utilizadas as infraestruturas de redes, de storagens, de servidores blades. Também não será necessário alocar espaço, para as informações contidas em sistema, no data center (sala-cofre). Os servidores poderão ter acesso ao sistema em qualquer máquina, de maneira mais ágil, com a possibilidade de realização do teletrabalho.

Diretoria de Gestão e Arrecadação Fiscal

Inscrição na Dívida Ativa

No ano de 2018 foram realizadas em torno de 933 inscrições entre pessoas físicas e jurídicas, perfazendo um total de R$ 772.188,92. Do total de inscrições realizadas, foi identificada pelo setor de Contabilidade deste Poder a recuperação de R$ 167.944,63.

Integração do Sistema do TJSE e SEFAZ/SE

Está disponível desde 29/11/18 a implantação de um novo sistema integrado entre a Tecnologia de Informação do TJSE e da SEFAZ/SE com o objetivo de facilitar a transmissão das informações necessárias para inscrição em dívida ativa. Assim, todas as informações prestadas pela unidade judiciária serão automáticas ficando o TJSE responsável pela fiscalização e pelo encaminhamento ao site da SEFAZ/SE.

Auditorias

Foram realizadas 43 auditorias "in loco" entre 2017 e 2018. Auditorias diárias realizadas através do Sistema de Arrecadação de Cartórios Extrajudiciais geraram encaminhamentos à Corregedoria para apuração das inadimplências acusadas no sistema de Selo Digital.

Balancetes

Através do Sistema de Arrecadação de Cartórios Extrajudiciais foi realizada a conferência dos gastos realizados através dos balancetes enviados pelos 39 Interinos dos Cartórios Extrajudiciais visando conferir e fiscalizar tais informações e se houve o pagamento do que excedeu o teto constitucional.

Fiscalização

Através do Sistema de Selo Digital nas Serventias Extrajudiciais de todo o Estado em relação ao pagamento das Guias de Repasse, tendo sido gerado alguns processos administrativos pela Corregedoria.

Projeto para atualização do Sistema de Custas Processuais

•Participação junto à Diretoria de Modernização na elaboração de um sistema informatizado visando aprimorar a inscrição em dívida ativa da parte que está inadimplente com as custas finais dos processos judiciais, visando aumentar a arrecadação deste Poder e agilizar o arquivamento dos processos.

•Contrato de licitação para compra de papel de segurança utilizado em todas as certidões emitidas pelos cartórios e maternidades vinculadas ao TJSE, tendo em estoque a quantidade suficiente para suprir os cartórios em 2019.

•Análise de 648 processos administrativos para devolução de custas e emolumentos.

•Prestação de informações à SEFAZ/SE, Receita Federal e às prefeituras municipais sobre a arrecadação mensal dos 130 cartórios extrajudiciais.

4 SETECI Secretaria de Tecnologia da Informação


SETECI
Diretoria de Atendimento ao Usuário
Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas
Diretoria de Infraestrutura de TIC
Diretoria de Sistemas de Gestão Organizacional

Os investimentos em tecnologia da informação e comunicação, no biênio, foram de R$ 27.030.860,92 (vinte e sete milhões, trinta mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e dois centavos).

O aporte foi necessário para avanços como a aquisição de computadores e outros equipamentos, bem como proporcionar a duplicidade de links com as Comarcas do Interior, de modo a tornar mais robusta a comunicação de dados e a reduzir o risco de queda de sistema.



Sala da Central de Serviços TIC
Quase 28 mil atendimentos de fevereiro a novembro de 2018

Central de ServiçosTIC TJSE

ATENDIMENTO AO USUÁRIO

PROJETO	SINOPSE	RESULTADOS
Central de serviços de TIC	Objetivou criar um local único para abertura e controle de chamados de serviços de TIC, de modo a melhorar a qualidade dos serviços.	Com ferramenta baseada no software livre GLPI, possibilitou a interatividade com os usuários, para um melhor acompanhamento dos procedimentos. Dentre os servioços, destacam-se o suporte a equipamentos, como computadores, impressoras, scanners, telefones, cabos de rede e telefonia; e suporte a sistemas, a exemplo do Juizado, 1º e 2º Graus, Portais do Servidor, do Advogado, e Criminal. A Central atendeu 27.946 chamados, entre fevereiro e novembro de 2018.
Ferramenta de gestão de impressão no TJSE	Objetivou uma solução de gestão de impressão composta por licença de software, suporte remoto do fabricante e atualização de versão, para ambiente com no mínimo 3.500 microcomputadores, através de locação	Possibilitou gestão efetiva dos suprimentos adquiridos para as impressoras e um controle de impressão nas unidades da capital e do interior, no que se refere ao volume impresso por equipamento, usuário e setor. Implantação da 1ª Etapa (Palácio, Anexo I e Anexo II) até dezembro de 2018. Implantação da 2ª Etapa (demais unidades da Capital) até janeiro de 2019.
Aquisição e instalação de equipamentos de videoconferência	Objetivou atender a demanda de implantação do sistema de videoconferência, para interrogatório de réus presos.	Equipamentos, instalados nas Varas Criminais de todo o Estado, já possibilitam a prática do convênio com a Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor de Sergipe – SEJUC, bem como o cumprimento da Portaria nº 16/2016 GP1, do TJSE.
Aquisição de notebooks	Objetivou disponibilizar 15 notebooks para os novos magistrados.	Licitação concluída.

ATENDIMENTO AO USUÁRIO		
PROJETO	**SINOPSE**	**RESULTADOS**
Aquisição de microcomputadores	Objetivou a aquisição de 700 computadores completos com monitor.	Equipamentos instalados no Palácio da Justiça, em substituição aos micros HP 8300 e outros equipamentos fora de garantia, de modo a minimizar riscos de paralisação ou redução da continuidade de atividades, mantendo os serviços constantes, eficiente e com desempenho de qualidade.
Doação de equipamentos	Objetivou a doação de equipamentos, sem mais utilidade para o TJSE, a entidades públicas, paraestatais, associações e fundações.	Foram doados microcomputadores, notebooks, monitores, periféricos (teclado, mouse, caixa de som), impressoras multifuncionais e a laser, scanner, nobreak e estabilizadores.

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

PROJETO	SINOPSE	RESULTADOS
BUSSINESS INTELLIGENCE - BI	Objetivou viabilizar a disponibilização das Metas do CNJ do 1º Grau e da estatística de judicância, alinhadas aos indicadores, para as unidades jurisdicionais.	Por meio de ferramentas de inteligência e de exploração de dados, foram disponibilizadas informações a usuários internos e externos, bem como observada a evolução dos dados explorados na oferta de serviços, o que: •Facilitou a obtenção de informações pelos órgãos internos, principalmente pela Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento e pela Corregedoria-Geral da Justiça; •Retirou as demandas de estatísticas e relatórios das Diretorias de Desenvolvimento de Sistemas e de Sistemas de Gestão Organizacional, fazendo com que essas pudessem focar no desenvolvimento e manutenção dos sistemas do TJSE; •Retirou o processamento de estatísticas e relatórios dos computadores servidores utilizados pela área judicial; •Ampliou o conhecimento sobre produtividade e procedimentos no TJSE, possibilitando decisões para redistribuir recursos e realinhar esforços visando à melhoria na prestação dos serviços jurisdicionais.
BANCO DE MODELOS INSTITUCIONAIS	Objetivou viabilizar às unidades jurisdicionais a disponibilização de modelos de documentos de natureza institucional.	O banco atendeu a iniciativa das Coordenadorias da Infância, Juventude e da Mulher, que necessitaram disponibilizar modelos de despachos, decisões e sentenças sobre os temas de sua abrangência. A iniciativa foi expandida para também contemplar o cadastro de modelos de Certidões e Atos Ordinatórios para uso da Secretaria Única das Varas Cíveis de Aracaju.

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

PROJETO	SINOPSE	RESULTADOS
GUIA ELETRÔNICA DE MEDIDAS E PENAS ALTERNATIVAS	Objetivou a confecção e tramitação da Guia Eletrônica de Medidas e Penas Alternativas.	Realizado em parceria com a Diretoria de Modernização, o formulário eletrônico serviu na confecção da Guia Eletrônica de Medidas e Penas alternativas utilizada pelas Varas e Juizados Criminais e no envio eletrônico para a Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas. A implantação ocorreu entre maio e julho de 2017, conferindo celeridade processual à execução das penas alternativas.
CONTROLE DE CASOS VINCULANTES	Objetivou cumprir o disposto na Resolução CNJ nº 235, para atender os requisitos que permitem o cadastro, gerenciamento e consulta de casos vinculantes.	• Melhorou a comunicação sobre os temas afetados e desafetados pelos Tribunais Superiores e pelo próprio TJSE, conferindo mais agilidade aos julgamentos; • Auxiliou no controle do Macrodesafio das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes, contribuindo com a idealização de políticas, para solução de causas de maior relevância.
TURMA RECURSAL – ADIÇÃO DO 4º MEMBRO	Objetivou prover as alterações necessárias no sistema da Turma Recursal, em razão da implantação do 4º (quarto) membro, notadamente quanto à composição dos grupos de julgamento e distribuição automática de processos.	O projeto foi implantado em outubro de 2018, distribuindo novos processos para o 4º membro até que houvesse a equiparação com os demais juízes titulares.
SECRETARIA ÚNICA DAS VARAS CÍVEIS DE ARACAJU	Objetivou implantar equipes para a tramitação dos autos eletrônicos e viabilizar automação na divisão do trabalho de cada equipe da Secretaria Única, criando estruturas de sorteio e balanceamento do número de processos entre as equipes com base nas regras de distribuição, além de permitir o cadastramento dos modelos de Atos Ordinatórios e Certidões, para serem utilizados como modelos institucionais.	O projeto foi implantado em abril de 2018, contribuindo para a uniformização do trabalho cartorário das Varas Cíveis de Aracaju.

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS		
PROJETO	**SINOPSE**	**RESULTADOS**
BANCO NACIONAL DE MANDADO DE PRISÃO 2.0	Objetivou cumprir o disposto na Resolução CNJ nº 251, com a finalidade de sistematizar, consolidar e integrar as informações sobre as pessoas presas e internadas no Estado, a partir de cadastros individualizados (RJI) e alimentação de informações referentes à expedição e cumprimento de documentos criminais.	A integração evitou a utilização e a atualização de dois sistemas pelos servidores do TJSE, contribuindo para a integridade e confiabilidade das informações, assim como para a celeridade processual, visto que: Revisou e melhorou o fluxo de expedição de documentos criminais; Adequou os modelos de documentos existentes às exigências do CNJ; Possibilitou a revisão, pelas unidades, dos mandados criminais já expedidos; Criou novos modelos de documentos (ex: Mandado de Internação); Possibilitou o envio, de forma automatizada, das informações pertinentes ao BNMP 2.0.
IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS	Objetivou a criação de ferramenta no Gabinete do 1º Grau para viabilizar o gerenciamento dos recursos recebidos em sede de Execução Fiscal e Cível.	Implantado em janeiro de 2018, deu publicidade sobre os relatórios individualizados para os magistrados do TJSE, a fim de que possam acompanhar a arrecadação das suas unidades.
PEDIDO DE PREFERÊNCIA E SUSTENTAÇÃO ORAL ELETRÔNICOS	Objetivou permitir que os usuários solicitem preferência de julgamento ou sustentação oral sem necessidade de comparecimento físico, até o início da respectiva sessão.	Foi disponibilizado em abril de 2018 para o Tribunal de Justiça e, em novembro de 2018, para a Turma Recursal; Oportunizou modernidade, celeridade e padronização aos pedidos de preferência e sustentação oral.
MARCAÇÃO DE AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA	Objetivou permitir o controle de reservas das salas e marcação de audiências criminais por videoconferência que serão realizadas entre as unidades jurisdicionais e as unidades do Sistema Prisional do Estado de Sergipe.	Reduziu o custo operacional envolvido no transporte do detento e modernizou o uso da tecnologia.

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

PROJETO	SINOPSE	RESULTADOS
MARCAÇÃO DE AUDIÊNCIA CRIMINAL AUTOMÁTICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	Objetivou controlar a reserva e marcação de audiências criminais para os Juizados Criminais através do Portal Criminal.	Possibilitou que a audiência preliminar seja marcada para o Conciliador ou Magistrado, sendo a primeira sempre automaticamente para o Conciliador e permitiu a alternativa para que a Polícia Militar, nas Comarcas em que há Juizado Especial Criminal, num primeiro momento, lavre o Termo de Ocorrência e já intime as partes para audiência agendada. Diminuiu os custos operacionais com intimações dos envolvidos em termos circunstanciados com a atuação da PM, dando mais comodidade ao jurisdicionado, que passa a saber, no momento da lavratura do Termo de Ocorrência, a data e hora da audiência de conciliação.

INFRAESTRUTURA		
PROJETO	**SINOPSE**	**RESULTADOS**
DUPLICAÇÃO DA REDE DE DADOS DO INTERIOR	Objetivou instalação de links de dados de duas operadoras diferentes no interior do Estado a fim de evitar as quedas de rede nas localidades.	Possibilitou alta disponibilidade dos links de dados, com a redução drástica na insatisfação dos usuários a respeito das quedas de sistemas.
FIREWALLS NO INTERIOR	Objetivou configurar e implantar 55 firewalls no interior do Estado	Com investimento de R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), houve incremento da segurança de dados e automatização da contingência em caso de quedas de links de dados.
AMPLIAÇÃO DA REDE WI-FI	Objetivou implantar equipamentos de rádio wi-fi em todos os prédios do TJSE.	Forneceu acesso de rede wi-fi para magistrados, servidores, promotores, advogados e defensores, bem como facilitou a comunicação entre os agentes do sistema de Justiça.
IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL DE PERÍMETRO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE DOMÍNIO	Objetivou implantar a principal ferramenta de segurança entre as redes do TJSE e a rede mundial de computadores (internet).	Com o investimento de R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), foram atualizadas as principais ferramentas de segurança do TJSE. A autenticação de Domínio passou a cobrir 100% (cem por cento) das máquinas e usuários do TJSE, fornecendo, assim, mais segurança, auditoria e gerência.
PADRONIZAÇÃO DE PAPEL DE PAREDE	Objetivou disponibilizar recurso à Diretoria de Comunicação para padronização de áreas de trabalho, com a publicidade de artes gráficas veiculadas sobre as ações do TJSE aplicadas nos servidores de domínio.	Desde outubro de 2017, houve veiculação das principais mensagem dirigidas a magistrados e servidores, servindo como estratégico meio de comunicação com o público interno.

INFRAESTRUTURA		
PROJETO	**SINOPSE**	**RESULTADOS**
WEBMAIL ZIMBRA	Objetivou substituir a ferramenta de e-mail para a suíte zimbra, de modo a agregar novas funcionalidades.	Baseado em software livre, permitiu melhoria significativa na comunicação entre os usuários internos do TJSE, com possibilidade de agendamento de reuniões, alocando salas do TJSE e adicionando automaticamente na agenda pessoal do usuário; chat interno na ferramenta, para comunicação rápida; listas de usuários autogerenciáveis, etc.
NUVEM PRIVADA DE ARQUIVOS - NEXTCLOUD	Objetivou o fornecimento de solução de nuvem privada de arquivos para disponibilizar os documentos de diversas áreas do TJSE em qualquer dispositivo e ambiente interno ou externo.	Concretizou a possibilidade de os usuários acessarem arquivos de trabalho a partir de qualquer local, especialmente importante para o teletrabalho. A ferramenta foi utilizada também para fornecimento de informações ao CNJ no período de inspeção, em setembro de 2018.
AUMENTO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO	Objetivou o fornecimento de novos serviços e geração de ambientes de replicação de sistemas para segurança e desempenho.	Com o investimento superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), incrementou o desempenho das aplicações, com o aumento da capacidade de processamento em cinco vezes.
AUMENTO DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO	Objetivou fornecer novos serviços e gerar ambientes de replicação de sistemas para segurança e desempenho, com a possibilidade de executar novos testes de backup e redundância das informações.	A partir do investimento de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), foi duplicada a capacidade de armazenamento.

GESTÃO ORGANIZACIONAL

PROJETO	SINOPSE	RESULTADOS
MIGRAÇÃO DO SISTEMA ERP PARA GRP	Realizou a migração do sistema ERP (Client/Server) para o Thema/GRP (Web), garantindo a continuidade dos serviços e processos de trabalho da área administrativa do TJSE, além da evolução tecnológica da ferramenta utilizada.	• Eliminou a necessidade de instalação/atualização na estação do usuário, além de seguir arquitetura/plataforma recomendada para os sistemas do TJSE; • Possibilitou o acesso ao sistema pela internet, a qualquer tempo, atendendo às necessidades da modalidade teletrabalho • Permitiu a assinatura eletrônica de documentos; • Economizou recursos financeiros em infraestrutura de TIC.
PONTE MENTORH X SEI	Desenvolveu aplicação para fazer as manutenções das unidades (criações, alterações e exclusões) e as manutenções de lotações (atribuições de permissões) no Mentorh para o SEI, de forma automática.	Sistema com as seguintes funcionalidades: •Gerenciar agendamentos realizados por magistrados e servidores; •Punição em causa de ausência; •Cadastro e edição de horários, serviços e unidades; •Histórico de agendamentos por paciente; •Módulo de Administração do sistema, tal como criação de usuário e associação de funcionalidades.
CONTROLE DO AUXÍLIO BOLSA-ESTUDO	Visou controlar a concessão de bolsas destinadas à qualificação profissional de servidores efetivos do TJSE.	Possibilitou a inscrição dos candidatos, a classificação e eliminação dos candidatos inaptos.
CIT: CATÁLOGO TELEFÔNICO	Disponibilizou novo sistema de consulta de ramais dos servidores e magistrados.	O novo CIT contou com interface nova e confirmação de segurança contra acessos robotizados.
EJUSE: EMISSÃO DE CERTIFICADOS	Providenciou logística para emissão de certificados da Escola Judicial de Sergipe (Ejuse)	Visou à emissão de certificados de conclusão dos cursos realizados pela Ejuse e ao envio por e-mail a participantes aprovados. Realizou o cadastro de candidatos para o Comitê Gestor Local, com a abertura de período de votação e apuração dos votos.

GESTÃO ORGANIZACIONAL		
PROJETO	**SINOPSE**	**RESULTADOS**
EJUSE: COMITÊ GESTOR LOCAL – VOTAÇÃO	Disponibilizou estrutura de suporte para Eleição do Comitê Gestor e apuração dos votos apurados no período.	Realizou o cadastro de candidatos para o Comitê Gestor Local, com a abertura de períodos de votação e apuração dos votos.
DETALHAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	Detalhou informações de subsídios e vencimentos prestadas ao cidadão.	Exibiu o extrato dos contracheques de magistrados e servidores no Portal da Transparência, para acompanhamento detalhado pela sociedade, com mais dados do que os requisitados pelo CNJ.
GERAÇÃO AUTOMÁTICA DE PLANILHA DE SUBSÍDIOS DE MAGISTRADOS	Atendeu a Resolução nº 63, do CNJ, para geração de planilha com informações relativas aos subsídios de magistrados.	Disponibilizou a geração de planilha com os subsídios dos magistrados de forma integrada com a folha de pagamento, evitando atrasos.
APLICATIVO DO OFICIAL DE JUSTIÇA	Desenvolveu aplicativo para aparelhos celulares destinado a suporte das atividades dos Oficiais de Justiça/Executores de Mandados.	Com o "Aplicativo do Oficial", os Oficiais de Justiça e Executores de Mandados passaram a contar com a ferramenta móvel que permitiu aumentar a produtividade, contribuindo para a celeridade processual.
SISTEMA CÁLCULO DE PRECATÓRIO	Objetivou gerenciar o trabalho dos contadores do Departamento de Precatórios.	Possibilitou agilizar a fase de cálculo de precatórios, que era considerado um dos gargalos para o andamento do processo. Passou a ser possível atribuir um ou vários precatórios para que os contadores possam efetuar os cálculos e depois enviar para a equipe de pagamento.
CENTRAL DE IMPRESSÃO NOS PROTOCOLOS DO 1º E 2º GRAU	Objetivou padronizar a impressão e o envelopamento das Cartas (CE's e AR's), expedidas nas competências dos 1º e 2º Graus.	Permitiu que a impressão e envelopamento fossem realizados de forma centralizada nos Protocolos dos 1º e 2º Graus; Garantiu padronização e celeridade, visto que um único setor passou a atuar na impressão, envelopamento e entrega ao núcleo de postagem; A equipe dos cartórios ganhou mais tempo para impulsionar processos.
SISTEMA CADASTRO CONTADORES EM PROCESSO SELETIVO	Objetivou entregar um sistema informatizado de cadastro de contadores externos para a participação no processo seletivo de cálculo de precatórios.	Disponibilizou ferramenta que cadastra usuários para a participação em processo seletivo e gera sua pontuação baseada em informações dos próprios participantes.

GESTÃO ORGANIZACIONAL

PROJETO	SINOPSE	RESULTADOS
SISTEMA DE INTEGRAÇÃO BANCÁRIA (GDJ) - PRECATÓRIOS	Objetivou contemplar a expedição do alvará eletrônico de transferência do valor ao credor do precatório.	Solucionou demanda urgente com a implantação do GDJ integrado ao cadastro de pagamento dos precatórios, de modo a possibilitar ao credor receber os créditos em conta bancária. Os pagamentos das guias de recolhimento tributários também foram automatizados.
SISTEMA DE CONSULTA DE JURISPRUDÊNCIA	Objetivou atualização da consulta de jurisprudência.	Passou a ser possível acessar os dados da certidão de julgamento, como também a íntegra da certidão.
MÓDULO DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS	Objetivou a criação de modelos de documento com variáveis diferentes do módulo anterior que limitava em três variáveis.	As competências passaram a expedir documentos, que podem ser mantidos em lote, com mais velocidade através de uma interface simples e intuitiva. Permitiu incorporar novos modelos que não haviam sido criados pela limitação que havia na quantidade de campos, contribuindo para padronizar os documentos expedidos. Possibilitou a confecção de mais de um mandado por vez, com impacto principalmente na intimação de jurados. Foi criado um novo tipo de tramitação (Comunicação Interprocessos)
SISTEMA DO NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO JUDICIÁRIO (NATJUD)	Objetivou disponibilizar subsídio técnico a magistrados, nas demandas sobre o fornecimento de medicamentos, insumos para saúde, como órteses, próteses, etc, em face do Sistema Único de Saúde (SUS).	Magistrados passaram a ter a ferramenta de comunicação direta com o NATJUD, tendo um maior controle sobre as solicitações de notas técnicas.
SISTEMA DE PLANTÃO JUDICIÁRIO - AJUSTE DE FUNCIONALIDADE DE QUADRO PLANTONISTA	Objetivou incluir a funcionalidade de "Quadro Plantonista" no Sistema de Plantão Judiciário para atender a demanda do CNJ quanto às movimentações processuais no horário de plantão.	O Sistema de Plantão Judiciário passou a ter a ferramenta de acompanhamento de processos julgados durante os expedientes de plantão.

GESTÃO ORGANIZACIONAL

PROJETO	SINOPSE	RESULTADOS
SISTEMA DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV) - INTEGRAÇÃO AO NOVO MÓDULO DE EXPEDIÇÃO DE MANDADOS/-CARTAS/OFÍCIOS	Objetivou a integração do RPV com o novo módulo de Expedição de Mandados/Cartas/Ofícios.	Permitiu que a expedição do Ofício de RPV nos cartórios passasse a ser integrada com o novo módulo de Expedição de Documentos. Desta forma, ao realizar o preenchimento e gravação do Ofício de RPV, o sistema gera automaticamente o documento que seguirá o fluxo de tramitação, após a assinatura do magistrado.
SERVIÇO DE ASSINATURA ELETRÔNICA	Objetivou prover um serviço de assinatura de documentos nos sistemas do TJSE, sem utilização de certificado digital.	• Reduziu gastos com certificado digital; •Permitiu velocidade na assinatura de documentos; •Eliminou problemas com senha perdida do certificado digital; •Facilitou a integração com outros sistemas com a criação da API para assinatura eletrônica.
SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO	Objetivou o controle dos acessos dos usuários à intranet e dos perfis de acesso aos sistemas do TJSE.	•Os usuários passaram a adotar senhas fortes; •Eliminou problemas de senhas dessincronizadas entre intranet, malote digital, internet e e-mail; •Melhorou o controle de perfis dos usuários com a possibilidade de atribuição do período em que o usuário ficará com determinado perfil; •Melhorou a usabilidade da tela inicial dos sistemas e o controle de perfis dos usuários com a criação de Grupos de Perfis.
SISTEMA DO NÚCLEO DE POSTAGEM – DIGITALIZAÇÃO DE CE'S E AR'S	Objetivou que o Núcleo de Postagem digitalize cartas retornadas pelos correios, evitando o fluxo de devolução para os cartórios.	•As cartas retornadas passaram a ser digitalizadas no Núcleo de Postagem, evitando gasto com malote dos correios para devolução ao Cartório. Com a digitalização centralizada, a carta é juntada no processo com mais celeridade.

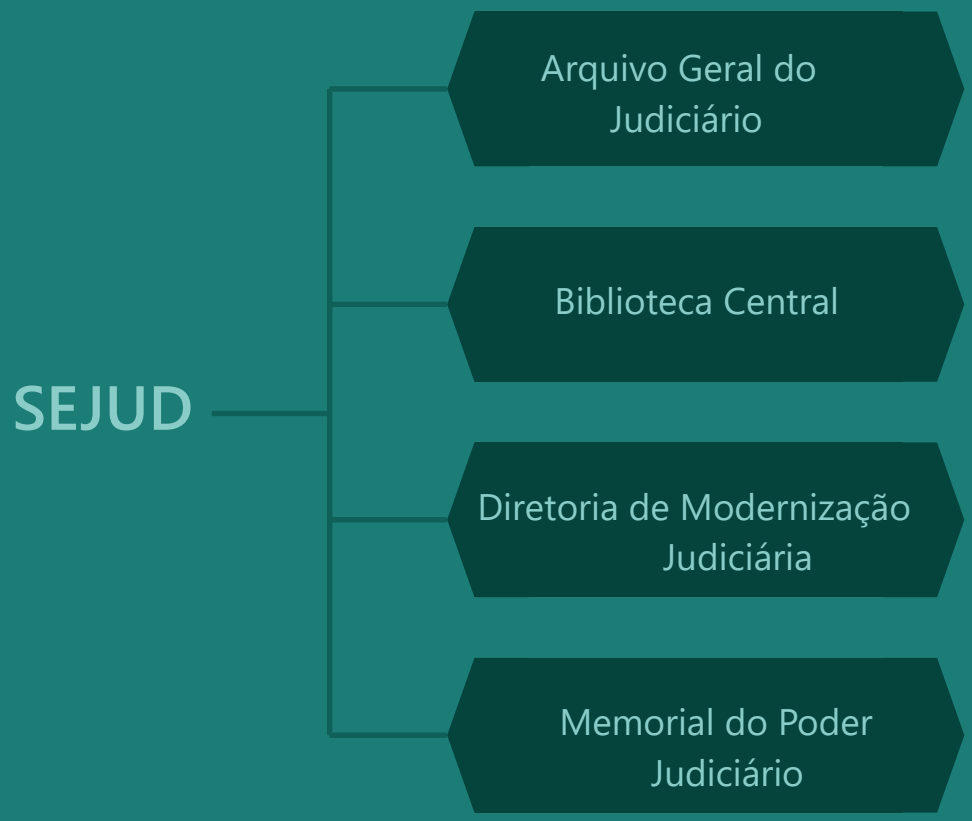
GESTÃO ORGANIZACIONAL

PROJETO	SINOPSE	RESULTADOS
SISTEMA DE TALENTOS JOVENS	Objetivou entregar um sistema que gerenciasse e informasse usuários externos sobre ex-estagiários do TJSE, para facilitar a assimilação no mercado de trabalho.	Empresas interessadas em buscar jovens disponíveis no mercado de trabalho passaram a ter ferramenta de consulta sobre a atuação dos ex-estagiários do TJSE.
MÓDULO DE CONTROLE DE PROCESSOS VIRTUALIZADOS E DOCUMENTAÇÃO AVULSA NO ARQUIVO JUDICIÁRIO	Objetivou controlar o processo de criação, solicitação e remessa das caixas com processos que foram virtualizados nos Cartórios e de toda a documentação avulsa existente no TJSE apta a arquivamento.	O Arquivo Judiciário passou a receber as caixas de processos que foram virtualizados e caixas de documentação avulsa permitindo, inclusive, enviá-las aos Cartórios, caso sejam solicitadas através do Sistema de Controle Processual Virtual.
PADRONIZAÇÃO DOS BOLETOS DE COBRANÇA REGISTRADA	Objetivou padronizar o registro na base centralizada nacional dos boletos de cobrança registrada (Fichas de Compensação) seguindo as medidas impostas pelo órgão regulador FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos).	Realizado em conjunto com o Banese, ofereceu mais segurança e praticidade sobre os boletos emitidos pelo TJSE para o pagamento em qualquer banco credenciado do país, bem como a implementação da cobrança automática de juros e multa após a data de vencimento, evitando a geração de novo boleto. A solução foi implantada em outubro de 2017 e permitiu reduzir o número de casos de fraude ao possibilitar identificar o destinatário da cobrança no momento da emissão do boleto.
SISTEMA DE CONCURSO DE ESTÁGIO	Objetivou controlar o processo de concursos de estágio de nível médio e superior, desde a inscrição, distribuição de salas, cadastramento das notas até a publicação do resultado final do concurso.	Implantado em outubro de 2018, além de controlar todas as fases dos consursos, também permitiu a realização e o acompanhamento de mais de um concurso simultâneos.
SISTEMA DE CONTROLE DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA	Objetivou controlar o processo de inclusão das pessoas físicas ou jurídicas que possuam débitos relativos a custas processuais e que devem ser inscritas na dívida ativa do Estado de Sergipe.	Desenvolvido em parceria com a Secretaria da Fazenda, tornou transparente a comunicação entre os órgãos facilitando o controle do usuário. Foi possível contar com um único sistema para realizar o cadastro da dívida, cálculo de atualização monetária automático da dívida, quitação integrada da dívida, além de outras funcionalidades.

GESTÃO ORGANIZACIONAL

PROJETO	SINOPSE	RESULTADOS
ALTERAÇÃO DE ATOS JÁ PUBLICADOS PELA PRESIDÊNCIA	Objetivou criar uma ferramenta que permitisse alterar atos, de acordo com novos atos que os alterem ou revoguem.	Possibilitou a alteração das resoluções publicadas, adicionando textos, marcações e ligações com novas publicações que permitem ao público do TJSE ver que as resoluções antigas foram modificadas, quais as modificações e qual ato as modificou.
ASSINATURA ELETRÔNICA DE ATOS DA PRESIDÊNCIA	Objetivou tornar mais ágil a assinatura e publicação de atos da Presidência, garantindo a sua autenticidade através da utilização da senha e da assinatura eletrônica.	Propiciou celeridade às assinaturas dos atos publicados, que passaram a poderem ser feitas em lote, com facilidade pela internet, através de assinatura eletrônica, que pode ser consultada no site do TJSE.
CONTROLE DE INVENTÁRIO DO MEMORIAL	Objetivou melhorar a gestão do acervo e transferências temporárias de bens da instituição.	•Melhorou o conhecimento do acervo a partir do cadastro e consulta das características dos bens; •Melhorou a gestão de transferências e recebimentos de bens enviados a exposições externas; •Facilitou a identificação e armazenamento dos itens do acervo.
BANCO DE FACILITADORES	Objetivou entregar uma plataforma para mapeamento das competências de servidores com o intuito de auxiliar na seleção de tutores, conteudistas para as atividades desenvolvidas pela Escola Judicial do Estado de Sergipe (EJUSE).	A plataforma foi disponibilizada aos servidores para o cadastro de dados, a exemplo de cursos de formação, habilidades e experiências.
REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO	Objetivou entregar uma plataforma on-line e restrita à rede interna, que possibilitasse o registro do ponto dos servidores de forma integrada ao sistema da folha de ponto.	Passou a disponibilizar um melhor controle das lotações que antes estavam sem registrar a frequência devido à falta de aparelhos de ponto em suas instalações.
SOFTWARE DE GESTÃO PARA OUVIDORIA	Objetivou construir um novo software para melhorar o controle e gestão do fluxo de informações na Ouvidoria, bem como a utilização de um novo padrão de desenvolvimento que possibilitasse evoluções com um tempo baixo de implementação.	A Ouvidora passou a controlar melhor as estatísticas e a poder enviar manifestação para vários setores simultaneamente, resultando em mais celeridade no processo de atendimento aos cidadãos.

5 SEJUD Secretaria Judiciária


SEJUD
Arquivo Geral do Judiciário
Biblioteca Central
Diretoria de Modernização Judiciária
Memorial do Poder Judiciário

Arquivo Geral do Judiciário

Objetivando uma gestão documental eficaz e eficiência no acesso à informação, o Arquivo do Judiciário capacitou servidores para a conservação dos acervos, higienização e pequenos reparos através de treinamento no Arquivo Nacional, que também contou com visita técnica aos setores de restauração e digitalização; participou do II Seminário do Arquivo do Judiciário no Estado de Alagoas e classificou todos os processos históricos, com o intuito de desenvolver Projeto de Digitalização do Acervo Permanente, atualmente em fase de aprovação, para a digitalização dos processos históricos e dos documentos administrativos.

No cumprimento do seu papel social, foi realizada atualização do layout do Portal do Arquivo do Judiciário, disponibilizando documentos digitais para pesquisa e informações em tempo real; desenvolvimento de projeto entre o Arquivo do Judiciário e pesquisadores; edição do Vídeo Institucional, que serviu como instrumento para aula expositiva dos alunos do Curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Sergipe (UFS) à disciplina Métodos e Técnicas de Arquivo.

Em comemoração aos 33 anos do Arquivo do Judiciário, foi feita exposição no Shopping Riomar, em conjunto com a Comissão Estadual da Verdade, denominada *Nossa história está aqui: democracia, verdade e memória*, mostrando uma pequena parte da documentação existente no Judiciário do período da ditadura militar, a qual atraiu interesse desde o público adulto ao infantil; Oficinas de Tratamento de arquivos pessoais e Preservação de Documentos; Palestra intitulada "Documento, memória e democracia", ministrada pela Professora Doutora Andréa Depiere, além da recepção a visitas supervisionadas de alunos das universidades e escolas públicas de Sergipe.



Exposição do Arquivo Judiciário no Shopping Riomar



Presidente do TJSE, Des. Cezário Siqueira Neto, visita a Exposição do Arquivo Judiciário no Shopping Riomar

Em cumprimento à Portaria n.º 300/2017, publicada pela Corregedoria Geral da Justiça, foram devolvidas 3.034 caixas-arquivo com documentos provenientes dos Cartórios Extrajudiciais que se encontravam depositados no Arquivo Judiciário.

Gerenciando a documentação arquivada e em observância à Recomendação 37/2011 do CNJ, foram aperfeiçoados os procedimentos da avaliação e descarte documental para abranger a documentação administrativa que já cumpriram sua finalidade por meio dos Editais de Eliminação de Documentos Administrativos 01, 02, 03 e 04/2018; além do exame de autos judiciais que esgotaram seu prazo de guarda com a apresentação dos Editais de Eliminação Judiciais 01, 02 e 03/2017, visando equilibrar o quantitativo entre recebimento de caixas/documentos e documentação descartada, minimizando a escassez de espaço físico.

DADOS ESTATÍSTICOS

ATIVIDADES	2017/2018
Peças digitalizadas	14.162
Processos consultados	10.445
Processos conferidos	69.157
Processos solicitados e devolvidos	19.614
Caixas recebidas	7.530
Processos eliminados	22.924
Outros dados	8.955
Total de despesas anual	152.787

APOIO TÉCNICO

ATIVIDADES	2017/2018
Processos históricos classificados	204.914
Conservação de laudas	36.282
Caixas classificadas e etiquetadas	9.000
Caixas eliminadas forenses	5.552
Laudas digitalizadas	3.924
Caixas recebidas (Adm e Forense)	2.675
Outras atividades	2.741
Total de despesas anual	152.787

BIBLIOTECA

A Biblioteca Central e Setorial do TJSE administra, planeja, coordena e supervisiona as atividades da biblioteca, como também é responsável pela seleção, aquisição, divulgação, organização, manutenção e conservação de todo o acervo. Na gestão do Desembargador Cezário Siqueira Neto, as obras adquiridas totalizaram um investimento de R$ 9.444,66, além de doações de editoras, tribunais, autores e instituições. Atualmente a biblioteca do Judiciário conta com um acervo de 7.401 livros. Confira outras atividades desenvolvidas:

Periódicos

Foram realizadas as renovações das assinaturas (DOE on-line) no valor de R$ 2.756,20, atendendo desta forma às solicitações dos usuários.

Doações foram feitas pelos Tribunais Superiores, Estaduais, Regionais, editoras, instituições afins e particulares, que contribuíram para um bom atendimento.

Atualmente a biblioteca conta com 259 títulos de periódicos, totalizando 14.834 volumes, cadastrados no sistema BIB 50.556 doutrinas de 135 títulos.

O acervo atual da biblioteca conta com 7.660 registros de títulos de obras, das quais 7.401 são livros, e 259 títulos de periódicos distribuídos em 14.834 volumes, constando um total geral de 22.494 volumes existentes na biblioteca.

Biblioteca Digital

Assinatura anual da Biblioteca Digital Proview IP, com a disponibilização da média de 400 obras da Editora Revista dos Tribunais, com acesso simultâneo de 600 usuários, liberadas no site do TJSE para todos os servidores. No ano de 2017, o valor da assinatura foi de R$ 80.440,58 e, em 2018, de R$ 87.600,00, totalizando-se o valor de R$ 168.040,58, no biênio.

MATERIAL	COMPRA	DOAÇÃO	TOTAL
Livros	66	12	78
Periódicos/Exemplares	-	31	31
Assinatura da Biblioteca Digital PV PROVIEW-RT	02	-	02
Assinatura/ Jornal Diário Oficial do Estado on line	02	-	02
Total	70	43	113

Sistema de Automação

O Acervo da Biblioteca Central (Livros/Periódicos) é cadastrado e catalogado através do sistema BIB, constando no sistema 7.401 livros, e 259 títulos de periódicos, totalizando-se 14.834 volumes, com doutrinas de 135 títulos, todos registrados e etiquetados com código de barra. Os empréstimos são realizados via sistema, estando disponíveis todos os dados do acervo via internet no portal da biblioteca para consulta.

Diariamente, foi realizada atualização do cadastro dos usuários, via Diário da Justiça, obedecendo ao que determina a Instrução Normativa nº 13/2005 em relação ao critério de cargos que podem constar no mencionado cadastro.

Através do sistema BIB, a biblioteca oferece aos nossos usuários atendimento rápido e eficiente, mostrando a evolução tecnológica no campo da informatização.

Empréstimos

Foram realizados 1.340 empréstimos.

Frequência

Foi registrada uma frequência mensal de 210 usuários, totalizando 5.040 visitas.

Classificação

Foram classificados 78 livros e 31 periódicos, de acordo com as normas da Tabela de Classificação Decimal Universal – CDU – 2ª Edição.

Legislação

Foi dada sequência às pesquisas históricas nos Diários Oficiais do Estado, com o intuito de resgatar a legislação estadual compreendendo Leis Complementares, Ordinárias e Decretos, estando os trabalhos atualizados de 1990 até 2018, sendo disponibilizadas ementas no novo portal da Biblioteca, como também as Leis e Decretos referentes ao TJSE na íntegra.

MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A Diretoria de Modernização Judiciária (DIMOJ) desenvolveu 162 projetos. Entre os principais, estão a implantação de Chamada de Voz nos atendimentos gerais; a Central de Envelopamento de Correspondências, que gerará uma economia anual de mais de R$ 300 mil nos custos com postagens; implantação da Secretaria Única das Varas Cíveis de Aracaju; a integração do sistema com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP); e a adequação do Sistema da Turma Recursal. Todos os projetos foram com o objeto de melhorar a prestação jurisdicional e contribuir para a celeridade processual.



Força tarefa coordenada pela DIMOJ para cadastramento no BNMP 2.0



Serviço centralizado de impressão e envelopamento de correspondências

PROJETO	ESCOPO	RESULTADOS
Alteração do quadro e das atribuições de Estagiários de Nível Médio	Estudo para alteração do quadro e das atribuições de Estagiários de Nível Médio, com a criação de perfil próprio no SCPv.	•Edição das Portarias nºs 21/2017-GP1 e 22/2017-GP1, com a readequação das lotações e das atribuições dos Estagiários de Nível Médio; •Criação de perfil próprio no SCPv para desempenho das novas funções; •Mais segurança na execução das atribuições dos estagiários, notadamente aquelas que dependem de acesso ao SCPv.
Estudo da Competência Territorial Administrativa de Nossa Senhora do Socorro	Estudo para alteração da Competência Territorial Administrativa dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, com apresentação de propostas.	•Edição da Resolução TJSE 20/2018; •Equilíbrio da demanda inicial nos Juizados; •Agilidade no trâmite processual.

PROJETO	ESCOPO	RESULTADOS
Serviço centralizado de impressão e envelopamento de correspondências	Implementação do serviço centralizado de impressão e envelopamento de correspondências no âmbito do 1º e 2º Graus de Jurisdição.	•Edição das Portarias nºs 48/2018-GP1 e 59/2018-GP1; •Simplificação das rotinas de trabalho das Secretarias, pela eliminação da tarefa de impressão e envelopamento de correspondências; •Aumento do tempo útil de trabalho das equipes das Secretarias em, pelo menos, 01 hora diária, as quais passaram a ser dedicadas ao trâmite processual; •Celeridade processual, em vista da redução para um dia útil entre a assinatura do documento e sua impressão, envelopamento e postagem; •Diminuição do número de cancelamentos automáticos de correspondências, dada a postagem em até um dia útil; •Previsão de economia de recursos financeiros, na ordem de R$ 225.000,00 ao ano.
Integração das Procuradorias Municipais de Lagarto, Nossa Senhora do Socorro e Itabaiana ao SCPv	Integração da Procuradoria Municipal de Lagarto, Nossa Senhora do Socorro e Itabaiana ao Sistema de Controle Processual Virtual deste Tribunal, tornando possíveis as comunicações processuais em meio eletrônico, citações e intimações eletrônicas.	Assinatura do Convênio nºs 31/2017, 33/2017 e 25/2017, visando mais celeridade processual.
Chamada por Voz nos Atendimentos Gerais	Implementação de Chamada por Voz nos Atendimentos Gerais.	Mais acessibilidade a indivíduos com algum tipo de deficiência visual ou mesmo dificuldades com leitura.
Procedimento para protocolo de documento físico em processo eletrônico	Implantação e regulamentação do procedimento quando do protocolo de documento físico em processo eletrônico junto aos Atendimentos Gerais dos Fóruns.	•Edição da Instrução Normativa nº 06/2017; •Eliminação do tráfego de documentos físicos nos fóruns; •Celeridade processual, pela imediata juntada do documento físico no processo; •Diminuição do acervo documental das secretarias para posterior envio ao Arquivo Judiciário.
Integração dos Sistemas de Controle Processual do TJSE e MPSE	Implementação do MNI e definição da Taxonomia de Movimentação a ser utilizada na troca de informação entre o MPSE e o TJSE.	Mais celeridade processual

PROJETO	ESCOPO	RESULTADOS
Valor Recuperado em Execuções Fiscais Extintas	Desenvolvimento no Sistema de Controle Processual Virtual de ferramenta para identificar receitas recuperadas provenientes de Execuções Fiscais, afim de auxiliar o cumprimento da Meta 5 do Conselho Nacional de Justiça.	•Controle das receitas provenientes das Execuções Fiscais; •Contribui com o cumprimento da Meta 5 do CNJ.
Implantação da Secretaria Única das Varas Cíveis Comuns da Comarca de Aracaju	Projeto para ajustes no Sistema de Controle Processual Virtual, objetivando a implantação da Secretaria Única das Varas Cíveis Comuns da Comarca de Aracaju, envolvendo 13 unidades jurisdicionais.	•Contribuição para aumentar a celeridade na tramitação processual; •Implantação de um novo modelo de gestão cartorária; •Padronização das atividades cartorárias; •Melhor utilização dos espaços físicos.
Assinatura eletrônica em despachos, decisões e sentenças no âmbito do 1º Grau	Participação, acompanhamento e homologação das assinaturas eletrônicas pelos Magistrados em Despachos, Decisões e Sentenças para viabilizar a aplicação de código de autenticação do documento assinado.	•Viabilidade do uso de assinatura eletrônica em todos os despachos, decisões e sentenças; •Implantação de QR Code na assinatura eletrônica; •Validação do documento assinado via serviço do Portal do TJSE. •Implantação de assinatura eletrônica em bloco.
Sessão – Registro de preferência e sustentação oral	Criar mecanismo que permita o registro dos pedidos de sustentação oral ou preferência de julgamento via Portal do Advogado.	•Simplificação e padronização de rotinas; •Mais comodidade ao advogado; •Mais organização da sessão de julgamento; •Agilidade no trâmite processual.
Implantação do novo sistema de expedição de mandados.	Definição de novas funcionalidades para o módulo de expedição de documentos.	•Mais celeridade no cumprimento de determinações judiciais; •Possibilidade de expedição de vários documentos ao mesmo tempo; •Mais flexibilidade na configuração do sistema, de acordo com demandas administrativas; •Possibilidade de criação de novos documentos, antes impossíveis, em vista da nova tecnologia de desenvolvimento adotada.

PROJETO	ESCOPO	RESULTADOS
Implantação do Sistema do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões BNMP 2.0 CNJ	•Primeiras Tratativas e Assinatura do Termo de Cooperação Técnica celebrado com o CNJ para implementação •Viabilidade da Realização de capacitação presencial com Magistrados e Servidores a ser realizada por comitiva do CNJ •Análise do Cadastro, Saneamento dos Presos Provisórios e alimentação no Sistema do BNMP 2.0 via Web •Análise do Cadastro, Saneamento dos Presos da Vara de Execuções e Guias de Recolhimento (acervo) VEC e alimentação no Sistema BNMP 2.0 via WEB – Saneamento e alimentação via Web •Proposição de Tela da Certidão de Homologação do APF com arbitramento de fiança; Novo Documento Criminal Mandado de Prisão Aguardando Pagamento de Fiança – Mandado de prisão aguardando pagamento de fiança.	•Capacitação de 185 servidores e magistrados para fins de Cadastro de Presos via WEB no Sistema BNMP 2.0 •Análise de mais de 8.200 processos de todas as Varas e Comarcas com competência criminal; •4.814 pessoas privativas de liberdade cadastrados no sistema BNMP 2.0, via WEB; •5.709 mandados prisionais aguardando cumprimento analisados para Alimentação do BNMP 2.0; •42 custodiados no PRESMIL analisados para Alimentação via WEB no BNMP 2.0; •312 processos com réu situação de preso tipo flagrante analisados para expedição de Documento Criminal; •149 processos com pessoas internadas no HTCP para análise e expedição dos Novos Documentos Criminais.
Mandado de Prisão e Alvará de Soltura	Implantação do mandado de prisão e alvará de soltura eletrônicos no 2º Grau.	•Padronização de procedimentos entre o 1º e o 2º Grau de jurisdição. •Simplificação de procedimentos, especialmente quanto ao cumprimento de alvarás de soltura
Peticionamento Inicial Criminal no 2º Grau, via Portal Criminal	Viabilizar o peticionamento inicial criminal pela autoridade policial, via Portal Criminal, no âmbito do 2º Grau.	•Uniformização de procedimentos entre o 1º e o 2º Grau de jurisdição; •Agilidade no trâmite processual.

PROJETO	ESCOPO	RESULTADOS
Expansão e Agendamento Eletrônico da Videoconferência	Estabelecer regras de negócio e estratégias de desenvolvimento para implementação de agendamento eletrônico das audiências criminais por videoconferência envolvendo réus presos no sistema penitenciário estadual e testemunhas residentes em qualquer das Comarcas do Estado.	•Instalação de equipamentos de videoconferência em todas as Varas Criminais da Comarca de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, bem como em todas as Comarcas do Estado; •Economia de recursos financeiros, em vista da desnecessidade de uso de escolta policial; •Mais segurança face à desnecessidade de deslocamentos dos réus presos; •Integração entre as pautas das Varas e Comarcas com a agenda das salas de videoconferência dos presídios; •Padronização e celeridade no cumprimento das atividades cartorárias relativas às audiências com réu presos; •Celeridade processual, pela eliminação de etapas burocráticas de comunicações processuais tradicionais; •Cartilha do Agendamento Eletrônico Publicada.
Casos vinculantes - Sistema	•Controle de recursos repetitivos em atendimento à Resolução CNJ 215. •Integração com os serviços do Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR). •Criação do controle individual das causas suspensivas com trânsito automático de informações.	•Mais de 4200 processos suspensos em razão dos recursos repetitivos; •Controle das fases dos IRDRs e IACs do Tribunal de Justiça, tendo registrado o cadastro de 24 IRDRs e 8 IACs distribuídos; •Espelhamento em tempo real das alterações de situação dos Tribunais Superiores para o 1º e 2º Graus; •Celeridade processual; •Simplificação de procedimentos com o trânsito de informações em meio eletrônico e automático.
Precatório - Controle de Acordo Direto	Registro e controle dos acordos diretos para o sistema de controle de precatórios.	•Registro dos acordos diretos no sistema de precatórios; •Celeridade na análise dos acordos diretos; •Agilidade no pagamento dos acordos diretos.
Precatório - Adequação para pagamento de antecipações	Criação de ferramenta para controlar os pedidos de antecipação nos precatórios.	•Celeridade na análise das antecipações; •Agilidade no pagamento das antecipações.
Precatório - Expedição pelo 2º Grau	Implantação da remessa eletrônica de precatórios pelo 2º Grau.	•Inclusão do 2º Grau no fluxo de precatórios eletrônicos.

PROJETO	ESCOPO	RESULTADOS
Melhorias no Sistema da Turma Recursal 2017	•Mudança de cor do voto, lançado pelo assessor (vermelho), ao ser confirmado pelo Magistrado (azul); •Colocação do botão "Retirada de Pauta" no relatório "Processos para julgamento em Sessão"; •Colocação do botão "Pedido de Vista" no relatório "Processos para julgamento em Sessão"; •Desabilitar os votos dos demais magistrados quando exista posterior modificação do voto por parte do relator. O Magistrado pode recuperar seu voto por meio do link "Histórico de voto"; •Movimentação em lote no gabinete; •Colocação de filtro por gabinete na consulta por nome no SCPV; •Colocação dos filtros por final de numeração e por situação do processo, nos relatórios da Turma Recursal; •Melhorias no relatório de impulso e controle processual "Processos para julgamento em Sessão"; •Aumento do quantitativo de processos por página no relatório "processos para Julgamento em Sessão"; •Histórico dos votos do demais magistrados. Antes só existia o histórico do voto do relator; •Filtros no relatório de "Processos para julgamento em Sessão", como por exemplo, por data de sessão. Antes eram listados todos os processos, sem filtros.	•Jurisdição mais célere; •Simplificação dos procedimentos, em especial quanto à sessão de julgamento.

PROJETO	ESCOPO	RESULTADOS
Melhorias no Sistema Turma Recursal 2018	•Melhorias do Sistema da Turma Recursal: Alteração da consulta por assunto; •Acrescentar o campo “Providências da Secretaria” na página de relatar voto; 3) Inclusão do Submenu "processos por juiz relator", no menu Estatísticas; •Inclusão do Submenu "processos julgados por juiz relator", no menu Estatísticas; •Visualização pela secretária da Turma Recursal dos processos para Julgamento em Sessão quando do publicação da pauta. Antes só visualizava no dia da sessão; •Colocação de filtros no relatório processos para Julgamento em Sessão da Secretaria; •Possibilidade de migração dos feitos entre os relatórios do gabinete; •Cadastro dos processos criminais remetidos para Turma como Apelação. Antes só entrava como Recurso Inominado; •Colocação do filtro - Relator, Membro 1 e Membro 2, quando da exibição nos processos em sessão de julgamento da Relatoria do magistrado x, após a análise e votação em um processo, o sistema carregaria o próximo até concluir a relação ou realizar uma nova filtragem; •Filtros por processo com Divergência e Processos não votados no relatório de processos para julgamento em sessão; •Inclusão de Movimentação em Lote nos Relatórios de Impulso e Controle Processual de Petições / Documentos Juntados para Análise e Processos para Validação do Ato Ordinatório.	Agilidade no trâmite processual

PROJETO	ESCOPO	RESULTADOS
Sistema NAT/JUD	Criação de módulo do Sistema de Controle Processual Virtual para formulação de pedido, elaboração e juntada de notas técnicas pelo Núcleo de Assessoramento Técnico do Poder Judiciário - NAT/JUD, nas unidades de 1º e 2º Grau do Tribunal de Justiça de Sergipe.	•Padronização de procedimentos em todas as unidades jurisdicionais do Estado e no NAT/JUD; •Celeridade processual pela simplificação de procedimentos e uso de ferramentas eletrônicas; •Possibilidade de extração e cruzamento de dados acerca das notas técnicas elaboradas, com vistas à formulação de políticas públicas de saúde.
Estudo da Competência Territorial Administrativa de Nossa Senhora do Socorro	Estudo para alteração da Competência Territorial Administrativa dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, com apresentação de propostas.	•Edição da Resolução TJSE 20/2018; •Equilíbrio da demanda inicial nos Juizados; •Agilidade no trâmite processual.

Além dos projetos, a Diretoria de Modernização Judiciária contribuiu para a elaboração de manuais e cartilhas, para a celebração de convênios entre o TJSE e outras instituições, bem como para a edição de normativos internos, como se vê abaixo:

Manuais e Cartilhas

1. Ajuste de Conclusão - Relatórios do Gabinete;

2. Ajustes Controle Eletrônico da Situação da Criança ou adolescente;

3. Impulso às Execuções Fiscais - Meta 5 do CNJ;

4. Portal do Peticionamento Eletrônico - Procuradorias da AGU;

5. Ofício de Requisição de Pequeno Valor (RPV);

6. Assinatura Eletrônica de Documentos Avulsos;

7. Novo Módulo de Expedição de Documentos;

8. Arquivamento de Documentos Digitalizados/Avulsos/Administrativos;

9. Novas Funcionalidades do SCP - 1º Grau e Turma Recursal;

10. Novas Funcionalidades do SCP - Varas Cíveis Comuns de Aracaju e Secretaria Única;

11. Perícia Judicial via Sistema de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal;

12. Atualização do Manual de Gestão de Depósitos Judiciais/Alvarás Eletrônicos para o 1º Grau;

13. Módulo NAT/JUD;

14. Expedição e Cumprimento de Documentos Prisionais;

15. Guia de Recolhimento e Documentos Criminais, substituindo o primeiro;

16. Cartilha do Portal Criminal;

17. Registro Eletrônico de Pedidos de Preferência e Sustentação Oral;

18. Peticionamento e Comunicações Eletrônicas (Módulo Ministério Público).

Convênios



Treinamento da Polícia Militar para utilização do Portal Criminal

1. Convênios nº 31/2017, 33/2017, 25/2017 e 09/2018 - Integração das Procuradorias Municipais de Lagarto, Nossa Senhora do Socorro, Itabaiana e Propriá ao SCPv), cujos convênios têm a DIMOJ com gestora.

2. Convênio 35/2018 celebrado com a Procuradoria da República para o acesso a consultas processuais.

3. Convênio nº 022/2017 com a Polícia Rodoviária Federal (PRF);

4. Convênio nº 07/2018 com a Polícia Militar (PM/SE);

5. Providências à execução do Convênio nº 02/2015, firmado entre o TJSE e o TRF5 em 15/06/2015, no tocante à formalização dos procedimentos relativos aos pagamentos de honorários profissionais, advocatícios e periciais, por meio de acesso ao Sistema AJG/JF, nos casos de assistência judiciária gratuita, no âmbito da Jurisdição Federal delegada.

Normativos

1. Alteração da Portaria Normativa Conjunta nº 69/2016 - Procedimento para conversão de processo físico em eletrônico);

2. Portaria nº 23/2018 GP1 - Instituição e instalação da Secretaria Única das Varas Cíveis Comuns da Comarca de Aracaju);

3. Portarias nºs 21/2017-GP1 e 22/2017-GP1 - Alteração do quadro e das atribuições de Estagiários de Nível Médio;

4. Portarias nºs 48/2018-GP1 e 59/2018-GP1 - Serviço centralizado de impressão e envelopamento de correspondências;

5. Portaria nº 55/2017 GP1 - Regulamentação do Trabalho Remoto;

6. Portaria nº 16/2018 GP1 - Arquivamento de precatórios físicos convertidos em eletrônico;

7. Portaria Normativa nº 46/2018 - Reembolso de Honorários Periciais;

8. Portaria Normativa nº 63/2018 - Ingresso exclusivamente em meio eletrônico de processos judiciais no âmbito do 2º Grau;

9. Instrução Normativa nº 06/2017 - Procedimento para protocolo de documento físico em processo eletrônico;

10. Instrução Normativa nº 11/2017 - Fluxo de correspondências com AR Digital;

11. Instrução Normativa nº 09/2017 - Gestão de senhas de acesso/credenciais de usuários internos;

12. Redação de tópico da minuta de Resolução, que disciplina o Sistema dos Juizados Especiais, quanto a distribuição no âmbito da Turma Recursal, inclusive na definição de procedimentos para a redistribuição de processos, em virtude da mudança de composição;

13. Portaria Conjunta 75/2018, que altera a Portaria Conjunta 69/2016, dispondo sobre providências e requisitos para a conversão de processos físicos em eletrônicos;

14. Revisão, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, da Portaria Normativa 49/2014, apresentando minuta de Portaria, que dispõe sobre a distribuição de equipamentos de tecnologia da informação no âmbito do 1º e 2º Graus de jurisdição.

Ainda quanto aos atos normativos, vale registrar que outros se encontram em fase de elaboração e, até o final da gestão serão concluídos, a exemplo do agendamento de audiências por videoconferência e da distribuição dos equipamentos de tecnologia da informação no âmbito do 1º e 2º Graus de Jurisdição.

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO

As atividades tiveram a finalidade de criar canais efetivos de comunicação com a sociedade, visando esclarecer a estrutura e funcionamento do Judiciário sergipano, através de promoção de exposições de curta e longa duração, palestras, oficina, publicações, pesquisas, cursos e parcerias. Compuseram o público-alvo o alunato do ensino fundamental e médio, além dos visitantes em geral, inclusive turistas, e demais participantes das atividades.



Fachada do Memorial do Poder Judiciário após revitalização

Programa Formando Cidadãos

Tem como objetivo informar a estrutura e funcionamento do Judiciário sergipano de forma didática, proporcionando noções de justiça e cidadania, estreitando ainda mais a comunicação entre Judiciário e sociedade. Público-alvo: inicialmente, estudantes de colégios da rede pública e particular.



Alunos do ensino fudamental conhecem o Memorial



Estudantes conhecem o Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes

Projetos Expográficos

Exposição de longa duração

Exposição composta por documentos históricos do acervo do Arquivo Judiciário (pronúncia de Virgulino Ferreira, Vulgo Lampião; Ata de implantação do Tribunal de Relação; primeiro processo julgado pelo Tribunal de Relação, em 1892; livro de escritura de compra e venda de escravo). Também há objetos, como escultura da Deusa da Justiça, Têmis; toga de desembargador, urna do Tribunal do Júri, condecorações de desembargadores, quadros, entre outros.

Exposições de curta duração



Memorial abriu espaço para divulgação dos artistas sergipanos



Memorial abriu espaço para divulgação dos artistas sergipanos

Making of do indizível – maio 2017: com obras de artistas plásticos da AAPLASA e curadoria de Chiko Só.

Aracaju em foco - passeio pelo passado, conhecendo o presente – março a maio de 2017: da Biblioteca Epifânio Dória.

Sertão Poesia – maio a setembro 2017: do artista plástico Yuri Alves, o Cirulo.

Colorindo a Dor – setembro 2017: da Coordenadoria da Mulher com pinturas, esculturas e instalações do artista plástico João Santos, visando a uma reflexão sobre a violência nas mais diversas formas.

Cinco Sentidos – outubro de 2017: com quadros e esculturas dos artistas Helô D'Carli, Edu Mais, Kalvero e Valter Santos.

Celebrações Natalinas – dezembro de 2017: de curadoria de Chiko Só, com obras dos artistas da AAPLASA, fotografias de Dora Mendonça e pinturas dos alunos do Espaço Pedagógico - ESPE.

Panorama em Foco – janeiro e fevereiro de 2018: exposição composta de 20 fotografias de autoria da fotógrafa Danielle Pereira sobre o rio sergipano Paramopama, que deságua no município de São Cristóvão.

Nossa História está aqui: democracia, verdade e memória – fevereiro de 2018: exposição cedida pelo Arquivo do Judiciário, em comemoração aos seus 33 anos, contendo apontamentos de diversas épocas da história de Sergipe e materiais de restauro de documentos.

Memórias Visuais de Marly Freitas – março de 2018: exposição com cerca de 200 obras da artista visual Marly Freitas.

745 sem Fronteiras Visuais – abril e maio de 2018: apresentação de trabalhos artísticos (xilogravuras, pinturas, esculturas e afins) dos alunos do Espaço de Arte 745 e contou com a curadoria de Elias Santos.

Canais Virtuais de Comunicação

Novo Portal do Memorial – Setembro de 2018: alimentado com notícias, homenagens, curiosidades e ações desenvolvidas, além de apresentar as exposições de longa e curta duração e o acervo exposto na Casa de Memória do Judiciário sergipano, por meio de imagens e vídeos. Na área "publicações", estão disponíveis para consulta: artigos, edições das revistas Seleta e relatórios históricos dos Presidentes da Província de Sergipe Del Rey, entre os anos de 1864 a 1918.

Criação do Instagram do Memorial – 18 de fevereiro de 2017 (@memorialtjse): criado com o intuito de divulgar à comunidade em geral as oficinas, exposições, seminários, palestras, cursos, além de atividades de preservação e de promoção da memória/história do Judiciário sergipano e do país.

Cadastramento da página do Memorial no TRIP ADVISOR – 27 de novembro de 2017.

Inserção do QR Code nos objetos constantes da exposição de longa duração – 07 de dezembro de 2017.

Oficinas

Oficinas gratuitas de "Fotografia para Documentação Museológica de Acervos", promovida pelo Departamento de Museologia da UFS e ministrada pela museóloga Marcela Cabral – maio 2017.

Oficina sobre "Educação Patrimonial", ministrada pelas professoras e arquitetas Viviane Oliveira de Jesus e Andrea Fonseca Oliveira, a alunos do Colégio Pio X – maio 2017.

Oficina teórica gratuita sobre "Palladio: vida e obra", tendo como facilitadora a professora do curso de Arquitetura da UFS, Carolina Chaves – outubro 2017.

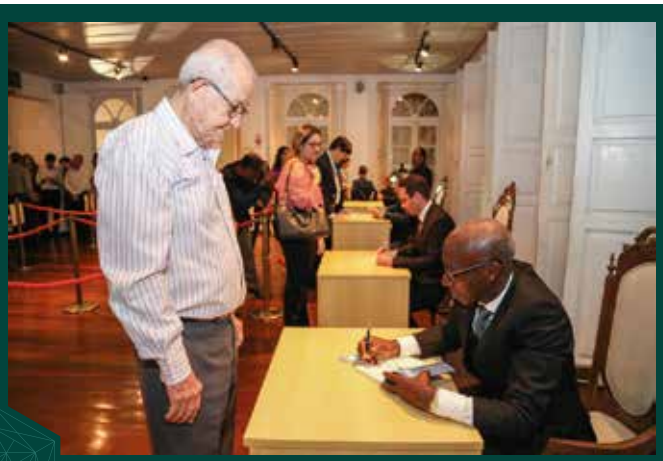
Oficina gratuita sobre "Montagem de Exposição", ministrada pela professora e Coordenadora de Museologia da UFS, Priscila de Jesus – outubro 2017.

Participações

2º Seminário Sergipano de Políticas Públicas para a Cultura – março de 2017:

15ª Semana dos Museus – maio de 2017 – Abertura com a presença de dirigentes e representantes de museus de todo o Estado; Apresentação de dança da companhia Nu Tempo Dance Company, dirigida pelo professor Everaldo Pereira e assistida pelos alunos da Escola Estadual Jackson de Figueiredo.

Lançamento de Livros



Servidores e magistrados relançam livros no Memorial

Fazendo prevalecer seu princípio de incentivo às produções científicas, o Memorial teve seu espaço escolhido por autores para lançamento das obras:

•Intramuros do Poder: agosto de 2017, do Des. Artur Oscar de Oliveira Deda.

•Sabedoria Popular: agosto de 2017, do Des. Edson Ulisses de Melo.

•Litorâneos: agosto de 2017, do servidor do TJSE, Ronaldson Sousa.

•Um Presente de Deus: História em Versos: agosto de 2017, do servidor do TJSE, Marco Antônio Camilo dos Santos.

•Muita Paz: agosto de 2017, do servidor do TJSE, Thyago Avelino Santana dos Santos.

•Álvaro Santos: memórias: outubro de 2017, de autoria da jornalista Ilma Fontes.

Doações

O Memorial recebeu algumas doações que resgatam a história do Judiciário sergipano, além de compor a exposição de longa duração. Entre elas, estão o certificado de premiação do Tribunal de Justiça de Sergipe, pela atuação no programa "Conciliar é legal", do Conselho Nacional de Justiça; duas obras literárias do jurista e patrono do prédio, Sílvio Romero, intituladas “Parnaso Sergipano”, em dois volumes e dois objetos para o acervo, quais sejam uma moeda de Tobias Barreto e um selo de Sílvio Romero, doados pelo professor e mestre em Educação Rogério Freire Graça; e um quadro de Gumersindo Bessa, pintado por Valter Santos e doado pelo próprio artista.

Eventos Especiais

2017



Coral entoa músicas natalinas nos janelões do Memorial do Judiciário

Cantata Natalina em frente ao Memorial, com a participação do grupo vocal Vivace, do Coral da Emurb e dos solistas Zeq'Oliver, Dionete Iara e Dian Lucas, regidos pelo maestro Antônio Sérgio Chagas.

2018



Coral entoa músicas natalinas nos janelões do Memorial do Judiciário

Concerto natalino do Judiciário em frente ao Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes, na praça Fausto Cardoso, com a participação de 130 pessoas - entre músicos da Orquestra Sinfônica de Sergipe (ORSSE) e integrantes do Coro Sinfônico e do Coro da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

6 OUVIDORIA GERAL DA JUSTIÇA

OUVIDORIA-GERAL

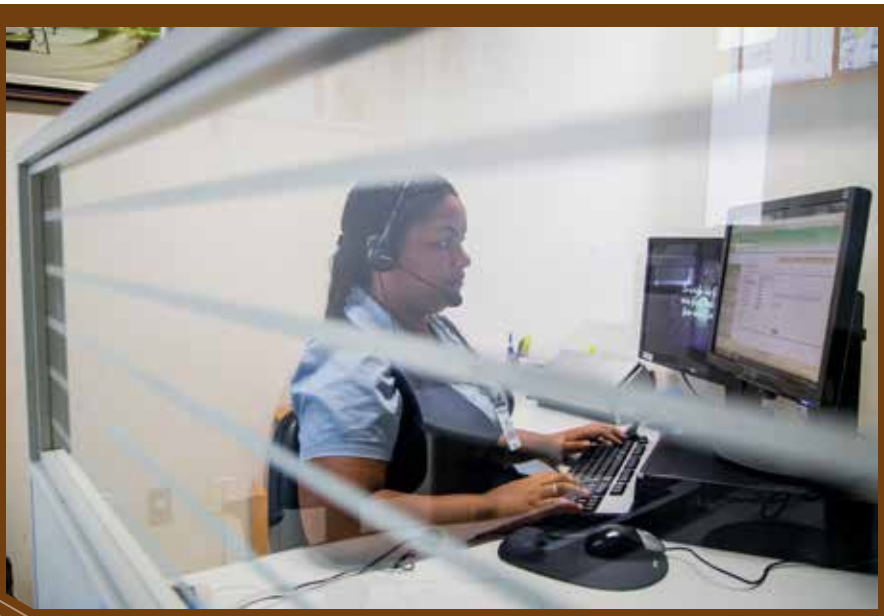
A Ouvidoria-Geral da Justiça é o órgão criado para ser um elo de ligação do Tribunal de Justiça de Sergipe com a sociedade.

Recebe reclamações, críticas, sugestões, elogios e denúncias de cidadãos, servidores e de outras instituições. A Ouvidoria proporciona a visão que a sociedade tem do Poder Judiciário sergipano e direciona as demandas recebidas para as unidades responsáveis, o que permite aprimorar o trabalho do TJSE.

Demandas

No ano de 2017, foram efetuados 5645 registros nessa Ouvidoria, dividindo-se em 3535 pedidos de informação e 2110 manifestações.

Entre janeiro a 1º de novembro de 2018, foram efetuados 4109 registros na Ouvidoria, dividindo-se em 2386 pedidos de informação e 1723 manifestações.



TJSE foi o primeiro Tribunal no país a receber autorização especial do Exército para pré-destruir armas de fogo

Metas Alcançadas

Durante a gestão, a Ouvidoria estabeleceu três metas internas: Metas 1 e 2, que tinham como intuito conferir celeridade no trâmite das manifestações, e a Meta 3 que tinha como objetivo mensurar o quanto a Ouvidoria é conhecida dentre os jurisdicionados.

No que se refere à Meta 1, a Ouvidoria atingiu a média prevista para 2018 ainda em 2017, reduzindo o prazo de 8 dias úteis, da meta previamente estabelecida, para 6,74 dias úteis.

Para a Meta 2 foi atingido o patamar de 1,79 dias úteis para um primeiro movimento, melhorando o índice proposto que era de 2,25 dias úteis.

Já a Meta 3, em 2017 o índice de conhecimento da Ouvidoria permaneceu no patamar de 34,25%, próximo ao quantitativo do ano anterior.

Em 2018, até o mês de novembro, quanto à Meta 1, foi constatado o prazo de 9 dias úteis, para o primeiro arquivamento. Para a Meta 2, atingimos o patamar de 1,65 dias úteis para um primeiro movimento válido. Quanto à Meta 3, o índice de conhecimento da Ouvidoria foi de 45%, índice maior do ano anterior.

Criação do Cargo

Para uma organização e estruturação do órgão, foi criado o cargo de Coordenador da Ouvidoria-Geral da Justiça (CCS-0), em virtude da aprovação do referido cargo através da Lei nº 8.213/2017.

Novo Sistema

Através de um levantamento da assessoria da Ouvidoria, foi realizada a produção de uma nova versão do sistema de manifestações e procedimentos que regem o funcionamento do órgão.

Participação em Eventos

III Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais – COJUD

Assembleia Geral Extraordinária do COJUD e I Encontro de Integração das Ouvidorias do Poder Judiciário

Encontro Regional do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais – COJUD

IV Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais – COJUD

I Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais

7 NUPEMEC CEJUSC

NUPEMEC/CEJUSC

O Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação – NUPEMEC, é a unidade do TJSE que desenvolve a Política Judiciária Nacional de Resolução Adequada de Conflitos, conforme a Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para isso, conta com os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC's, responsáveis pela gestão e realização das sessões de conciliação e mediação, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão. O conteúdo detalhado também está disponível.

DESTAQUES	
Conciliar é Legal	Em 2017, o TJSE recebeu o Prêmio Conciliar é Legal, do CNJ, Brasília, como vencedor na categoria Tribunal Estadual, com o Projeto Pare! Concilie e Siga, desenvolvido CEJUSC em parceria com a SMTT de Aracaju.
CEJUSC – Saúde	Em março de 2018, houve reunião para discutir alternativas judiciais e extrajudiciais que possibilitassem mais celeridade às demandas de saúde, em especial as relacionadas a pacientes renais crônicos. Foi apresentado pela Juíza Coordenadora, sugestão de fluxograma para agilização das demandas.
Visita da Comissão de Mediação do Poder Legislativo Municipal	Em fevereiro de 2018, o NUPEMEC recebeu a visita da comissão de mediação do Poder Legislativo municipal, que manifestou interesse em conhecer a estrutura e os projetos desenvolvidos pelo TJSE. Os integrantes da comissão explicaram que existe projeto de lei em trâmite na Câmara Municipal, com o intuito de criar uma Câmara de Mediação e que pretendem firmar parcerias para melhor atender a comunidade.
Inspeção: equipe do CNJ conhece Núcleo de Conciliação do TJSE	O NUPEMEC foi visitado, em setembro de 2018, pelos membros da equipe de inspeção do CNJ, coordenados pela Conselheira Daldice Maria Santana de Almeida, responsável pelo Movimento Permanente pela Conciliação no CNJ. Na oportunidade, foram conhecidos projetos, bem como as audiências de conciliação realizadas pelo CEJUSC.

PROJETOS	SINOPSE
CEJUSC NA COMUNIDADE	•11 palestras nas Unidades de Saúde de Aracaju e na Vara de Medidas e Penas Alternativas; •45 visitas nas Unidades de Saúde de Aracaju; •Criação do "Espaço Informe Cidadão", nos Fóruns com CEJUSC's; •Divulgação dos serviços do CEJUSC no portal, em mutirões e Fóruns, com a distribuição de fôlderes; •Confecção de banners sobre mediação/conciliação; •Aquisição de urnas para pesquisa de satisfação.
PORTAL DA CONCILIAÇÃO	Com a proposta de diversificar e ampliar o conteúdo do menu "Espaço Cidadão", do Portal, o NUPEMEC focou na divulgação de ações de defesa do consumidor, educação financeira, direitos sociais etc. A ideia também teve o objetivo de aumentar o número de acessos ao portal, que dispõe de dicas de estímulo ao consumo consciente.
EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A CIDADANIA	Fomentou a prática da educação financeira como instrumento de prevenção ao endividamento, a partir de ações como a distribuição de informativos; publicação de vídeos; continuação do projeto Sala de Espera: educação financeira nos Fóruns; criação de turma online exclusiva no Banco Central para servidores do TJSE; promoção de esquetes teatrais nos mutirões de negociação; e visitas a 11 escolas públicas de Nossa Senhora do Socorro.

PROJETOS	SINOPSE
ESCOLAS NO FÓRUM	Disseminou a cultura da solução alternativa de conflitos como meio eficaz para a resolução de demandas, em reuniões; visitas a 11 escolas públicas e privadas de Nossa Senhora do Socorro; 24 oficinas com cerca de 850 alunos de Nossa Senhora do Socorro, entre outras ações.
MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA	Disseminou a cultura da autocomposição nas comunidades periféricas de Aracaju, em reunião com a coordenação do CRAS do bairro Soledade e em cinco sessões de mediação naquela comunidade, abordando conflitos familiares.
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CONCILIADORES E MEDIADORES	Promoveu a formação técnica de servidores do TJSE, operadores e graduandos em Direito ou em qualquer área para atuação nas conciliações/mediações judiciais, bem como fomentou a mediação extrajudicial em comunidades e escolas. Entre os resultados, estão o reconhecimento do NUPEMEC como instituição formadora pelo TJSE (Portaria nº 30/2018), bem como publicação das Portarias nº 31 e 32/2018, que regulamentam a formação e supervisão de Conciliadores e Mediadores Judiciais nos CEJUSC's; e o credenciamento de instituições de ensino parceiras para cursos e cadastramento de Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação. Por fim, houve o reconhecimento do NUPEMEC como instituição formadora pela Escola Nacional de Formação de Magistrados – Enfam (Portaria nº 19/2018). Em 2017, foram realizados sete curso de formação e, em 2018, oito cursos.

CONVÊNIOS E PARCERIAS	
Convênio com a SMTT de Itabaiana	Objetivou a ampliação do Projeto Pare, Concilie e Siga.
Parceria com a Universidade Federal de Sergipe	Objetivou a organização do II Congresso Internacional em Mediação de Conflitos: da Teoria à Prática, ocorrido de 23 a 25 de abril de 2018, no auditório da UFS.

MUTIRÕES E CURSOS	QUANTIDADE
MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO	40
CURSOS DE CAPACITAÇÃO	26 (237 CAPACITADOS)

PRIMEIRO LUGAR EM CONCILIAÇÃO

Em 2017, o TJSE alcançou o maior índice de conciliação (20,3%) de sua categoria, atingindo quase o dobro da média nacional (10,9%) e alcançado o terceiro lugar geral.

O índice de conciliação abrange o percentual de sentenças e decisões resolvidas por homologação de acordo (1º e 2º Graus) em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas.

ESTATÍSTICAS

CEJUSC-Aracaju Processual	2017	2018 (até outubro)	TOTAL
Registros	18115	14958	33073
Audiências	12318	10063	22381
Acordos	2515	2321	4836
CEJUSC-Aracaju Pré-processual	**2017**	**2018 (até outubro)**	**TOTAL**
Registros	10324	3082	13406
Acordos	8855	2022	10877

Ficha Técnica

Gabinete da Presidência
Juízes-Auxiliares da Presidência
Gilson Felix dos Santos
Leonardo Souza Santana Almeida
Maria da Conceição da Silva Santos
(Departamento de Precatórios)
Secretaria-Chefe
Monique Lisboa Alves de Almeida
Diretoria de Comunicação
Fábio José Soares Oliveira
Coordenação de Cerimonial
Fernanda Ribeiro de Menezes Fontes
Divisão de Atos da Presidência
Dijalma Oliveira Trindade dos Santos

Consultoria Geral
Consultoria-Chefe
Sara Lucióla Franca Ramos
Consultoria de Processos Judiciais
Maíra de Freitas Fernandes Paim
Consultoria de Processos Administrativos
Felipe Olimpio Bezerra Gama
Consultoria de Licitações E Contratos
Márcia Sierra da Silva

Coordenadoria da Infância e da Juventude e Coordenadoria da Mulher
Juíza-Coordenadora
Iracy Ribeiro Mangueira Marques

Secretaria Judiciária
Márcio Farjalla
Diretoria de Modernização Judiciária
Adriano dos Santos Leal
Biblioteca Central
José Vieira Ramos
Arquivo Geral do Judiciário
Mara Araújo Silva Vieira
Coordenadoria de Perícias Judiciais
Ana Cristina Machado Silva
Memorial do Poder Judiciário
Juliana Campos Barretto
Secretaria de Planejamento e Administração
Márcia Martins Cardoso de Souza
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento
Felipe Baptista Prudente
Diretoria de Administração
Valmir de Farias Lima Júnior
Diretoria de Gestão de Pessoas
Tânia Denise de Carvalho Dória Fonseca
Centro Médico
José Osvaldo Barreto de Ávila
Diretoria de Segurança
Flávio Sandro de Albuquerque Souza
Departamento de Obras
Sérgio Augusto Silveira Oliveira

Secretaria de Finanças e Orçamento
Pedro Vieira Santos
Diretoria de Orçamento
Nilza Oliveira Bomfim
Diretoria Financeira
Augusto Mendonça Conceição
Diretoria do Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal
Carlos Benjamim Carvalho da Cruz

Secretaria de Tecnologia da Informação
Denise Martins Moura Silva
Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas
José Augusto Rocha Júnior
Diretoria de Sistemas de Gestão Organizacional
Hugo Ferreira Alves Junior
Diretoria de Infraestrutura de TIC
Max Ricardo Borges Ribeiro
Diretoria de Atendimento ao Usuário
Lângesson Lopes da Silva

Departamento de Controle Interno
Jurandi Conrado

Equipe Responsável pelo Relatório 2017/2019
Diretoria de Comunicação
Fábio José Soares Oliveira
Editores
Janaina Cruz (DRT 857/SE)
Luciano Augusto Souza Andrade
Luciano Freire Araujo
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Jean Carlo da Silva
Revisor
Ronaldson Sousa



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE